PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Pró-Reitoria de Pesquisa e de Pós-Graduação
Departamento de Educação

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CURSO SUPERIOR DE TURISMO

Margarida Maria Drummond Câmara

Belo Horizonte

2004

Margarida Maria Drummond Câmara

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CURSO SUPERIOR DE TURISMO
estudo em um curso pioneiro de Belo Horizonte

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado em Educação - da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: Sociologia e História da Profissão Docente e da Educação Escolar

Orientador: Prof. Dr. Wolney Lobato

Belo Horizonte

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CURSO SUPERIOR DE TURISMO:
ESTUDO EM UM CURSO PIONEIRO DE BELO HORIZONTE**

Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado em Educação – da
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Dissertação defendida e aprovada, em 15 de dezembro de 2004, pela Banca
Examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dr. Wolney Lobato (Orientador)
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Prof. Dr. Bernardo Machado Gontijo
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Dr. Simão Pedro Marinho
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Dedicatória

Para Jairo e Cecília, que me ensinaram a amar
Para Ariel, que me ensina o amor eterno
Para José Henrique, que me ensina o amor companheiro.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. Wolney Lobato, pela orientação, empenho e amizade dedicados durante todo o trabalho.

Às Coordenadoras e às professoras(es) do Mestrado pelo apoio acadêmico, em especial ao Prof. Dr. Simão Pedro Marinho, à Prof. Dra. Magali de Castro, e pela disponibilidade e apoio despendidos.

Aos Coordenadores, professores e estudantes que cederam uma parte do seu tempo participando da entrevista ou respondendo ao questionário, e à Instituição universitária que abriu a suas portas para a realização deste estudo. Sem essas contribuições, este trabalho não seria possível.

Aos amigos Cristiano Henrique Lopes, Herbe Xavier, Beth Mota, Márcia Mascarenhas, Rosilene Martins e Mary Elizabeth Pinto, Celso Machado pela atenção e apoio.

À Direção da Faculdade Estácio de Sá de Belo Horizonte pelo apoio e incentivo despendidos.

Aos amigos Carlos Magno Ribeiro, Jovita de Almeida Ribeiro, Maria Elizabeth Leite de Oliveira Quintão Torres, Hilton Boaventura Serejo, Maria Lúcia Ferreira, José Raimundo Araújo, Jorge Schulman pelo apoio, incentivo, compreensão e ajuda técnica nos momentos fundamentais.

À amiga Maristella Mendes Ribeiro pela leitura de todas as versões desta dissertação e suas valiosas sugestões.

Aos amigos Cláudio Gontijo e Isabel Novaes pela amizade e por terem tanto me incentivado a fazer mestrado.

Ao Roberto Messias Franco e Ângela Drummond, que muito me apoiaram na

realização deste estudo.

Aos
meus pais, Jairo e Cecília, por todo o seu
amor.

Ao meu filho Ariel pelo carinho, força e
compreensão por todo o tempo roubado na
dedicação deste estudo.

Ao meu marido José Henrique por ter me
ensinado educação ambiental e
principalmente, por seu amor, sua vibração
e orgulho por cada etapa vencida na
elaboração deste estudo.

A Humanidade deixou de ser apenas uma noção biológica, devendo ser plenamente reconhecida na sua inclusão indissociável na biosfera; a Humanidade deixou de ser uma noção sem raízes; está enraizada numa "Pátria", a Terra, e a Terra é uma Pátria em Perigo. A Humanidade deixou de ser noção abstrata: é uma realidade vital, porque doravante, pela primeira vez, está ameaçada de morte; a Humanidade deixou de ser apenas uma noção ideal, tornou-se uma comunidade de destino, e só a consciência desta comunidade pode conduzi-la a uma comunidade de vida; a humanidade é, desde agora, sobretudo uma noção ética: é o que deve ser realizado por todos e em cada um. (MORIN, 2000).

RESUMO

Este estudo é uma contribuição para a temática da educação ambiental na formação do bacharel em Turismo. A pesquisa foi realizada junto ao curso de Turismo oferecido por uma instituição de ensino superior localizada em Belo Horizonte/MG. Os marcos teóricos que nortearam o trabalho salientam aspectos legais e institucionais que delimitam a educação ambiental e o turismo como ciência. Para o desenvolvimento da pesquisa foram consideradas principalmente as concepções dos entrevistados sobre meio ambiente e educação ambiental, facilitadores e dificultadores na ação educativa para o meio ambiente e perspectivas do desenvolvimento da educação ambiental nos cursos superiores de graduação em Turismo. A investigação, realizada através de inquéritos junto a docentes, discentes e gestores do curso, mostrou que, de maneira geral, a educação ambiental é reconhecida como importante e necessária na formação do bacharel em Turismo. Embora a educação ambiental não estivesse contemplada no projeto político-pedagógico do curso e em seu currículo, mostrou-se inserida pontualmente em algumas disciplinas e em atividades do Laboratório de Turismo. Contudo, as ações acontecem sem qualquer proposta de integração disciplinar, apesar de, na sua maioria, os entrevistados já terem introduzido em seu discurso as representações sociais sistêmicas de meio ambiente. O desenvolvimento de uma educação ambiental visando à formação de profissionais em turismo que sejam competentes para atuar no processo de construção do turismo sustentável exige um investimento institucional e dos docentes. Seria necessária a introdução da educação ambiental nos documentos oficiais dos cursos, criando-se uma obrigatoriedade de sua prática, e ainda: uma reformulação curricular que

permita uma efetiva incorporação da educação ambiental, a capacitação de docentes para a ação interdisciplinar, o incentivo à participação na pesquisa e na extensão, a adoção e implementação de estratégias pedagógicas interdisciplinares e uma avaliação permanente e coletiva de todo o processo formativo.

Unitermos: educação ambiental, turismo, turismo sustentável.

ABSTRACT

This study is a contribution to the theme of environmental education for the Bachelor of Tourism. The research was carried out alongside a Tourism undergraduate programme at a college situated in Belo Horizonte/MG. The theoretical landmarks which guided the work highlight legal and institutional aspects that outline environmental education and tourism as sciences. In order to conduct the research, we have taken into account the interviewees' conceptions on environment and environmental education, as well as facilitating and hindering actions, and also perspectives to the development of environmental education in undergraduate programmes in Tourism. The investigation, undertaken by means of interviews with professors, students, and coordinators made it evident that, on the whole, environmental education is recognised as important and necessary to the education of the Bachelor of Tourism. Although environmental education was not included in the curriculum plan of the course, it was covered by some subjects and activities in the Tourism Laboratory. However, these actions still occur without any integration among subjects. Most interviewees, though, had already introduced systemic social representations of the environment in their discourses. The development of an environmental education aiming at professionals of Tourism competent to act in the process of building sustainable tourism demands an institutional investment, and also an investment from professors. It would be necessary to introduce the topic of environmental education in the official documents of the course, making it an obligatory policy; it would be equally important to reformulate the curriculum as to allow environmental education to be effectively incorporated into it, and more: to capacitate professors to work interdisciplinarily; to encourage them

to take part into research activities; to adopt and implement pedagogical and interdisciplinary strategies; and to carry out a permanent and collective evaluation of all the educational process.

Keywords: Environmental Education, Tourism, Sustainable Tourism.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CFE- Conselho Federal de Educação

CONAMA- Conselho Nacional de Meio Ambiente

CNPq- Conselho Nacional de Pesquisa

ECO-92- Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento

EMBRATUR- Instituto Brasileiro de Turismo

FUNGETUR- Fundo Geral de Turismo

IBAMA- Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis

IBOPE- Instituto Brasileiro de Opinião e Pesquisa

IUCN- União Internacional de Conservação da Natureza

MAST- Museu de Astronomia e Ciências Afins

MEC- Ministério da Educação

MINC - Ministério da Cultura

MMA - Ministério do Meio Ambiente

MCT- Ministério de Ciência e Tecnologia

ONG- Organização não Governamental

OMT- Organização Mundial do Turismo

PIEA- Programa Internacional de Educação Ambiental

PNEA- Política Nacional de Educação Ambiental

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PRONEA- Programa Nacional de Educação Ambiental

SESU- Secretaria de Ensino Superior

SIBEA- Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental Práticas Sustentáveis

SISTUR- Sistema de Turismo

UNCED- Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento

UNESCO- Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

URSS- União das Repúblicas Socialistas Soviética

WTTC- World Travel and Tourism Council

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Os grandes acontecimentos internacionais e nacionais que influenciaram a evolução da educação ambiental.....	22
QUADRO 2: Evolução das concepções de educação ambiental	33
QUADRO 3: Cronologia dos cursos superiores de turismo em Belo Horizonte	50

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: O significado atribuído ao meio ambiente	89
TABELA 2: Elementos relacionados ao meio ambiente	90
TABELA 3: Grau de conhecimento a aspectos relacionados ao meio ambiente	92
TABELA 4: Fontes utilizadas por professores e alunos para obterem informações sobre o meio ambiente	94
TABELA 5: O significado atribuído à educação ambiental	98
TABELA 6: Importância da educação ambiental na formação do Bacharel em Turismo	100
TABELA 7: Concordância com o artigo 10 da Lei n. 9795/99	105
TABELA 8: Nível de conhecimento dos professores e alunos referente ao projeto político-pedagógico do curso	109
TABELA 9: Percepção da inserção da educação ambiental no projeto político-pedagógico.....	112
TABELA 10: Participação em atividades que desenvolvem educação ambiental no curso.....	113
TABELA 11: Formas como a educação ambiental é contemplada no cotidiano na sala de aula	114

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 OS PRINCIPAIS MARCOS REFERENCIAIS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	21
1.1 Evolução Histórica da Educação Ambiental.....	21
1.1.1 A Política Nacional de Educação Ambiental	28
1.2 O Desenvolvimento da Concepção de Educação Ambiental	32
1.3 Um Novo Paradigma para a Educação	37
1.4 As Representações Sociais do Meio Ambiente e da Educação Ambiental.....	43
2 ENSINO SUPERIOR DE TURISMO	47
2.1 A Evolução Histórica do Curso Superior de Turismo no Brasil	47
2.2 A Construção do Currículo em Turismo	51
3 TURISMO E SUSTENTABILIDADE	60
3.1 A Evolução do Conceito de Sustentabilidade.....	60
3.2 A Construção do Conceito de Turismo Sustentável	66
4 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O TURISMO.....	74
5 ABORDAGEM METODOLÓGICA	82
6 RESULTADO E DISCUSSÃO: A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CURSO ANALISADO.....	86

6.1 O reconhecimento da importância e dos significados atribuídos à Educação Ambiental.....	86
6.2 Grau de Concordância com o Artigo 10 da Política Nacional de Educação Ambiental.....	102
6.3 Levantamento da Dinâmica de Desenvolvimento da Educação Ambiental no Curso Analisado e sua Relação com o Projeto Político-Pedagógico Vigente	107
6.3.1 Ações facilitadoras e dificultadoras para o desenvolvimento da educação ambiental no curso superior de turismo	124
6.4 Perspectivas da Evolução da Educação Ambiental no Curso Superior de Turismo	133
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	141

INTRODUÇÃO

O turismo é caracterizado conceitualmente como uma atividade econômica capaz de proporcionar o desenvolvimento econômico e social, gerar empregos e não provocar danos significativos ao ambiente. No entanto, como qualquer outra atividade econômica, o turismo, quando realizado de forma intensiva, sem planejamento e sem considerar as diversidades das realidades locais, pode ocasionar impactos extremamente significativos sobre os diversos componentes do meio ambiente. Entre estes impactos podem-se destacar alterações nos ecossistemas, descaracterização cultural, desagregação social, degradação ambiental, entre outros. Esses fatos refletem uma crescente necessidade de profissionais em turismo, comprometidos e conscientes do seu papel na construção do desenvolvimento da atividade turística, intensificando, assim, a responsabilidade das instituições de ensino em todos os níveis, principalmente das instituições de ensino superior, por formar bacharéis em turismo.

Após lecionar a disciplina de Introdução ao Turismo, primeiramente em nível técnico e nos últimos seis anos no ensino superior, várias preocupações foram se formando no desenvolvimento e elaboração do programa dessa disciplina. Como formar profissionais conscientes do panorama do turismo acima citado e de quanto sua atuação profissional irá interferir no meio ambiente? Qual o melhor caminho para se um formar profissional capacitado para atuar no sistema de turismo com base no desenvolvimento local? Qual o papel de cada disciplina na formação desse profissional consciente de sua atuação na sociedade? Como trabalhar de forma integrada com outras disciplinas?

Ao me formar em turismo, já lecionava essa disciplina e o primeiro passo que dei, no sentido do aprimoramento da minha formação profissional, foi o de procurar um curso de especialização em educação ambiental, por acreditar que esse caminho me levaria a encontrar algumas respostas para estas muitas preocupações, como também a educação ambiental ajudaria na preparação do aluno para o seu papel de agente transformador no desenvolvimento da atividade turística.

Ao assumir a coordenação de um curso superior de turismo em Belo Horizonte, percebi ainda mais como é abstruso estudar o turismo e sua complexidade em uma estrutura curricular que não possui uma proposta de integração dos conteúdos. Também é complicado atender às demandas de mercado e ao mesmo tempo construir uma base científica ainda muito pouco explorada e, com isso, ainda muito mecanicista em sua produção. Nesse contexto, a educação ambiental foi se firmando como um caminho possível para construir um arcabouço que fosse capaz de ultrapassar essas e muitas outras barreiras acadêmicas, em uma tentativa de propiciar uma melhor sensibilização e preparação do discente para o mundo complexo em que irá atuar.

O Mestrado em Educação veio como continuidade da minha proposta de formação como docente e, principalmente, por poder desenvolver minha pesquisa em educação ambiental, na linha de pesquisa Educação, Ciência e Tecnologia. O passo de escolher o tema da pesquisa não foi fácil, pelo enorme leque de possibilidades que a educação ambiental propicia. Após uma longa e angustiante jornada de aprendizado na educação e discussões com o meu orientador, achamos melhor estudar como a educação ambiental está inserida, atualmente, no curso superior de turismo e quais são suas perspectivas sob o olhar dos atores

envolvidos no processo. Este tema foi escolhido por acreditarmos não existir nenhum estudo específico sobre a educação ambiental no ensino superior de turismo e, com isso, construir um panorama do tema, calcado na realidade desse nível de ensino.

Após a crise ambiental iniciada em meados da década de 70, a humanidade se vê diante da necessidade de mudanças radicais para garantir a sua sobrevivência digna e também das futuras gerações. Paralelamente, o turismo, após cerca de três décadas de exploração predatória, também se vê diante de novos desafios para crescer sob a égide da sustentabilidade, aporte estrutural de um desenvolvimento responsável e planejado. A educação ambiental surge como resposta para a emergência da construção de uma percepção renovada do mundo, uma percepção holística que se traduz em uma forma integrada de ler a realidade e atuar sobre ela.

Em seu desenvolvimento, a educação ambiental necessita de uma visão de mundo abrangente, e não deve ser reduzida a apenas um departamento, uma disciplina, ou um programa específico. Dentro ou fora de qualquer instituição, ela deve permear os conteúdos de todas as disciplinas nas diversas áreas de conhecimento e, principalmente, estar inserida no cotidiano dos indivíduos, segundo a Política Nacional de Educação Ambiental. Estes são alguns dos pontos abordados por este estudo que foi estruturado para permitir uma melhor compreensão da educação ambiental no curso superior de turismo.

O capítulo 1 apresenta os principais marcos referenciais e conceituais da educação ambiental no mundo. Refere-se à evolução histórica da educação ambiental, bem como ao *Programa Internacional de Educação Ambiental*, legitimado na Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, em

Tbilisi, República da Geórgia, e à *Lei 9.795*, documento legal brasileiro que norteia a educação ambiental no país a partir de 1999. Também apresenta uma reflexão sobre o modelo cartesiano-newtoniano da educação e sua influência no estudo da educação ambiental e do turismo. O último tópico apresenta as representações sociais de meio ambiente e da educação ambiental nas perspectivas naturalista, antropocêntrica e sistêmica que foram utilizadas para a elaboração dos instrumentos de pesquisa deste estudo.

O capítulo 2 relata a evolução histórica do curso superior de turismo no Brasil, bem como uma retrospectiva do turismo nas últimas três décadas. Busca-se proporcionar uma visão de como os currículos de turismo foram construídos atendendo às exigências estabelecidas pelos Órgãos Oficiais de Educação, porém sem deixar de lado as demandas volúveis desse novo mercado.

O capítulo 3 aborda o conceito de sustentabilidade, suas várias concepções e, principalmente, sua importância para o turismo e para este estudo. Apresenta os referenciais do Turismo Sustentável desenvolvidos pela Organização Mundial de Turismo e sua importância para o desenvolvimento do turismo responsável e comprometido com as futuras gerações, como também sua ligação com a educação ambiental.

O capítulo 4 apresenta a educação ambiental no curso superior de turismo e sua importância como um eixo integrador das diversas áreas de conhecimento, como também sua importância na formação do Bacharel em Turismo.

Os capítulos 5 e 6 descrevem a metodologia utilizada na realização deste estudo e os resultados respectivamente. O capítulo 7 apresenta as considerações finais da pesquisa realizada.

Para o desenvolvimento deste estudo, foi selecionado o curso mais antigo da cidade de Belo Horizonte, por ele ter construído ao longo desses anos uma atuação de referência no mercado profissional. Pertence a uma Instituição de renome, que gentilmente abriu as suas portas para a realização deste trabalho. Foram entrevistados o Coordenador do Curso, os seis (06) Coordenadores do Laboratório de Turismo, quatro (04) professores e quatro (04) alunos. Responderam entrevista por questionário auto-aplicável 40 professores e 103 alunos, no período de agosto a dezembro de 2003. As entrevistas foram estruturadas almejando alcançar respostas para os seguintes objetivos:

- detectar a percepção dos atores envolvidos sobre os significados e a importância que atribuem à educação ambiental;

- identificar os aspectos da dinâmica de desenvolvimento da educação ambiental no curso analisado e sua relação com o seu projeto político-pedagógico vigente;

- analisar as condições facilitadoras e dificultadoras para o desenvolvimento da educação ambiental no curso na perspectiva dos atores envolvidos;

- detectar a percepção dos atores envolvidos sobre as perspectivas para a educação ambiental no curso pesquisado.

1 OS PRINCIPAIS MARCOS REFERENCIAIS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

1.1 Evolução Histórica da Educação Ambiental

Diversas revisões históricas a respeito da educação ambiental no Brasil já foram elaboradas por destacados estudiosos da questão, entre os quais Medina (1999); Dias (2000) e Reigota (2001). Com base nestas revisões, foi elaborado o Quadro 1, que apresenta os principais acontecimentos internacionais e nacionais que influenciaram a educação ambiental no Brasil e, conseqüentemente, no Estado de Minas Gerais, nas últimas décadas.

QUADRO 1

Os grandes acontecimentos internacionais e nacionais que influenciaram a
evolução da educação ambiental

ANO	ACONTECIMENTO
1972	Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, Suécia.
1975	Seminário Internacional sobre Educação Ambiental, realizado em Belgrado, antiga Iugoslávia.
1977	Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, realizado em Tbilisi, República da Geórgia.
1981	Lei Federal Nº. 6.938, de 31 de Agosto, dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, Brasil.
1990	Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem, Jomtiem, Tailândia.
1992	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, Brasil
1994	Aprovação do Programa Nacional de Educação Ambiental, PRONEA, com a participação do MMA/IBAMA/MEC/MCT/MINC, Brasil
1996	Novos Parâmetros Curriculares do MEC, nos quais incluem a temática ambiental como tema transversal do currículo, Brasil
1997	Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Conscientização Pública para a Sustentabilidade, Thessaloniki, Grécia.
1999	Aprovada a Lei Federal Nº.9795 de 27 de abril de 1999, Brasil
1999	Programa Nacional de Educação Ambiental (PNEA), Brasil
2002	Lançado o Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental e Práticas Sustentáveis (SIBEA), Brasil
2002	Decreto Nº. 4.281 de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei Federal Nº.9795, Brasil.
2002	Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 10), realizada em Johannesburgo, África do Sul.

Fonte: Reigota (2001), Dias (2000) e Medina (1999)

O Programa das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura - UNESCO e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA criaram, em 1975, o Programa Internacional de Educação Ambiental - PIEA, quando da realização do Seminário Internacional de Belgrado sobre Educação Ambiental, em cumprimento à Recomendação 96, da Declaração de Estocolmo.

Posteriormente, em seqüência ao Seminário de Belgrado, realizou-se, em 1977, em Tbilisi, na Geórgia, uma das repúblicas da antiga URSS, a primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental. Nessa Conferência foram definidos finalidades, objetivos, princípios orientadores e estratégias para o desenvolvimento da educação ambiental, notadamente através do endosso ao PIEA. As decisões contidas na Declaração de Tbilisi constituem ainda a principal referência à temática.

Esta conferência é um marco histórico fundamental para a evolução da educação ambiental e foi utilizada como referencial para o desenvolvimento deste estudo, principalmente nos aspectos relacionados ou pertinentes a atividades turísticas, ou melhor, à formação do profissional em Turismo.

Na conceituação adotada desde 1975 pelo PIEA, a educação ambiental é definida como sendo o processo que visa,

Desenvolver uma população que seja consciente e preocupada com o meio ambiente e com os problemas que lhe são associados, e que tenha conhecimentos, habilidades, atitudes, motivações e compromissos para trabalhar individual e coletivamente na busca de soluções para os problemas existentes e para a prevenção dos novos. (SÃO PAULO – ESTADO, 1994a, p. 12).

Nessa perspectiva, a educação ambiental foi concebida como uma estratégia pedagógica embasada na difusão de conhecimentos sobre o ambiente; na

sensibilização para a formação de uma consciência capaz de mudar o estado de espírito e as atitudes, valores e comportamentos; na determinação para a ação efetiva; e na busca de soluções para os problemas ambientais que afetam as comunidades locais e regionais. Em linhas gerais, a educação ambiental propõe-se a atuar para que os indivíduos e as comunidades:

1- compreendam de forma sistêmica a complexidade do meio natural e construído pelos seres humanos;

2- compreendam que esse meio ambiente é resultante da integração de seus aspectos biológicos, físicos, sociais, econômicos e culturais;

3- adquiram conhecimentos, valores, atitudes e habilidades para participar de maneira responsável e eficaz na prevenção e na solução dos problemas ambientais, bem como na gestão da qualidade do meio ambiente.

A partir dessas proposições gerais, os educadores reunidos em Tbilisi pela UNESCO e pelo PNUMA estabeleceram categorias de objetivos, envolvendo as etapas de conscientização, conhecimento, sensibilização, formação de atitudes, desenvolvimento de habilidades ou aptidões e a participação ou compromisso de ação pelo meio ambiente.

Tais categorias são compreendidas em conjunto como etapas de um processo pedagógico destinado a promover a formação de atitudes, valores e habilidades capazes de possibilitar a indivíduos e grupos sociais participarem de forma comprometida e efetiva na resolução dos problemas ambientais do cotidiano. Ao possibilitar a percepção integrada do ambiente, a educação ambiental propicia uma ação mais racional e capaz de responder às necessidades sociais.

Destacam-se, também, pela sua importância para a definição e orientação de programas, projetos ou planos de educação ambiental, as diretrizes gerais

recomendadas em 1975, pelo UNESCO/PNUMA. Tais diretrizes, que também fazem parte do PIEA, pela sua abrangência e caráter orientador, são a base para a realização de uma educação ambiental profícua e, portanto, devem constituir-se em fundamentos básicos para o desenvolvimento de projetos político-pedagógicos, inclusive nos cursos de ensino superior de formação profissional na área das Ciências Humanas, destacando-se, principalmente, o foco deste presente estudo, o curso superior de turismo.

As proposições e os princípios apresentados anteriormente foram reafirmados na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, no Rio de Janeiro, sendo incluídos no Capítulo 36 da *Agenda 21*, o documento planetário que sintetiza o plano de ação humano para as sociedades sustentáveis no século XXI. Esse documento define três áreas prioritárias de atuação para a educação ambiental, apresentadas a seguir de forma resumida:

1- Reorientação da educação formal na direção da sustentabilidade, reafirmando a necessidade e a importância da educação básica como condição para o desenvolvimento sócio-econômico e a conservação do meio ambiente.

2- Ampliação da consciência pública através de ações destinadas às comunidades, visando sensibilizá-las para conhecer os problemas ambientais e do desenvolvimento, criando canais de participação para as soluções dos problemas, aumentando a responsabilidade pessoal e coletiva para com o meio ambiente.

3- Promoção do treinamento destinado à formação de recursos humanos para atuar na conservação do meio ambiente, na implementação do desenvolvimento e das duas prioridades anteriores.

A *Agenda 21* é um documento que se dedica aos problemas da atualidade e

almeja preparar o mundo para os desafios deste novo século. Ela reflete o consenso e o compromisso político em seu mais alto nível, objetivando o desenvolvimento e a proteção ambiental. No entanto, para a implantação bem-sucedida da *Agenda 21*, são necessários o engajamento e a responsabilidade dos governos, o seu desdobramento em agendas locais, regionais, nacionais e também setoriais como no caso do turismo.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento possibilitou uma ampla discussão sobre a manutenção da vida no planeta e lançou os desafios fundamentais para permear as políticas dos governos das nações no próximo milênio. A Conferência do Rio, como ficou conhecida, propiciou um intercâmbio de idéias e experiências e a proliferação de iniciativas de grande significado para a politização e a institucionalização da questão ambiental, em níveis internacional, nacional, regional e local, das quais emergiram e estruturaram-se organismos governamentais e não-governamentais engajados com a educação ambiental, em todo o mundo e, particularmente, no Brasil.

O *Tratado de Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global*, documento de caráter não oficial celebrado por diversas organizações da sociedade civil reunidas por ocasião da Conferência Rio 92, reconhece a educação como um processo em permanente construção. O documento reconhece ainda que a educação ambiental para uma sustentabilidade eqüitativa é um processo de aprendizagem permanente baseado no respeito a todas as formas de vida.

Em dezembro de 1997, foi elaborada a *Declaração de Thessaloniki*, resultado da Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Conscientização Pública para a Sustentabilidade, na cidade grega

Thessaloniki. A *Declaração*, além de reafirmar a pertinência de documentos e princípios anteriores, mostrou que há um conjunto básico de questões críticas precisando ser efetivamente enfrentado pela educação ambiental em todo o mundo, tais como: necessidade de formação de professores, carência de metodologias interdisciplinares e de material didático, falta de políticas nacionais acompanhadas de estratégias claras e recursos definidos para sua execução.

No plano brasileiro, a *Lei n. 6.938/81*, que dispõe sobre fins, mecanismos de formulação e aplicação da Política Nacional do Meio Ambiente, consagra a educação ambiental e estabelece no seu décimo princípio: “*Educação Ambiental a todos os níveis do ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente*”.

O *Parecer 226/87*, do então Conselho Federal de Educação indicou o caráter interdisciplinar da educação ambiental recomendando a disseminação de Centros de Educação Ambiental nas diversas regiões do País, representando os diversos biomas e ecossistemas brasileiros.

A *Carta Brasileira para a Educação Ambiental*, formalizada por ocasião da já citada Conferência do Rio, dentre as suas recomendações destaca que sejam cumpridos os marcos referenciais internacionais acordados em relação à educação ambiental com dimensão multi, inter e transdisciplinar em todos os níveis de ensino. Também salienta que, em todas as instâncias, o processo decisório acerca das políticas para a educação ambiental conta com a participação das comunidades direta ou indiretamente envolvidas na problemática em questão.

É importante ressaltar que o *Programa Nacional de Educação Ambiental - PRONEA* - foi estabelecido por decreto presidencial, em 21 de dezembro de 1994:

Suas ações destinam a assegurar, no âmbito educativo, a integração equilibrada das múltiplas dimensões da sustentabilidade - ambiental, social, ética, cultural, econômica, espacial e política - ao desenvolvimento do país, resultando em melhor qualidade de vida para toda a população brasileira, por intermédio do desenvolvimento e da participação social na proteção e conservação ambiental e da manutenção dessas condições ao longo prazo (PRONEA, 2004, p. 23).

Pode-se dizer que o *PRONEA* contribuiu, posteriormente, em 1999, à Política Nacional de Educação Ambiental.

A *Lei n. 9.795*, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, avança conceitualmente, posiciona o processo no contexto da educação geral e estabelece princípios básicos para nortear os processos de aplicação da educação ambiental no ensino formal e não-formal.

Na Conferência Rio + 10, como ficou conhecida a *Conferência Mundial Sobre o Meio ambiente e o Desenvolvimento Sustentável*, realizada em setembro de 2002, em Joanesburgo, na África do Sul, buscou-se a construção de consensos sobre os modos e processos de implementação dos compromissos sócio-ambientais assumidos na Conferência do Rio em 1992, quando foram definidas algumas metas a serem alcançadas.

Cada evento apresentado foi fundamental na legitimação, fortalecimento e desenvolvimento da educação ambiental nas últimas três décadas, tanto nos países desenvolvidos, como nos países considerados em desenvolvimento, bem como propiciaram avaliação crítica do seu desenvolvimento.

1.1.1 A Política Nacional de Educação Ambiental

Segundo Dias (2000), o Brasil é o único país da América Latina que tem uma política nacional específica para a educação ambiental. Em 1999, o Congresso

Nacional aprovou a *Lei n. 9.795*, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental¹ que, entre outros aspectos, salienta que todos têm direito à educação ambiental como parte do processo educativo mais amplo e incumbe o Poder Público da definição de políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promovendo a educação ambiental em todos os níveis de ensino. A lei estabelece também incumbências para as empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas, salientando a necessidade da promoção de programas destinados à capacitação dos trabalhadores, visando a melhoria do ambiente de trabalho e seu controle efetivo, bem como se responsabilizando pelas repercussões do processo produtivo no meio ambiente.

A referida lei, no seu artigo 1º, define a educação ambiental como:

Os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

O artigo 2º trata a educação ambiental como um componente essencial e permanente da educação nacional determinando a sua presença em todos os níveis e modalidades do ensino formal e não-formal.

No que se refere aos princípios básicos, o artigo 4º enriquece os princípios diretores estabelecidos na Conferência de Tbilisi, caracterizando a forma como o processo pedagógico deve ser aplicado nos diversos contextos educativos. Como forma de orientação, os princípios básicos estabelecem:

- o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
- a concepção de meio ambiente como totalidade e percebido sob o enfoque da sustentabilidade;

¹ A PNEA encontra-se publicada na íntegra no site: <http://www.mma.gov.br>

- o pluralismo das idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da multi, inter e transdisciplinaridade;

- a vinculação com a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais, a garantia de continuidade do processo educativo e sua permanente avaliação crítica;

- a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais; e o reconhecimento e o respeito à pluralidade e a diversidade individual e cultural.

O artigo 5º estabelece os objetivos fundamentais da educação ambiental, tais como:

- desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente nos diversos segmentos da sociedade;

- incentivo à participação individual e coletiva permanente e responsável; o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País;

- o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;

- o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

Através destes objetivos, evidencia-se que a educação ambiental deve capacitar o ser humano para o exercício pleno da cidadania através da formação de uma base conceitual abrangente, técnica e culturalmente capaz de possibilitar a superação dos obstáculos à utilização sustentada do meio. O direito à informação e o acesso às tecnologias capazes de viabilizar a sustentabilidade constituem, assim, pilares desse processo de formação de uma nova consciência em nível planetário, sem perder as óticas regionais e nacionais e, sobretudo, as locais. O desafio da educação, neste particular, é o de criar as bases para a compreensão holística da realidade, condição fundamental para todo o processo pedagógico da educação

ambiental.

A *Lei n. 9.795/99* determina também que a educação ambiental deve ser desenvolvida na educação em geral e na educação escolar, por meio de uma atuação inter-relacionada através das seguintes ações: capacitação de recursos humanos; desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentações; produção e divulgação de material educativo; e acompanhamento e avaliação.

Na dimensão do ensino formal, o artigo 9º não deixa margem a dúvidas quanto à sua obrigatoriedade no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, determinada textualmente nos seguintes níveis:

- na educação básica - infantil e fundamental;
- no ensino médio;
- no ensino superior;
- na educação especial;
- na educação profissional;
- na educação de jovens e adultos.

O artigo 10º reafirma, como não poderia deixar de ser, os artigos anteriores ressaltando que a educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal, e que não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino.

Para Díaz (2002, p. 72),

Sob a perceptiva de desenvolvimento curricular e enfoque pedagógico, existe, atualmente, um consenso sobre o fato de que a educação ambiental não pode ser uma disciplina autônoma, devido à sua carga comportamental e por nutrir-se de conteúdos conceituais procedentes de diversos campos tão distintos do saber.

São estas características que fazem com que a educação ambiental não seja considerada uma atividade ocasional e reduzida apenas a processos de sensibilização ou confundida com somente uma proposta de proteção da fauna e da flora, mas um processo complexo pelas suas especificidades conceituais, que faz dela um campo de conhecimento em formação, um processo pedagógico destinado à formação do pensamento sistêmico e destinado a construir novos padrões de comportamento e estilos de vida. Ela torna-se, assim, um bom modelo para o processo pedagógico do turismo, contribuindo para a formação e/ou capacitação do Bacharel em Turismo, mediante a acelerada evolução da atividade turística no mundo e, conseqüentemente, os impactos que esse crescimento tem gerado no meio ambiente natural e construído.

1.2 O Desenvolvimento da Concepção de Educação Ambiental

Reforçando a idéia do desenvolvimento da educação ambiental, será apresentado aqui um quadro cronológico adaptado da obra de Dias (2000), com um apanhado histórico das concepções de educação ambiental nos últimos trinta anos.

É importante destacar que o desenvolvimento da concepção de educação ambiental está diretamente relacionado com a de meio ambiente e a forma como esse é percebido. Para Dias (2000), a absorção do conceito de meio ambiente reduzido exclusivamente a seus aspectos naturais não permite a percepção das interdependências nem a contribuição das ciências sociais e de outras à compreensão e à melhoria do ambiente humano.

QUADRO 2

Evolução das concepções de educação ambiental

ANO	CONCEPÇÃO
1970	Educação ambiental é um processo de reconhecimento de valores e clarificações de conceitos, voltados para o desenvolvimento de habilidades e atitudes necessárias à compreensão e à apreciação das inter-relações entre o homem, sua cultura e seu entorno biofísico. (União Internacional para Conservação da Natureza – IUCN)
1972	Processo de desenvolvimento progressivo de um senso de preocupação com o meio ambiente, baseado em um conjunto completo e sensível de entendimento das relações do homem com o ambiente a sua volta. (Mellows)
1977	A educação ambiental foi definida como uma dimensão dada ao conteúdo e à prática da educação, orientada para a resolução de problemas concretos do meio ambiente, através de um enfoque interdisciplinar e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade. (Conferência de Tbilisi)
1986	Processo de formação e informação, orientada para o desenvolvimento da consciência crítica sobre as questões ambientais e de atividades que levem à participação das comunidades na preservação do equilíbrio ambiental. (Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA)
1988/ 1989	Conjunto de ações educativas do homem com o meio, voltadas para a compreensão da dinâmica dos ecossistemas, considerando os efeitos da relação do homem com o meio, a determinação social e evolução histórica dessa relação. (Programa Nossa Natureza)
1992	A educação ambiental se caracteriza por incorporar as dimensões sócio-econômicas, políticas, cultural e histórica, não podendo basear-se em pautas rígidas e de aplicação universal, devendo considerar as condições de estágio de cada país, região e comunidade, sob uma perspectiva holística. Assim, a educação ambiental deve permitir a compreensão da natureza complexa do meio ambiente e interpretar a interdependência entre os diversos elementos que o conformam o ambiente, com vista a utilizar racionalmente os recursos do meio, na satisfação material e espiritual da sociedade, no presente e no futuro. (ECO-92) Processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida. (Tratado de EA para Sociedades Sustentáveis)
1997	A educação ambiental como um meio de trazer mudanças em comportamentos e estilos de vida para disseminar conhecimentos e desenvolver habilidades na

	preparação do público para suportar mudanças rumo à sustentabilidade oriundas de outros setores da sociedade. (Conferência Internacional Sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade)
1999	A educação ambiental como os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (Política Nacional de Educação Ambiental)
2000	A educação ambiental é um processo que consiste em propiciar às pessoas uma compreensão crítica e global do ambiente, para elucidar valores e desenvolver atitudes que lhes permitam adotar uma posição consciente e participativa a respeito das questões relacionadas com a conservação e adequada utilização dos recursos naturais, para a melhoria da qualidade de vida e a eliminação da pobreza extrema e do consumismo desenfreado. A Educação Ambiental visa à construção de relações sociais, econômicas e culturais capazes de respeitar e incorporar as diferenças, (minorias étnicas, populações tradicionais), a perspectiva da mulher, e a liberdade para decidir caminhos alternativos de desenvolvimento sustentável respeitando os limites dos ecossistemas, substrato de nossa própria possibilidade de sobrevivência como espécie (Medina)
	Educação ambiental é o Processo destinado a fazer com que a dimensão ambiental seja incorporada na cultura das pessoas e das comunidades (Silveira)

Fonte: A autora

Nas concepções de educação ambiental, citadas no quadro acima, da década de 70 até a atualidade, percebem-se diferenças, reflexo do momento histórico em que foram elaborados. Em todas elas, fica clara a proposta de se minimizar a distância entre os seres humanos e o meio ambiente. A separação homem-natureza (cultura-natureza, história-natureza) é uma característica predominante do pensamento que tem dominado o chamado mundo ocidental, cuja matriz filosófica encontra-se na cultura grega e romana clássicas, principalmente, após os grandes filósofos Sócrates (470-399 a.C), Platão (428-347 a.C) e Aristóteles (384-322 a.C). (GONÇALVES, 2002).

Inicia-se, assim, o privilégio do homem e da idéia sobre a *physis*². Surge uma valorização da razão e do filósofo que, nesse momento da história grega, seria um pensador superior aos que o antecederam (GONÇALVES, 2002). Como conseqüência disso, inicia-se um processo de mudança do conceito de *physis* e de natureza, que, se em um primeiro momento não aparece senão debilmente, pouco a pouco se afirmará até atingir, contemporaneamente, essa concepção de natureza desumanizada e dessa natureza não-humana.

Na Idade Média, com o fortalecimento do cristianismo, surge através de uma religião monoteísta, um único Deus que sobe aos céus e, de fora, passa a agir sobre um mundo concebido sob a imperfeição dos seres humanos. Porém, o ser humano passa a ser um ser privilegiado, pois é “a imagem e semelhança de Deus”. No Cristianismo separa-se corpo e alma e, com isso, o corpo torna-se objeto, instrumento da ciência.

Mais tarde, é com o filósofo Descartes (1596-1650) que a oposição homem-natureza, espírito-matéria, sujeito-objeto se tornará mais completa, constituindo-se no centro do pensamento moderno e contemporâneo³.

Para Brugger (1999), a distância entre homem-meio ambiente foi gerada principalmente na sociedade industrial, quando o desenvolvimento da indústria aprofundou a divisão do trabalho, fortalecendo e fundindo fenômenos que tinham uma evolução paralela, tais como: a visão de mundo cartesiana, a nova ordem econômica e o individualismo.

² Concepção grega de totalidade, de tudo o que é. Para os gregos ela pode ser apreendida em tudo que acontece: na aurora, no crescimento das plantas, no crescimento de seres vivos. (É importante destacar que a compreensão do conceito de natureza grega era muito mais extenso e complexo do que o conceito atual). A *physis* é mais que “naturalizar” ou restringir todos os entes. Pensar o todo do real a partir da *physis* é pensar a partir daquilo que determina a realidade e a totalidade do ente. Essa concepção teve vários adeptos importantes entre os filósofos do mundo grego como: Tales e Anaximandro de Mileto, Heráclito de Efós, Xenófanes de Cólofon, entre outros.

³ Ver GRÜN, Mauro. **Ética e Educação Ambiental**: a conexão necessária, Campinas/SP: Papyrus, 1996, para maior aprofundamento nessa questão.

Sendo assim, o caráter pragmático que o conhecimento adquire e o antropocentrismo, que colocam o ser humano no centro do mundo, são dois aspectos da filosofia cartesiana que irão marcar a modernidade.

Gonçalves (2002, p. 32-35) comenta que:

O conhecimento cartesiano vê a natureza como recurso, ou seja, como nos ensina o dicionário Aurélio, um meio para se atingir um fim. Outro fator fundamental do conhecimento cartesiano é o antropocentrismo, isso é o homem passa a ser visto como o centro do mundo; o sujeito em oposição ao objeto, à natureza. O homem, instrumentalizado pelo método científico pode penetrar os mistérios da natureza, e assim, torna-se “senhor e possuidor da natureza” [...] o antropocentrismo e o sentido pragmático-utilitarista do pensamento cartesiano não podem ser vistos desvinculados do mercantilismo que se afirmava e já se tornava, com o colonialismo, senhor possuidor de todo o mundo [...]. O antropocentrismo consagra a capacidade humana de dominar a natureza [...] com a instituição do capitalismo essa tendência será levada às últimas conseqüências.

A revolução industrial evidenciou a força dessas idéias e o século XIX será o triunfo desse mundo pragmático, com a ciência e a técnica adquirindo, como nunca, um significado central na vida dos homens:

A natureza, cada vez mais um objeto a ser possuído e dominado, é agora subdividida em física, química, biologia [...] a divisão social e técnica do trabalho fazem parte do mundo concreto dos homens e não pensar de modo fragmentado, dividido e dicotomizado, passa a ser cada vez mais característico daqueles que parecem ter perdido o sentido de realidade [...] a idéia de natureza objetiva e exterior ao homem, o que pressupõe uma idéia de homem não-natural e fora da natureza, cristaliza-se com a civilização industrial inaugurada pelo capitalismo. A ciência da natureza se separa da ciência do homem. (GONÇALVES, 2002, p. 32-35)

É importante destacar que essa mesma discussão aparece na obra de diversos autores, como Grün (1996), Capra (1996) e Díaz (2002), entre outros. Também é importante perceber a fragmentação do conhecimento na ciência moderna e o porquê do distanciamento do ser humano da natureza. Tudo isso é fundamental para a compreensão do movimento ambientalista e da crise de paradigma que se instaura no mundo, principalmente, na década de 70.

Nesse momento, a educação ambiental surge como alternativa para a formação de um novo modelo de construção do conhecimento, quando, apesar do enraizamento de uma visão ainda antropocêntrica, já se percebe a educação ambiental, principalmente, como um processo que permite a compreensão e a apreciação das inter-relações entre o ser humano, sua cultura e seu entorno biofísico (IUCN, 1991).

Com o passar dos anos, essa percepção foi se ampliando para a visão sistêmica integrando o meio ambiente e o ser humano. No final da década de 70, também se evidencia o enfoque interdisciplinar da educação ambiental e o papel ativo de cada cidadão e da sociedade, bem como o papel da educação ambiental como resolução de problemas. Essa concepção foi uma referência importante para este presente estudo por seu caráter sistêmico e interdisciplinar, tão necessários no estudo da complexidade da atividade turística.

1.3 Um Novo Paradigma para a Educação

Ao se tentar aprofundar a discussão sobre a educação ambiental no ensino superior de turismo, será aqui primeiramente destacada uma reflexão sobre a formação do pensamento científico e de que forma esse pensamento direciona ainda hoje a formação educacional do ser humano e, em especial, a sua relação com o meio ambiente.

Comenius (1592-1670), discípulo de Bacon (1561-1626), acreditava que a educação deveria fundamentar-se no conhecimento das ciências naturais e no uso dos sentidos. Para tanto *“ele tentou implantar no campo da educação, a reforma pretendida por Bacon no domínio das ciências”* (GRÜN, 1996, p. 37). Também é

importante ressaltar que essa transformação do ideário educacional pode ser caracterizada pelo surgimento de um novo código curricular: o código curricular racional (GRÜN, 1996). Em um currículo inspirado nas idéias baconianas, a natureza, é claro, tinha um valor meramente utilitário.

No século XIX, a educação obrigatória surge como uma espécie de garantia da ordem social. Grün (1996, p. 39) vê nesse processo *“uma preocupação das classes dirigentes quanto à assimilação da instituição por parte do povo. Era preciso remodelar o currículo tendo em vista as necessidades impostas pelo processo de industrialização”*.

Assim, o “código curricular racional” surgia como uma resposta a estes novos tempos de educação de massas. O mundo comercializado e industrializado exigia a presença das “ciências” no currículo.

Grün (1996, p. 38) também afirma que

O indivíduo torna-se a pedra lapidar do código curricular racional [...] a liberdade individual promovida pelo liberalismo, [...] fundamenta-se na autonomia da razão [...] aqui, permito-me referenciar sobre o dualismo estrutural existente entre a autonomia da razão e a objetivação da natureza. Tal autonomia não é possível sem a objetivação do mundo natural e nem pode a natureza ser objetificada a não ser por uma razão autônoma, independente.

No estudo da educação ambiental no ensino superior de turismo, a influência do modelo cartesiano que rege a estrutura curricular atual deve ser considerada, mesmo que esse modelo venha sendo questionado, nas últimas décadas, sob o olhar da crise ecológica, já mencionada em outros momentos do presente estudo.

O modelo cartesiano, estruturado em uma visão mecanicista do mundo, implica a convicção de que a fragmentação do conhecimento e, com ela, o fracionamento da realidade em disciplinas ou campos do saber são essenciais à

aprendizagem. Estamos, em síntese, diante de um dos princípios inspiradores não apenas da educação durante séculos, mas também do tratamento das questões ambientais que levaram à atual situação da biosfera. “*O mundo encontra-se fragmentado e desestruturado, vítima de um enfoque que pretendia ser organizador e estruturante*”. (DÍAZ, 2002, p. 24)

Autores como Brügger (1999), Díaz (2002), Gonçalves (2002) e Morin (2003), entre outros, ressaltam a fragmentação quando questionam qual o tipo de educação voltada para as questões ambientais que hoje se desenvolvem nas instituições de ensino superior. Discutem também como está se desenvolvendo a educação ambiental em ambientes acadêmicos regidos ainda sob a égide do modelo científico cartesiano e o mito antropocêntrico, enraizados em nossa cultura.

Como resultado desse processo, alguns questionamentos devem ser levantados, principalmente, sobre quais as alternativas que se processam nos últimos anos para os problemas ambientais, políticos, culturais, sociais e econômicos denunciados pela crise ambiental. Como formar profissionais capacitados para interferir no meio ambiente em prol de minimizar impactos ou mesmo de buscar soluções para as demandas vigentes? Como formar uma nova epistemologia para educação que consiga romper o modelo atual? Como introduzir em uma área de conhecimento recente, como o turismo, essas questões levantadas?

Brügger (1999) ressalta exatamente que a crise ambiental ou ecológica não é nada mais do que uma “leitura” da crise de nossa sociedade e que é necessário construir uma reflexão sobre a ética ambiental conservacionista e como essa necessita também de uma reformulação para a construção de uma nova epistemologia ambiental. Por isso torna-se fundamental distinguir educação

conservacionista de uma *educação ambiental*.

Segundo Brügger (1999, p. 34-36):

Uma educação conservacionista é essencialmente aquela cujos ensinamentos conduzem ao uso racional dos recursos naturais e à manutenção de um nível ótimo de produtividade dos ecossistemas naturais ou gerenciados pelo homem. Já uma educação para o meio ambiente implica também, segundo vários autores, em uma profunda mudança de valores, em uma nova visão de mundo, o que ultrapassa bastante o universo meramente conservacionista [...] o que é progresso não se discute, principalmente como ele se traduz e quem o impulsiona [...] nessas condições, o que deveria ser um tema gerador ou um fio condutor [...] freqüentemente, em um tipo de instrução de caráter essencialmente técnico, que mais se assemelha a um adestramento”, reduzindo a questão ambiental a uma dimensão meramente técnica [...] E educação adestramento é uma forma de adequação dos indivíduos ao sistema social vigente [...] as escolas e os meios de comunicação de massas, notadamente as grandes redes de televisão, desempenham muito bem essa função de produzir, reproduzir e legitimar a visão social de mundo dominante.

Seguindo essa perspectiva levantada por Brügger (1999), para educar os seres humanos com uma proposta sustentável, para construir uma educação que prepare as pessoas e, no caso do presente estudo, o Bacharel em Turismo, para uma visão de mundo complexa, onde o ser humano é parte integrante do meio ambiente, em uma relação sistêmica aberta e sinérgica com todos os seres que integram o planeta Terra e esse com o cosmos, torna-se necessário romper com o paradigma cartesiano-newtoniano do pensamento tecnicista de nossa sociedade industrial e tecnológica.

Como resultado da crise ambiental do século XX, educar no século XXI é um desafio complexo que necessita cada vez mais de uma nova pedagogia fundada em um novo “paradigma emergente”, sustentado em novas categorias interpretativas:

Passou-se de uma concepção mecanicista para uma visão holística e ecológica, de uma ciência mecânica que concebia o mundo linearmente, para uma dimensão quântica e complexa da realidade. Categorias como as de espaço e tempo, e inclusive matéria, estão dando lugar à dimensão holística que obriga a considerar o mundo do ponto de vista das relações e integrações e não a partir de entidades isoladas. (GUTIERREZ e PRADO 1999, p. 30)

Outro autor que disserta sobre o novo paradigma pedagógico é Gadotti (2000, p. 82). O autor afirma que essa nova forma de significar o mundo supõe novos modos de pensar, de ser, de agir. Supõe novos valores e comportamentos. Concordando com ele, enquanto o paradigma clássico racionalista, com sua lógica mecanicista, nega a subjetividade e, em nome do progresso, usurpa a natureza e compromete a vida, o novo paradigma “*caracteriza-se pela promoção de uma lógica relacional, e auto-organizacional que leva o ser humano a redescobrir o lugar que lhe corresponde dentro do conjunto harmonioso do universo*”.

Capra (1996), Vasconcellos (2003) e Morin (2003), entre outros, também dissertam sobre essa nova forma de perceber o universo como sendo uma complexa rede de energias e de matérias em permanente integração, incluindo, principalmente, os seres humanos como agentes nesse processo. Procuram contribuir para a compreensão de um novo paradigma na educação com o propósito de superar os desafios que o conhecimento deverá enfrentar cada vez mais no decorrer do terceiro milênio. Uma proposta de regeneração humanista, regida pela idéia de sistema e complexidade. Para Morin (1998, p. 559):

A complexidade é um problema, é um desafio e não uma resposta. Mas o que é realmente a complexidade? A primeira vista, é o que não é simples. Esta primeira idéia vai nos servir como fio de Ariadne. Pelo fato de o ideal de conhecimento científico até o século XX, e ainda hoje muito presente no espírito científico, ser o de revelar, por trás da aparente confusão dos fenômenos, as leis simples que os regem, a ordem pura que os determina, tratava-se de chegar a estabelecer verdades simples por quatro meios [...] princípio da ordem, [...] princípio da separação, [...] princípio da redução e o princípio “dedutivo-indutivo-identitário” [...] o desafio da complexidade

vem então do fato que cada um desses princípios tenha se visto abalado, e mesmo questionado, no decorrer de diversos desenvolvimentos científicos durante o século XX, sem que, entretanto, tenha sido suficientemente pensada a necessidade de uma verdadeira reforma do pensamento.

O autor elege o *pensamento sistêmico* como um dos elementos para a reforma de pensamento que deve acontecer, por meio da interação, no sentido da complexidade, contrapondo-se a cultura geral à cultura específica e técnica. Para ele, o pensamento sistêmico é importante, pois à nossa volta tudo é sistema e todos os sistemas dialogam entre si e dentro de si, considerando não somente o que é biológico, mas também e no mesmo nível de valor o que é cultural. Esta é a complexidade do real. A passagem do pensamento fragmentado para a visão globalizada é função da educação e deveria estar em todos os níveis do processo de formação humana e profissional (MORIN, 1999).

A noção de complexidade situa-se no centro de um novo enfoque que reintegra nosso meio ambiente em nossa consciência social. Morin (1998) pondera que o objeto de estudo como sistema seria um dos princípios básicos do paradigma da complexidade, como novo marco interpretativo para o estudo dos fenômenos, em particular, dos que afetam o meio ambiente. Os outros princípios (DIAZ, 1995) seriam:

- A necessidade de associar o objeto a seu ambiente (eco-organização) e unir o objeto a seu observador.

- O abandono das leis deterministas e apresentações unidirecionais dos fenômenos, além de aceitação das realimentações, das interferências, dos sincronismos e do aleatório como natural entre outros. A complexidade de certos sistemas é tal que seu funcionamento pode parecer caótico e imprevisível, por isso, em matéria de gestão do planeta, há dificuldades e, em certos casos,

impossibilidades de prever os efeitos da ação do ser humano sobre o meio ambiente.

- A superação do princípio da causalidade linear e utilização do princípio da causalidade circular que comporta realimentações, interferências, sinergias, sincronismo, entre outros.

- O confronto com a contradição como indício não do erro, mas como expressão de aspectos novos, desconhecidos até o momento.

- A relevância do êxito na compreensão da realidade, junto com outras possibilidades de evolução e desenvolvimento do processo.

- A importância do papel da inovação, respeito à complexidade, ao criar novas possibilidades de estabilidade e comoção do sistema.

Do ponto de vista pedagógico e didático, o enfoque sistêmico conduz a uma ação por objetivos e a um ensino pluridisciplinar, diferente do enfoque ou da aproximação analítica ao estudo da realidade, que conduz, ao contrário, a um ensino essencialmente disciplinar, baseado em uma ação programada e com um sentido eminentemente restritivo. Por isso, no âmbito educativo, é importante considerar os efeitos das interações na natureza, concentrar-se nas interações entre os elementos, e não nos elementos isolados, e construir uma visão mais global e contínua.

1.4 As Representações Sociais do Meio Ambiente e da Educação Ambiental

Reigota (2001, p. 11-14) afirma que a *“educação ambiental tem sido realizada a partir da concepção que se tem de meio ambiente”*, pois se trata de um processo educativo para o meio ambiente. No entanto, lembra o autor: *“Mas o que*

significa meio ambiente? Trata-se de um conceito científico ou de uma representação social? O que é conceito científico? O que é uma representação social?”.

Pode-se dizer que os conceitos científicos são terminologias entendidas e utilizadas universalmente, pois são definidos, compreendidos e ensinados da mesma forma pela comunidade científica internacional, caracterizando o consenso. Assim, por exemplo, são considerados conceitos científicos os termos habitat, ecossistema, na área das ciências naturais; ensino, aprendizagem, alfabetização, na área das ciências humanas.

As representações sociais, por sua vez, constituem os sentidos comuns sobre um determinado tema, onde se incluem os preconceitos, as ideologias e características específicas das atividades sociais e profissionais cotidianas. Pode-se dizer, então, que as representações sociais estão mais presentes fora do meio científico, apesar de poderem estar nele presentes. No universo das representações sociais podem-se encontrar os conceitos científicos, porém na forma como as pessoas os aprenderam e internalizaram.

As representações sociais propiciam que as pessoas tomem consciência de seus pensamentos, de suas idéias, de suas visões, de suas atitudes e encontrem uma maneira de tornar familiar aquilo que lhes é desconhecido. Nessa linha, a representação social não deve ficar apenas na identificação, mas deve ir além, desconstruindo e reconstruindo novas representações:

Na área de meio ambiente a representação social de indivíduos e grupos é necessária para se entender como esses atores sociais estão captando e interpretando as questões ambientais, e de certa forma, como pensam e agem em sua realidade próxima (AZEVEDO, 2001, p. 71).

Também se pode afirmar que, no trato das questões ambientais, especialmente a partir da perspectiva da educação ambiental, é sobre a representação social de meio ambiente que reside um dos maiores desafios a serem superados, levando-se em conta que a percepção que as pessoas têm sobre determinados termos determinam suas formas de pensar e também de agir, interferem sobre a aquisição de novos conhecimentos, sobre as atitudes e valores, enfim, sobre a percepção humana e, conseqüentemente, sobre os comportamentos.

Levando em consideração várias representações sociais de meio ambiente, procurou-se trabalhar, neste presente estudo, com as três representações mais comuns presentes no pensamento contemporâneo. São estas: a naturalista, que se caracteriza por privilegiar apenas os aspectos naturais, às vezes se confundindo com os conceitos ecológicos de habitat, nicho ou ecossistema; a antropocêntrica, que evidencia a utilidade dos recursos naturais para a sobrevivência do ser humano, tudo girando em torno das necessidades humanas; e a globalizante ou sistêmica que evidencia as relações recíprocas entre natureza e sociedade.

Para fins deste estudo, onde a representação de meio ambiente e também de educação ambiental constituem o próprio objeto, é fundamental estabelecer quais são os entendimentos que serão referenciados sobre cada um dos termos. É através da representação social de meio ambiente, denominada sistêmica, que se passou a expressar também a idéia de educação ambiental:

Uma dimensão do discurso e da prática da educação, orientada à prevenção e à resolução de problemas concretos colocados pelo meio ambiente, graças a um enfoque interdisciplinar e à participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade (SÃO PAULO - ESTADO, 1994b, p. 30).

É importante lembrar que, a partir dos anos 90, especialmente em função da Conferência do Rio de Janeiro (1992), a educação ambiental passa a estar associada à educação para o desenvolvimento, ficando mais evidenciada a necessidade de se perceber a espécie humana como parte do meio ambiente, exigindo-se no mínimo o propósito de viver em condições dignas, equilibradas e em ambiente saudável.

A educação ambiental, com esse novo enfoque, não se apresenta mais relacionada apenas à conservação da diversidade da flora, da fauna e dos recursos naturais como a água, o ar e o solo. A nova perspectiva inclui também a redução e a eliminação da fome, da miséria, das doenças, das diversas formas de violência e dos assentamentos humanos inadequados. A ênfase passa a ser também no desenvolvimento econômico e social para toda a humanidade, porém levando em conta a sustentabilidade dos ecossistemas. Estas referências foram consideradas nos objetivos e na elaboração dos instrumentos de pesquisa, bem como na análise dos resultados deste estudo.

2 ENSINO SUPERIOR DE TURISMO

2.1 A Evolução Histórica do Curso Superior de Turismo no Brasil

Segundo Rejowski (2002), foi principalmente nos anos 70 que o turismo começou a se desenvolver mais no país, resultado de sua expansão como oportunidade de acesso para as camadas mais populares, gerando assim o crescimento do turismo de massa e a conseqüente movimentação e circulação de capital. Em vista disso, a temática turismo passou a ser incluída nos veículos de comunicação de massa, despertando o interesse tanto do setor privado como do público, que passaram a investir na atividade.

Após 1970, o ensino superior de turismo no Brasil deu um salto quantitativo, principalmente, com a expansão das instituições particulares de ensino, incentivadas pelo momento político brasileiro após o golpe militar de 1964, o chamado “*milagre econômico*”. A expectativa de desenvolvimento e expansão da economia gerou uma necessidade de qualificação profissional da população, influenciando o setor empresarial brasileiro, principalmente na região sudeste do país, a investir na indústria da educação, sob o escudo da política e da ideologia do modelo capitalista desenvolvimentista (SEREJO, 2003).

Nessa conjuntura, o turismo começa sua trajetória acadêmica no país, inicialmente pouco reconhecida e, gradativamente, tomando forma e se configurando, pela crescente demanda de público, como uma nova área de conhecimento, principalmente, das instituições de ensino superior privado. Trigo (1998) ressalta que a formação inicial do Bacharel em Turismo era muito pragmática e visava apenas atender à demanda do mercado, utilizava uma

terminologia economicista e eminentemente tecnicista, menosprezando os aspectos sociais e políticos da sociedade.

No ano de 1971, fundou-se, em São Paulo, o primeiro curso superior de turismo no Brasil, a Faculdade Morumbi, atual Universidade Anhembi-Morumbi. Três anos depois, essa mesma Faculdade implantaria o primeiro curso de turismo em Belo Horizonte, que mais tarde daria origem ao curso que foi o *locus* desse estudo.

No início da década de 80, dez anos após a implantação desse primeiro curso, já existiam cerca de 20 cursos de turismo no país, concentrados, principalmente, na região sudeste (MATIAS, 2002). Essa expansão de cursos de turismo sofreu uma queda nessa mesma década, decorrente da crise econômica marcada por taxas de inflação extremamente elevadas, com reflexos evidentes sobre o poder aquisitivo da população. Tal crise refletiu também na educação superior no Brasil inclusive nas instituições particulares que mantinham curso de turismo. Conseqüentemente, diversos deles não conseguiram sobreviver.

Na década de 90, com o fortalecimento do turismo em nível nacional, uma profusão de cursos começou a ser implantada com distribuição geográfica mais ampla, incluindo as diversas regiões brasileiras, visando atender às necessidades do setor em expansão no país⁴ (ANSARAH, 2002). Até 1994, existiam trinta e dois cursos de Turismo no país. Hoje, dez anos depois, já existe registro de 560⁵ (quinhentos e sessenta) cursos distribuídos nas diversas regiões brasileiras, mas com concentrações nas áreas metropolitanas.

⁴ O rol das escolas superiores de turismo fundadas no Brasil, nos últimos anos, encontra-se referenciado na obra de diversos autores, tais como: Trigo (2000), Matias (2002), Ansarah (2002), entre outros.

⁵ <http://www.abbtur.com.br>

Os cursos foram criados para formar profissionais para atuar nas áreas específicas da atividade turística, tais como agenciamento, meios de hospedagens, transportadoras aéreas, terrestres, marítimas e fluviais, seguradoras, entre outras. No início do século XXI, os currículos ampliaram sua flexibilidade curricular, reflexo da Lei de Diretrizes e Base de 1996. Começaram, assim, a explorar áreas mais abrangentes, como o planejamento e desenvolvimento regional, por exemplo, possivelmente como resultado da ampliação da percepção sobre os impactos adversos decorrentes do turismo, principalmente, nas regiões litorâneas brasileiras, onde a atividade nas três últimas décadas foi massivamente explorada e, recentemente, também no interior do país, exigindo egressos em turismo com visão ampla e capacidade técnica interdisciplinar.

No Estado de Minas Gerais a trajetória histórica dos cursos superiores de turismo não foi diferente do resto do território nacional. Somente na década de 70, o primeiro curso de turismo foi implantado em Belo Horizonte (1974), pela antiga Faculdade de Turismo de Belo Horizonte - FACTUR, vinculado à Faculdade Morumbi (atualmente Universidade Anhembi-Morumbi/SP) da Organização Bandeirante de Tecnologia e Cultura - OBTC. Esse curso foi mantido pela OBCT durante 11 anos e em 1985 foi absorvido por uma outra instituição mantenedora, que, por sua vez, manteve-se como a única instituição a oferecer o Curso Superior de Turismo em Minas Gerais até o primeiro semestre de 1996. A partir de então, outras instituições privadas implantaram cursos em Belo Horizonte e outras cidades do interior do Estado. Somente em 2002, a Universidade Federal de Minas Gerais, implantou o seu Curso de Turismo, vinculado ao Instituto de Geociências.

No quadro 3 encontra-se uma cronologia da implantação dos Cursos de Turismo por Instituições de Ensino Superior apenas em Belo Horizonte.

QUADRO 3

Cronologia dos cursos superiores de turismo em Belo Horizonte

Início	Instituição
1974	Organização Bandeirante de Tecnologia e Cultura- OBTC
1985	Instituto Newton Paiva, atual Centro Universitário Newton Paiva, absorve o curso da OBTC
1998	Pontifícia Universidade Católica – PUCMinas
1998	União de Negócios e Administração - UMA
2000	Faculdade de Estudos Administrativos - FEAD
2000	Fundação Mineira de Educação e Cultura - FUMEC
2000	Faculdade Estácio de Sá de Belo Horizonte - FESBH
2001	Centro Universitário de Belo Horizonte - UNIBH
2002	Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
2003	Instituto Belo Horizonte de Ensino Superior - IBHES

Fonte: Da Autora

Em Belo Horizonte, como no restante do país, os cursos superiores de turismo são predominantemente administrativos e/ou de gestão, entretanto também já começaram a ser implantados ou reformulados os cursos já existentes, com matrizes curriculares mais flexíveis, privilegiando áreas como planejamento e meio ambiente, reflexo da preocupação com os impactos sócio-econômicos, culturais e ambientais do turismo no Estado e com a carência de profissionais capacitados para atuar também na sua mitigação ou potencialização. Existem ainda diversas áreas como animação turística, eventos, turismo de natureza que ainda são pouco exploradas nos cursos existentes, apesar da vocação turística de Minas Gerais. Tais áreas constituem, pelo seu potencial, uma tendência ainda a ser explorada e, talvez, solução para a sobrevivência de tantos cursos.

2.2 A Construção do Currículo em Turismo

Santos (1990) explica que, para compreendermos as questões originárias de uma determinada matriz curricular, devemos analisar os fatores externos e internos relacionados aos seus conteúdos. Os primeiros fatores relacionam-se com a política educacional, as leis e o contexto da época; já os segundos relacionam-se com as condições específicas das diversas áreas de conhecimento do currículo.

Desta forma, no primeiro momento, torna-se necessário pensar sobre as determinações legais que orientaram a construção curricular dos primeiros cursos de turismo em nível superior. No segundo momento, torna-se necessário analisar as especificidades que contribuíram para o desenvolvimento do currículo mínimo e a evolução das diretrizes do MEC referentes aos cursos superiores de turismo.

O primeiro curso superior de turismo no país foi implantado a partir do Parecer n. 35/71, do Conselho Federal de Educação - CFE⁶, *elaborado pelo relator Conselheiro Roberto Siqueira Campos e aprovado em 28 de janeiro de 1971* (ANSARAH, 2002 p. 48). Esse parecer deu base à Resolução s/n de 29/01/71, do CFE, baseado na Lei Federal 5540/68 e no Decreto Lei nº 464/69, que determinavam a estrutura do ensino superior no país, orientando a estrutura dos currículos plenos, com bases comuns obrigatórias nos diversas áreas do conhecimento. O Parecer n. 35/71 e a Resolução S/N/71 citados determinaram o conteúdo mínimo e a duração do curso superior de turismo por três décadas.

Por essa resolução foi determinada a carga horária mínima de 1600 (mil e seiscentas) horas, integralizadas no mínimo em dois e no máximo quatro anos, incluindo disciplinas tais como: Estudos Brasileiros, Geografia do Brasil, História do

⁶ Atual Conselho Nacional de Educação.

Brasil, História da Cultura, Introdução à Administração, Noções de Direito, Sociologia, Planejamento e Organização do Turismo e Técnica Publicitária. Com estrutura curricular fragmentada, a divisão dos conteúdos ficava distribuída entre núcleo básico, profissionalizante e disciplinas complementares. A estrutura da Matriz Curricular era inflexível, vertical ou horizontal, ou melhor, entre os períodos e nas diversas disciplinas contempladas.

Como orientação do Parecer do CFE, a disciplina Geografia deveria dar ênfase à Cartografia em função do caráter mais instrumental, e a disciplina de Direito deveria contemplar os conteúdos de Direito Fiscal Alfandegário, da Legislação Trabalhista, Estatuto Jurídico do Estrangeiro e Legislação específica do Turismo.

O estágio era obrigatório com duração mínima de quatro meses em entidades oficiais e privadas de Turismo e Hotelaria. Ao organizar o currículo pleno, a instituição de ensino responsável poderia desdobrar as matérias do currículo mínimo e acrescentar disciplinas complementares. Como resultado, as primeiras orientações do Sistema Federal de Ensino procuraram atender à demanda vigente, com uma formação tecnicista, e as instituições de ensino, ao elaborarem seus currículos plenos, tinham como objetivo a capacitação de profissionais para os diversos setores da economia relacionada à atividade turística. Sendo assim, os currículos foram construídos sob a égide de informações e demandas do setor produtivo relacionado ao turismo.

O Professor Mário Beni em discurso na abertura do I Congresso Nacional de Turismo, em 1975, colocava muito bem o papel dos cursos superiores naquele ano:

A partir da instalação do primeiro curso superior de Turismo no Brasil, a fase da improvisação, adaptação e repentinidade começa a ser seriamente ameaçada. O Turismo improvidente, desgovernado começa a ser criticamente analisado. São muitos os que hoje se preocupam com

sua problemática, mantendo-se em permanente atividade de reflexão e vigília [...] o turismo no Brasil deixou de ter somente posição política administrativa empresarial e passou a constituir-se também, agora em assunto de ordem técnica e científica, e como tal deve ser encarado. (BENI apud, REJOWSK, 2002, 60).

Apesar das proféticas palavras do Professor Beni, foi somente nos anos 90 que o turismo começou a ganhar no meio acadêmico e científico um maior espaço definindo-se como uma área específica de conhecimento e refletindo a necessidade de um estudo mais aprofundado da complexidade das relações que compõem o seu universo do turismo.

Acresce ainda que diversas obras de autores estrangeiros e brasileiros, especializados em Turismo, começaram a ser publicadas, principalmente, a partir dos anos 90. Tais obras e autores marcam o início da construção de uma cultura científica do turismo no país, apesar de ainda existir uma grande polêmica no meio acadêmico sobre o turismo como ciência. Pode-se dizer que somente agora a construção de uma epistemologia voltada para o tema começa a se firmar. Esse assunto foi ressaltado por Moesch (2002, p. 15) em sua discussão sobre a epistemologia do Turismo:

O desafio posto às instituições educacionais é o de criar uma concepção epistemológica, isto é, tirar o caráter puramente de mercado em que este saber transformou e fazer com que o docente direcione o conteúdo para o contexto da produção do fazer-saber turístico. É um desafio que se espera para a educação em turismo no início do século XXI... o docente deve transcender este estágio refletindo sobre o avanço na perspectiva da ética, da diversidade e da identidade cultural regional e da democratização dos espaços. Esta abordagem deve direcionar novas pesquisas responsáveis pela manifestação de novos conhecimentos, novas teorias, novas doutrinas, novos dogmas.

Ciência ou não, o turismo passou a ocupar um lugar garantido na educação superior em nível nacional e internacional e se transformou, em meio à crise mundial do sistema capitalista, em uma alternativa para o desenvolvimento econômico de qualquer país, principalmente quando trabalhado no enfoque do

turismo com desenvolvimento regional. Isto significa, quando explorado corretamente, que o turismo pode servir de instrumento para atender à tendência contemporânea de se construir uma economia geradora e distribuidora de renda.

Discutida durante alguns anos no Congresso Nacional após a Constituição Federal de 1988, foi aprovada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, de 20 de dezembro de 1996, trazendo inovações importantes para o ensino superior, dentre as quais se destacam a flexibilização curricular e questão da necessidade de avaliação em sentido amplo, ou seja, da instituição de ensino superior como um todo. Foram criadas as Comissões de Especialistas destinadas a fornecer elementos para a fixação de diretrizes curriculares nacionais dos cursos superiores e a avaliação da qualidade dos mesmos para sua autorização e/ou reconhecimento.

Nessa mesma época, a Deliberação Normativa nº. 390, de 28 de maio de 1998, do Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR⁷, também contribuiu para o fortalecimento dos cursos superiores de turismo, por reconhecer abertamente a competência profissional dos egressos de cursos superiores de Bacharel em Turismo, ao resolver que os recursos do Fundo Geral de Turismo - FUNGETUR só seriam liberados quando acompanhados de parecer técnico emitido por turismólogo⁸. Recomendando que as prefeituras municipais e empresas prestadoras de serviços dispusessem em seus quadros de bacharéis em turismo, tal medida atribui à formação superior em turismo uma importância estratégica nos processos de desenvolvimento social e econômico, ou melhor, de desenvolvimento sustentável considerando a dimensão ecológica e ambiental necessária.

⁷ Órgão Oficial do Turismo em nível nacional – fundado em 1976, com o nome de Empresa Brasileira de Turismo em 1982, passou a ser autarquia e denominado Instituto Brasileiro de Turismo, mantendo a sigla – Embratur, com sede em Brasília.

⁸ Nome oficial dado ao profissional Bacharel em Turismo, legitimado pela Associação Brasileira de Bacharéis em Turismo – ABBTUR, no Congresso Brasileiro de Turismo, realizado em Natal, 2002.

Os fatos acima citados geraram a proposta da reformulação do Parecer n. 35 e da Resolução S/N de 1971⁹. Apesar de alguns pareceres do CNE referentes ao curso superior de turismo, somente em 2003, foram aprovadas as Novas Diretrizes dos Cursos de Graduação em Turismo, através do Parecer CNE/CES n. 0288, homologado pelo Ministro da Educação em 08 de abril de 2004 e publicado pelo Diário Oficial da União em 12 de abril de 2004.

As novas Diretrizes, decorrentes da LDB e da legislação que se seguiu, norteiam a flexibilização curricular, eliminam o currículo mínimo e ampliam a liberdade das instituições para adaptarem seus currículos às realidades regionais e locais, bem como, ao egresso pretendido, através de disciplinas optativas e disciplinas com conteúdos emergentes em turismo. Sendo assim, com a finalização do currículo mínimo obrigatório, as instituições de ensino superior que contemplam o turismo, a partir das Novas Diretrizes, podem adaptar seus projetos político-pedagógicos para suas realidades locais, contribuindo para o fortalecimento das relações entre a academia e a sociedade, bem como incentivando a produção científica específica do turismo.

Nessa nova perspectiva, os cursos poderão, também, atender demandas do mercado profissional, só que não mais as colocando como objetivo principal, mas como forma de aproximar a teoria e a prática, depositando nessa perspectiva a pesquisa e a extensão, qualificando a prática em sua relação com a teoria e pressupondo um processo de formação cujas atividades curriculares transcendam os conteúdos das disciplinas, visando à superação de novas fronteiras do conhecimento humano, bem como, aos desafios constantes do exercício

⁹ Reformulação realizada pela Comissão de Especialistas em Turismo, criada em 14/06/2000, pelo SESu/MEC, tendo como primeiros membros os Drs. Luiz Godoy Trigo, Miguel Bahl e Miriam Rejowski (ANSARAH, 2002, p. 53).

profissional.

Um dos caminhos para se atingir esses resultados é a compreensão do turismo como uma atividade integrada e sistêmica. Um novo paradigma de educação (ressaltado anteriormente neste estudo) que rompa com o modelo educacional cartesiano, pode ser uma alternativa para a construção do conhecimento do turismo, ou seja, mais complexo e sistêmico, capaz de compreender e intervir nas diversas situações que se apresentam na realidade.

Beni (1998, p. 30), com o propósito de compreender o turismo, recorreu à Teoria dos Sistemas para explicar a realidade da atividade turística no país. Em sua obra *Análise Estrutural do Turismo*, desenvolveu a Teoria Geral do Turismo - O Sistor:

A atividade do turismo surge em razão da existência prévia do fenômeno turístico, que é um processo cuja ocorrência exige a interação simultânea de vários sistemas com atuações que se somam para levar ao efeito final. [...] O turismo, portanto, como resultado do somatório de recursos naturais do meio ambiente, culturais, sociais e econômicos, tem campo de estudo suprabrangente, complexíssimo e pluricultural. [...] Organizar este imenso complexo de fatores – que são causa e efeito intervenientes, não se podendo afirmar com certeza, antes mera investigação simplista, que fatores decidem a atividade turística e quais os que não determinam [...] assim, a partir da Teoria Geral dos Sistemas, construímos o sistema de Turismo (Sistor), a fim de conhecer a estrutura dessa atividade, que compreende diversos e complexos conjuntos de causas e efeitos que devem ser considerados.

O autor baseou-se na Teoria dos Sistemas formulada inicialmente por Bertalanffy (1973), na década de 30, para oferecer um conjunto de novas explicações e metodologias que pudessem dar conta dos problemas ligados à dinâmica dos sistemas vivos na natureza.

A Teoria Geral de Sistemas, um moderno conceito estabelecido, afirma que cada variável, em um sistema, interage com as outras variáveis de forma tão completa que causa e efeito não podem mais ser separados. Uma única variável pode, ao mesmo tempo, ser causa e efeito. A realidade não permanecerá imóvel. Mas não pode ser desmembrada. Não será possível entender uma célula, a estrutura de um cérebro, a família, uma cultura ou o turismo se forem isolados dos seus contextos. O relacionamento é tudo (BENI, 1998, p.19).

Um sistema pode ser fechado em si mesmo ou aberto. Este último apresenta as seguintes características:

- um todo sinérgico, maior que a soma de suas partes;
- um modelo de transformação;
- um conjunto de partes em constante interação, com ênfase na interdependência;
- uma permanente relação de interdependência com o ambiente externo, com capacidade de influenciar e ser influenciado, possuindo capacidade de crescimento, mudança e adaptação ao ambiente externo.

Sendo assim, o turismo pode ser considerado como um sistema aberto, onde seus subsistemas alimentam-se permanentemente de relações interdependentes, tanto do seu meio interno, como do meio externo com que se relaciona. Ele necessita das informações advindas do resultado destas relações para manter-se e, com isso, não é nunca auto-suficiente, principalmente ao que se refere à utilização dos seus recursos disponíveis:

Um sistema aberto. Realiza trocas com o meio que o circunda e, por extensão, é interdependente, nunca auto-suficiente. Esta definição é importante pois mostra que ele não pode se expandir indefinidamente, o que é bastante diferente de sustentar-se indefinidamente. Demonstra também que seu crescimento ocorre em função de uma série de variáveis, uma das quais é a capacidade de suporte dos ecossistemas naturais. Se aprofundarmos a questão, veremos que, muitas vezes, suas possibilidades de crescimento não estão em função da disponibilidade quantitativa dos recursos naturais, mas de sua qualidade. (BENI, 1998, p. 51)

Beni (1998) divide o Sistur em três grandes conjuntos: das “Relações Ambientais”, da “Organização Estrutural” e o das “Ações Operacionais”. O primeiro é composto pelo subsistema ecológico, subsistema social, subsistema cultural e subsistema econômico; o segundo é composto pela superestrutura, que se refere à

complexa organização tanto política, quanto privada, direcionando a relação de produção e venda do Sistur e abrangendo as políticas públicas nas ordenações das entidades de classe e órgãos representativos. É também composto por todos os subsistemas que compõem a infra-estrutura, como, por exemplo, saneamento básico, transporte, abastecimento de água, sistema viário, entre outros. O terceiro conjunto é a soma da oferta e demanda na atividade turística, e suas relações de distribuição e demandas de mercado. Ainda segundo Beni (1998, p. 44), somam-se aos conjuntos “*os componentes básicos e as funções primárias atuantes em cada um dos conjuntos e em interações no sistema total*”.

Segundo o mesmo autor, o objetivo geral da elaboração do Sistur foi possibilitar a construção de um plano de estudo do turismo, capaz de dar maior fundamentação teórica às hipóteses de trabalho nesta área, além de aprofundar o arcabouço dos princípios científicos, “*aperfeiçoar e padronizar os conceitos e definições, consolidar condutas de investigação para instrumentar análises e ampliar a pesquisa, como conseqüente descoberta e desenvolvimento de novas áreas de conhecimento em turismo*” (BENI, 1998, p. 44). Acredita-se que o autor atingiu seu objetivo, uma vez, por exemplo, que é referência neste estudo.

Também como resultado do Sistur, nos últimos cinco anos, pelo menos no que se refere às disciplinas específicas, o turismo passou a ser estudado mais sobre o enfoque sistêmico. Nesta perspectiva, o Sistur propiciou, principalmente, compreender a complexidade da atividade turística, inclusive os impactos gerados pelo seu fomento em qualquer local com potencial turístico. Mesmo que os projetos político-pedagógicos dos cursos superiores de turismo, durante trinta anos, tenham sido elaborados sem nenhuma orientação oficial para integração de conteúdos, ao se ampliar o olhar sobre a relação sistêmica descrita no Sistur, acredita-se que ao

longo do tempo foi iniciado um estudo do turismo de forma multidisciplinar ou mesmo interdisciplinar, uma vez que a análise de sua estrutura assim o exige. Isso ocorre principalmente quando, por exemplo, se estuda o planejamento do turismo no enfoque das realidades locais. E é nesse contexto, que a educação ambiental apresenta-se como um processo interdisciplinar que pode muito contribuir para o estudo sistêmico do turismo, especialmente quando entendida na perspectiva de busca de soluções de problemas.

Em seu livro, Beni (1998) contribuiu para a compreensão de que o turismo deve ser estudado em sua essência de forma integrada nos cursos superiores, permitindo o egresso de profissionais comprometidos com a manutenção da diversidade e a condução do processo de desenvolvimento em nível local, nacional e internacional, promovendo assim uma compreensão mais complexa do turismo, inclusive como uma atividade sustentável.

3 TURISMO E SUSTENTABILIDADE

3.1 A Evolução do Conceito de Sustentabilidade

A discussão em torno do conceito de sustentabilidade e sua aplicação tem-se tornado uma grande preocupação nas três últimas décadas. O emprego generalizado deste termo e a multiplicidade de definições que se encontram nos documentos oficiais, nos discursos, no meio empresarial e acadêmico têm gerado controvérsias e incertezas sobre o que realmente implica esta noção.

O termo sustentabilidade é de origem latina: *“sustentare = suster, suportar; defender, proteger, favorecer, auxiliar; manter, conservar em bom estado; fornecer ou garantir o necessário para a sobrevivência de: fazer frente à, resistir”* (FERREIRA, 1999, p. 1910).

O desgaste dos recursos renováveis e os impactos ambientais, sociais, políticos e econômicos do desenvolvimento tecnicista levaram a humanidade a refletir e a procurar novos modelos para seu desenvolvimento, na busca de uma melhor perspectiva para o futuro da espécie humana.

Leff (2001, p. 15) ressalta:

A crise ambiental veio questionar a racionalidade e os paradigmas teóricos que impulsionam e legitimam o crescimento econômico, negando a natureza. A sustentabilidade ecológica aparece, assim, como um critério normativo para a reconstrução da ordem econômica, como uma condição para a sobrevivência humana e um suporte para chegar a um desenvolvimento duradouro, questionado as próprias bases da produção [...] A visão mecanicista da razão cartesiana converteu-se no princípio constitutivo de uma teoria econômica que predomina sobre os paradigmas organicistas dos processos da vida, legitimando uma falsa idéia de progresso da civilização moderna. Desta forma, a racionalidade econômica banuiu a natureza da esfera da produção, gerando processos de destruição ecológica e degradação ambiental. O conceito de sustentabilidade surge, portanto, do reconhecimento da função de suporte da natureza, condição e potencial do processo de produção.

É importante destacar que o movimento ambientalista no mundo criou força a partir das questões sociais levantadas no pós-guerra e na luta ambientalista em campanhas contra as armas nucleares. Percebe-se, assim, o início do movimento da humanidade em prol da vida.

Os primeiros problemas ambientais começam a se apresentar nos anos 70, quando,

o processo de consolidação do capitalismo já não conseguia dar respostas aos novos problemas, caracterizados pela complexidade e interdisciplinaridade, no contexto de uma racionalidade meramente instrumental e de uma ética antropocêntrica. (MEDINA, 2000, p.14).

Dentre várias obras, quatro publicações devem ser citadas como marcos referenciais na construção do debate em torno da preocupação com o meio ambiente e, conseqüentemente, para a idéia de sustentabilidade:

- A primeira é o livro de Rachel Carson, *Silent Spring* (Primavera Silenciosa), publicado em 1962. Essa obra é considerada uma referência, para não dizer um marco inicial do movimento ambientalista (SILVA, 2000).

- A segunda é a obra de Paul Ehilich, *The population Bomb* (A Explosão Populacional) publicada em 1968, onde o autor alerta para o crescimento exponencial da população e para a inviabilidade da civilização moderna em médio prazo (GRÜN, 1996).

- O terceiro livro é o *The Limits to Growth* (Os Limites do Crescimento) publicado em 1972, de Danella e Dennis Meadows, um relato dos impactos do crescimento econômico no futuro mundial, encomendado pelo Clube de Roma¹⁰. Esse relatório pretendeu "relocalizar" o capitalismo em escala mundial e foi duramente criticado pelos países do Terceiro Mundo, principalmente o Brasil, que

¹⁰ O Clube de Roma é uma organização informal, composta, principalmente por grande executivos e cientistas de diversos países, com finalidade de promover entendimento dos componentes econômicos, políticos, naturais, sociais em nível mundial.

criaram blocos de oposição às propostas de “crescimento zero” contidas nesse relatório, argumentando, principalmente, que a aceitação de uma tal proposta implicaria necessariamente no congelamento das desigualdades sociais; (GRÜN, 1996).

- E o quarto documento, que se tornou a primeira fonte de referência conceitual sobre sustentabilidade, é o *Relatório Brundtland* (“Nosso Futuro Comum”) elaborado pela World Commission on Environment and Development das Nações Unidas, em 1987. É importante destacar que no documento dois conceitos foram criados: “*desenvolvimento sustentável*” e “*nova ordem mundial*”. De acordo com o documento, “*desenvolvimento sustentável significa atender às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender suas próprias necessidades*” (GRÜN, 1996, p. 18-21). O Relatório caracterizou-se por uma mudança de enfoque, apontando para a conciliação entre conservação da natureza e crescimento econômico.

Como consequência da crescente preocupação com os impactos negativos gerados pela intervenção humana no ambiente, especialmente a partir da revolução industrial, somados à reflexão aprofundada com base nos documentos acima citados, foram realizadas as duas grandes conferências internacionais para discutir questões referentes ao meio ambiente e o ser humano.

Na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, celebrada em Estocolmo, o tema da sobrevivência da humanidade foi oficialmente debatido. Naquela ocasião, os representantes das diversas nações presentes aprovaram a Declaração sobre o Meio Ambiente, onde se percebe, mesmo que ainda de forma fragmentada e antropocêntrica, a idéia de sustentabilidade, que veio a se denominar desenvolvimento sustentável. Nesse particular aspecto, ressaltam-

se entre os 23 princípios da declaração os seguintes:

Princípio 2 - Os recursos naturais da terra incluídos o ar, a água, a terra, a flora e a fauna e especialmente amostras representativas dos ecossistemas naturais devem ser preservados em benefício das gerações presentes e futuras, mediante uma cuidadosa planificação ou ordenamento.

Princípio 5 - Os recursos não renováveis da Terra devem ser utilizados de forma a evitar o perigo do seu esgotamento futuro e assegurar que toda a humanidade participe dos benefícios de tal uso (Declaração de Estocolmo Sobre o Meio Ambiente Humano, 1972).

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como ECO-92, foi a maior reunião com fins pacíficos já realizada na história da humanidade, reunindo 180 chefes de Estado e com a participação de todos os países do mundo. A Conferência do Rio, embalada pelas proposições do *Relatório Nosso Futuro Comum*, traz a questão da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável como a principal proposta, com destaque para a elaboração e aprovação de um programa global, conhecido como *Agenda 21*, para regulamentar o processo de desenvolvimento com base nos princípios da sustentabilidade nas sociedades em nível internacional, nacional, regional e local.

Pode-se dizer que as duas grandes conferências internacionais citadas foram responsáveis pela construção, legitimação e divulgação do discurso do “*desenvolvimento sustentável*”. Ambas também ressaltam com destaque o “*papel da Educação Ambiental*” na construção desse desenvolvimento, através da preparação das sociedades para uma vida mais harmônica com o ambiente e com os demais seres vivos.

Constata-se, como mostrado anteriormente, que a partir da percepção da crise ambiental, um novo conceito de meio ambiente foi configurando-se, calcado

em uma nova visão do desenvolvimento humano, que propõe a reintegração dos valores e potenciais da natureza, as externalidades sociais, os saberes subjugados e a complexidade do mundo negado pela racionalidade mecanicista, simplificadora, unidimensional e fragmentadora que conduz ao processo de modernização.

Porém, em contraponto à divulgação do conceito de sustentabilidade, ocorreu, também, sua banalização, gerada pela utilização exagerada do discurso ecológico. Diversas frentes de resistências advindas de grandes bancos e corporações empresariais investiram na construção de um discurso que fosse capaz de *ecologizar a economia* (LEFF, 2001, p. 21), absorvendo, assim, a contradição entre crescimento econômico e conservação da natureza, sem comprometer a produção, denominado “*crescimento sustentável*”¹¹.

É importante diferenciar os conceitos: crescimento sustentável e desenvolvimento sustentável. Os órgãos das Nações Unidas que cuidam do meio ambiente, como também o órgão oficial de turismo em nível internacional - a Organização Mundial do Turismo - têm empregado a palavra ‘sustentável’ em diversas combinações, tais como: desenvolvimento sustentável, economia sustentável, crescimento sustentável e uso sustentável, gerando uma ambigüidade e, portanto, passível de diversas interpretações, muitas delas contraditórias. Formou-se então um conflito porque desenvolvimento sustentável e crescimento sustentável têm sido empregados de forma intercambiável, como se tivessem o mesmo significado. Na verdade são enfoques diferentes.

Para o crescimento sustentável, ou sustentado, como é mais usado pelos economistas, os mecanismos de mercado se convertem no meio mais certo e

¹¹ Ver LEFF, Enrique. Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder / trad. de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001, para maior aprofundamento nessa questão.

eficaz de internalizar as condições ecológicas e os valores ambientais ao processo de crescimento. Na perspectiva desse discurso, torna-se possível alcançar um crescimento econômico sustentado através dos mecanismos do mercado, sem necessidade de justificar sua capacidade de internalizar as condições de sustentabilidade ecológica.

Na percepção de Leff (2001, p. 23),

esse processo recodifica o homem, a cultura e a natureza como formas aparentes de uma mesma essência: o capital. Assim, os processos ecológicos e simbólicos são reconvertidos em capital natural, humano e cultural, para serem assimilados ao processo de reprodução e expansão da ordem econômica, reestruturando as condições da produção mediante uma gestão econômica racional do meio ambiente.

O desenvolvimento sustentável é empregado no sentido de melhorar a qualidade de vida humana dentro dos limites da capacidade de suporte dos ecossistemas. Ele encontra suas raízes nas condições de diversidade ecológica e cultural para gerar um paradigma de produtividade ecotecnológica sustentável. Para isso, sua aplicação depende da conservação dos ecossistemas que sustentam a produção dos recursos bióticos, da eficiência energética dos processos tecnológicos, dos processos de valorização dos recursos naturais e culturais e dos processos políticos que determinam a apropriação social da natureza e da diversidade da cultura humana.

Viver em uma sociedade sustentável depende da aceitação do dever da busca de harmonia com as outras pessoas e com a natureza. Como regra básica, as pessoas devem compartilhar e cuidar do seu planeta.

A humanidade não deve tomar da natureza mais do que a natureza pode repor. Isto, por sua vez, significa a adoção de estilos de vida e caminhos para o desenvolvimento que respeitem e funcionem dentro dos limites da natureza (IUCN, PNUMA, WWF, 1991, p. 8).

Pode-se fazer isso sem se rejeitar os muitos benefícios trazidos pela tecnologia moderna, contanto que também a tecnologia funcione dentro de tais limites. Esta estratégia trata de um novo enfoque do futuro e não de um retorno ao passado.

Observa-se que os princípios de uma sociedade sustentável estão inter-relacionados e se apóiam mutuamente. Os princípios (IUCN, PNUMA, WWF, 1991) relacionados são:

- 1- respeitar e cuidar das comunidades dos seres vivos;
- 2- melhorar a qualidade da vida humana;
- 3- conservar a vitalidade e a diversidade do Planeta Terra;
- 4- minimizar o esgotamento de recursos não-renováveis;
- 5- permanecer nos limites da capacidade de suporte do planeta Terra;
- 6- modificar atitudes e práticas pessoais;
- 7- permitir que as comunidades cuidem de seu próprio meio ambiente;
- 8- gerar uma estrutura nacional para a integração de desenvolvimento e conservação;
- 9- constituir uma aliança global.

São esses princípios, bem como o conceito de desenvolvimento sustentável, na concepção anteriormente apresentada, que nortearão a discussão da sustentabilidade aplicada ao turismo apresentado no próximo tópico.

3.2 A Construção do Conceito de Turismo Sustentável

Algumas formas de turismo existem desde as mais antigas civilizações. Contudo, a palavra “*turismo*” surgiu no final do século XIX. Sua evolução ocorreu

mais precisamente após a Segunda Guerra Mundial, resultado dos aspectos econômicos e políticos internacionais desse momento da história, como o aumento do poder aquisitivo de algumas sociedades e do bem-estar resultante da restauração da paz.

Após esse período, outro fator importante para o turismo foi o desenvolvimento do “*Turismo de massa*”. Ele se intensificou, principalmente, nas últimas três décadas, paralelamente ao movimento ambientalista no mundo. O turismo tem crescido aceleradamente como alternativa econômica, inclusive para economias deprimidas pelas transformações e crises econômicas geradas pelo processo de globalização e políticas internacionais e nacionais. Segundo Cooper (2002, p. 166), “*o setor tem mostrado uma grande capacidade de adaptação nas épocas de crise econômica e continuará crescendo à considerável taxa anual de quase 4%*”.

De acordo com dados estimados da OMT (2003, p. 146),

mais de 700 milhões de pessoas viajaram em todo o mundo até 2003, gerando um faturamento superior a US\$ 620 bilhões. As perspectivas para a próxima década são ainda mais impressionantes. Fala-se em 1,6 bilhão de turistas internacionais até o ano de 2020, que desembolsarão mais de US\$ 2 trilhões ao ano ou cerca de US\$ 5 bilhões ao dia.

Essa expansão do turismo tem ocorrido tanto nos países desenvolvidos, como nos países considerados periféricos. À medida que os governos, nas últimas três décadas, reconhecem a importância do turismo na geração de renda, na criação de empregos e em sua contribuição para a receita fiscal de um país, torna-se mais intenso o investimento nesse setor, sem, contudo, haver uma reflexão aprofundada dos impactos causados pelo desenvolvimento da atividade turística.

A visão messiânica de que o turismo traz soluções para diversos problemas sociais e econômicos em uma sociedade ainda se faz presente, principalmente em regiões sem muitos recursos de investimento ou nas quais a industrialização ou a agropecuária não tem espaço para se desenvolver. Sem planejamento e, explorado de forma indevida, o turismo tem gerado uma série de impactos negativos.

Ressaltando a realidade brasileira, muitos municípios, principalmente em torno dos grandes centros urbanos, estão vivenciando essa experiência, devido principalmente à demanda excessiva de pessoas que saem da cidade em busca de alternativas para quebrar a rotina estressante dos grandes centros urbanos. Desenvolvendo seu potencial turístico aleatoriamente, essas comunidades investem, cada vez mais, na exploração de seus atrativos naturais e artificiais, através do turismo cultural, rural, do agroturismo ou mesmo do ecoturismo e dos esportes radicais.

Essa situação tem acontecido, em sua grande maioria, de forma anárquica e especulativa, sem nenhuma proposta de planejamento, gerando impactos que em médio prazo comprometem a qualidade ou o tempo de vida dos atrativos turísticos em sua totalidade.

Todavia, recentemente novas propostas de crescimento começam a surgir atreladas ao planejamento e, principalmente, calcadas nos princípios da sustentabilidade, em decorrência da evolução do movimento ambientalista, da organização política do setor turístico e do começo de uma maior compreensão dos problemas gerados pelo turismo “especulativo”. Soma-se a isso também o aumento de uma produção científica e literária específica da área, resultante da profissionalização do setor e do investimento pesado do setor educacional, principalmente nos últimos cinco anos.

Barreto (1997), em seu livro, *Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo*, afirma que a literatura publicada na década de 70 ainda era direcionada para a visão messiânica do turismo, sendo, assim, muito voltada para mostrar os seus efeitos benéficos. Contudo, ressalta também que a literatura da década de 90 passou a uma produção mais realista na análise dos impactos gerados no desenvolvimento da atividade turística e que diversos autores começaram a se preocupar com a construção de alternativas para o desenvolvimento responsável do turismo.

Autores estrangeiros, como, por exemplo, Swarbrooke (2000), Theobald (2001), Cooper et al. (2001), Sancho (2001), McIntosh (2002) publicaram livros que abordaram o conceito de sustentabilidade aplicado ao turismo. A expressão '*Turismo Sustentável*' ou '*Turismo Verde*' (SWARBROOKE 2000, p. 12) começou a ser usada no final dos anos 80, quando os estudantes de cursos superiores e os profissionais de turismo começaram a considerar as implicações do relatório Brundtland em suas atividades. Desde os anos 90, a expressão *Turismo Sustentável* passou a ser usada com frequência e foi reconhecida oficialmente e publicada no "*Green Paper on Tourism*"¹², em 1995, pela União Européia. (SWARBROOKE, 2000, p. 13).

No Brasil, autores como Barreto (2001), Trigo (1996), Beni (1998), Ruschman (1998), Petrocchi (1998), Rodrigues (1999), Anshara (2002), Rejowski (2002), Irving (2002), entre outros, também publicaram diversas obras referentes ao desenvolvimento do turismo sustentável no campo da teoria e da prática.

A OMT (2003), no final da década de 90, também lançou uma série de publicações destinadas à formação de uma epistemologia própria do turismo, bem

¹² Famoso Guia de Turismo Inglês.

como orientações para o desenvolvimento planejado, principalmente em nível regional ou local. Uma dessas publicações foi o *Guia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável*, elaborado por Edwald Inskeep. Nesta obra, o Secretário-Geral da OMT, Francisco Frangialli afirma:

garantir a sustentabilidade do Turismo tornou-se o desafio principal daqueles que estão comprometidos com o desenvolvimento e o gerenciamento desse ramo de atividade, [...] através deste livro, a OMT pretende intensificar seus esforços na conquista da sustentabilidade do Turismo no mundo inteiro [...] e pretende também, oferecer diretrizes técnicas e instrumentos metodológicos às comunidades locais, aos serviços públicos que trabalham em nível local, assim como aos empreendedores turísticos privados, capacitando-os a assumirem suas responsabilidades nesse campo, utilizando uma experiência técnica mais prática e atualizada (OMT, 2003, p. 5).

O conceito de desenvolvimento sustentável foi então adaptado à atividade turística, incentivando uma abordagem do turismo que reconheça a importância da comunidade local, o desejo de maximizar os benefícios econômicos do turismo para essa comunidade e a garantia de uma experiência de qualidade para o visitante.

A definição da OMT para o Turismo sustentável é:

o desenvolvimento do turismo sustentável atende às necessidades dos turistas de hoje, e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. É visto como condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida. (OMT, 1998, p. 24).

Também foram definidos os seguintes princípios para o desenvolvimento do turismo sustentável:

- Os recursos naturais, históricos, culturais e outros voltados ao turismo são conservados para que continuem a ser utilizados no futuro, sem deixar de trazer

benefícios para a sociedade atual.

- O desenvolvimento turístico é planejado e gerenciado de modo a não gerar sérios problemas ambientais ou sócio-culturais para a área turística.

- A qualidade ambiental geral da área turística é mantida e melhorada onde necessário.

- Um alto nível de satisfação dos turistas é mantido para que os destinos turísticos conservem seu valor de mercado e popularidade.

- Os benefícios do turismo são amplamente estendidos a toda a sociedade.

O conceito de sustentabilidade também foi contemplado no Código de Ética Mundial do Turismo¹³, composto por dez artigos, elaborados pela Comissão das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, e aprovado em 1999, durante a Assembléia da OMT, realizada em Santiago do Chile. Seus princípios sinalizam premissas para o planejamento do turismo, estabelecem os critérios necessários para a realização do turismo sustentável, bem como recomendações para harmonizar o turismo com os hábitos, culturas e interesses regionais e a preservação dos patrimônios natural, histórico, arquitetônico e cultural das áreas de destino (PETROCCHI, 1998).

Outro documento importante, porém ainda pouco divulgado, elaborado pela Organização Mundial do Turismo, a World Travel and Tourism Council e o Earth Council, é o relatório *Agenda 21 para Viagens e Turismo: Rumo ao Desenvolvimento Ambiental Sustentável*¹⁴. Esse programa foi elaborado a partir do programa da *Agenda 21*, já citado neste presente estudo.

¹³ O Código de Ética Mundial de Turismo encontra-se na íntegra no site <http://www.embratur.gov.br>

¹⁴ Os conceitos da OMT são, geralmente, mais focados na demanda turística, ou melhor, no fluxo de turistas em trânsito. Porém, no caso do turismo sustentável, o enfoque nos núcleos receptores também foi valorizado.

A *Agenda 21 para Viagens e Turismo* oferece um roteiro que poderá contribuir para assegurar o futuro sustentável do planeta. Adaptado para o Turismo, o documento estabelece que instituições públicas e entidades de classe representativas da atividade turística devem ter como objetivo principal estabelecer sistemas e procedimentos para incorporar as considerações sobre a sustentabilidade ao centro do processo de tomada de decisão e identificar as ações necessárias à criação do turismo sustentável. A *Agenda* também estabelece nove áreas prioritárias de ação para esses segmentos. Destacam-se: educação e treinamento, planejamento, distribuição igualitária da informação, mobilização dos diversos agentes sociais envolvidos no processo, ampliação de parcerias, entre outros.

Outro ponto importante da *Agenda* é a orientação para as empresas que devem também estabelecer sistemas e procedimentos para incorporar as questões da sustentabilidade, como parte da função gerencial central, e identificar as ações, e identificar as ações necessárias à criação do Turismo Sustentável. Para as empresas, foram elaboradas dez áreas prioritárias de ação que devem contemplar, por exemplo, a utilização sustentável dos recursos, tratamento de esgoto, redução, reutilização e reciclagem de resíduos sólidos, gerenciamento do uso da terra e dos transportes, gerenciamento da energia e dos recursos de água doce, entre outros.

A OMT (2003, p. 104) reforça essa idéia quando diz que:

A manutenção da sustentabilidade do turismo requer o gerenciamento dos impactos ambientais e socioeconômicos, o estabelecimento dos indicadores ambientais e a conservação da qualidade do produto e dos mercados turísticos. Através de um bom planejamento, desenvolvido e gerenciado do turismo, é possível minimizar seus impactos negativos; porém, a fim de assegurar a continuidade da sustentabilidade do turismo, o desenvolvimento turístico deve ser continuamente monitorado, e as ações devem ser tomadas, caso apareçam problemas.

Os princípios de sustentabilidade citados anteriormente neste presente estudo, somados ao *Código de Ética Mundial do Turismo* e os da *Agenda 21 para Viagens e Turismo*, ressaltam a necessidade de compreensão do pensamento sistêmico; a importância do desenvolvimento regional, através do planejamento e da participação ativa de todos os agentes envolvidos no processo do desenvolvimento da atividade turística; a importância do respeito e manutenção da diversidade cultural e dos ecossistemas naturais.

Para que tudo isso aconteça, tornam-se necessárias ações que sensibilizem as comunidades, despertando mudança de comportamento necessária à condução do processo do Turismo sustentável. Um dos caminhos para atingir tais ações pode ser a educação, principalmente a ambiental, pois um dos papéis da educação ambiental é construir uma nova ética que oriente os valores e comportamentos para os objetivos da sustentabilidade ecológica e equidade social, contribuindo, assim, para a construção de uma cultura para a sustentabilidade. É exatamente esse papel que vem revelando-se o mais adequado para ser aplicado na perspectiva do turismo. Espera-se que ela forneça subsídios para a formação do arcabouço que permitirá às comunidades, que têm no turismo um fator de desenvolvimento, assumirem a condução e a manutenção de seu próprio destino.

4 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O TURISMO

A questão ambiental e, mais recentemente, as discussões sobre o desenvolvimento sustentável passaram a ser preocupações do mundo atual. De todos os lugares chegam informações sobre os problemas ambientais que ameaçam a estabilidade e o funcionamento normal do planeta. Estas são questões que se colocam atualmente para a sociedade ou pelo menos para uma parte dela: estamos ainda em tempo de evitar uma crise geral da biosfera? Existe algum modo de reverter esta situação? Qual o papel a ser desempenhado pelos cidadãos na conservação e proteção do meio ambiente em todas as suas dimensões? Será a humanidade capaz de reverter os graves problemas que comprometem a vida no futuro?

Hoje, parece claro o entendimento de que os grandes problemas ambientais globais e mesmo os nacionais e locais, na sua grande maioria, decorrem, no seu aspecto fundamental, da ação transformadora ou modificadora dos indivíduos e da sociedade sobre a natureza. No passado, o início da interferência antrópica ocasionou modificações nos grandes ecossistemas naturais da Terra, mas não chegaram a interferir na dinâmica geral dos processos e fenômenos naturais.

Com o avanço tecnológico e científico, os impactos adversos foram ampliados, especialmente neste último século, quando a natureza sofreu a exploração desenfreada dos recursos naturais, a industrialização com poluição e desperdício de matérias-primas e energia, a elevada competição entre as nações na busca do mercado consumidor e, mais recentemente, em menor escala e em âmbito local, com o desenvolvimento do turismo que, muitas vezes, assume características predatórias. Esse processo causou e causa impactos adversos cada

vez maiores e mais profundos ao meio ambiente, provocando uma situação crítica em escala mundial, comprometendo o futuro de todo o planeta.

Para uma melhor compreensão do desenvolvimento do turismo e seus impactos, torna-se necessário entender que a atividade turística passou a ser extremamente explorada em todo o mundo, notadamente nos últimos 50 anos, por oferecer um leque de possibilidades econômicas aos empreendedores privados e governamentais. A exploração excessiva dos recursos naturais e culturais pela atividade turística e, conseqüentemente, os impactos adversos gerados por ela, como, por exemplo, as diversas formas de degradação ambiental, social e cultural, têm levado a uma reflexão mais aprofundada sobre qual a melhor forma para a sua implementação como parte do processo de desenvolvimento.

No Brasil, com o aumento significativo dos cursos oferecidos por instituições de ensino superior, essa reflexão tem crescido expressivamente, principalmente no que se refere ao turismo de natureza. Através da exploração das belezas e diversidades naturais e culturais em todo o país, atividades como o ecoturismo, por exemplo, tem-se tornado uma vocação em quase todo o território nacional, se expandido rapidamente, principalmente no interior do país. Porém existe uma grande polêmica no que se refere ao quanto ou como as comunidades estão preparadas para o desenvolvimento do turismo.

Outra questão importante que surge é o quanto os cursos ofertados pelas instituições de ensino superior estão preparando cidadãos para atuarem na conservação e proteção do meio ambiente, através do desenvolvimento do turismo planejado e comprometido com a sustentabilidade.

Como já foi apresentado anteriormente no capítulo 3 desta dissertação, o turismo sustentável surge como alternativa para o desenvolvimento de um turismo

mais responsável. Porém qual a melhor forma de estudá-lo ou mesmo desenvolvê-lo não só na academia, mas também na prática do exercício da atividade turística? Qual o melhor caminho para se estudar o turismo sustentável?

No que se refere à questão ambiental e da sustentabilidade, uma das vias propostas para trabalhar a redução dos impactos adversos decorrentes das ações antrópicas, inclusive do turismo, é a educação ambiental.

Dadas as suas características especiais, a educação ambiental surge, principalmente nos últimos anos, como um dos instrumentos a serem utilizados pela sociedade para solucionar os problemas relacionados ao meio ambiente. Como visto no Capítulo 1, a educação surge a partir de decisões de organismos internacionais, adaptadas para as realidades nacionais, inclusive a brasileira.

Entretanto, para estudar a educação ambiental no contexto do curso superior de turismo atual, primeiramente faz-se necessário compreender a trajetória e o contexto da educação ambiental na educação formal no Brasil.

O estudo da educação ambiental no âmbito da educação, tanto no ensino público como privado, tem seguido um caminho com muitos obstáculos decorrentes, principalmente, das abordagens restritivas e fragmentadas e métodos sem perspectiva interdisciplinar, o que têm dificultado a sua introdução e consolidação na educação formal e também no cotidiano das pessoas e comunidades.

Na educação formal, um dos principais obstáculos à educação ambiental é a compreensão e implantação desta sob a égide da lógica cartesiana da sociedade tecnicista. *“O modelo atomístico reducionista irá estabelecer nas estruturas conceituais dos currículos e, mais do que isso, ele passará a se a única forma possível de conceber a realidade”* (GRÜN, 1996, p. 41). Outro importante obstáculo

à educação ambiental consiste na crença de que só podem focar corretamente os conteúdos ambientais aqueles que dominam as ciências naturais, especificamente a ecologia.

Pode-se até dizer que durante alguns anos a educação ambiental foi de total domínio dessas ciências, através do que se denominou educação conservacionista ou preservacionista (GONÇALVES, 2002). Sob esse enfoque, os processos educacionais - métodos e instrumentos didáticos - se manifestaram pela concentração de esforços na difusão de conhecimentos sobre a flora e a fauna e na sua proteção, contribuindo assim para a formação de uma percepção ambiental na sociedade brasileira fragmentada, dificultando a compreensão sistêmica e integrada do meio ambiente:

A incorporação do meio ambiente à educação formal, em grande medida, se limitou a internalizar os valores de conservação da natureza; os princípios do ambientalismo se incorporaram através de uma visão das interrelações dos sistemas ecológicos e sociais para destacar alguns problemas mais visíveis da degradação ambiental, tais como a contaminação dos recursos naturais e serviços ecológicos, o tratamento do lixo e a localização dos dejetos industriais. A pedagogia ambiental, nestes casos, se expressa no contato dos alunos com o seu entorno natural e social. A educação ambiental, entendida como a formação de habilidades para apreender a realidade complexa, foi reduzida à intenção de incorporar uma consciência ecológica no currículo tradicional. Neste sentido, a educação ambiental formal [...] transmite uma consciência geral do ambiente, induzindo, em geral, somente a uma mudança nas capacidades perceptivas e valorativas dos alunos (LEFF, 2001, p. 89).

Uma reflexão mais apurada da utilização dessa pedagogia naturalista mostra o equívoco desse enfoque que dominou a educação ambiental no Brasil, pelo menos até meados de 1990, mas com efeitos ainda fortes nos dias de hoje. Pode-se afirmar a contribuição desse enfoque nas ainda persistentes representações sociais naturalista e antropocêntrica, na maior parte da população brasileira, como

constatado por “surveys”¹⁵ realizados no Brasil a partir de 1991 para avaliar a percepção e o comportamento do brasileiro diante da questão ambiental (CNPq/MAST, 1991 e MMA/IBOPE, 1997-2000).

No turismo, segundo Xavier (2002, p. 73), “*Muitas formas de ocupação desordenada do espaço, pelo turismo, têm deixado marcas profundas de degradação*”. De fato a evolução acelerada do turismo sem uma preocupação com o planejamento e seu compromisso com a sustentabilidade encontra-se em todos os seus segmentos, não só no turismo de natureza, mas também nos centros urbanos, principalmente aqueles que detêm patrimônios histórico-culturais. Xavier (2002, p. 79) também destaca que as instituições de ensino superior por muito tempo permaneceram *omissas*, em relação aos impactos do turismo:

Ainda é muito fraco o conhecimento da realidade ambiental disponibilizada para o turismo. As universidades, por muito tempo, permaneceram omissas em relação ao problema. A identificação do potencial turístico e os estudos dos impactos ambientais que o turismo produz, a definição da capacidade de carga e o conhecimento dos interesses da população envolvida constituem importantes fatores de análise. Não há, também, conhecimento suficiente sobre o fato de a população disponibilizar recursos, tidos como valor de troca. O que normalmente se oferece é a natureza como oportunidade de negócio [...] do conceito de ecoturismo, a natureza pode ser utilizada para contemplação, aventura, recreação e pesquisa. Entretanto, com a mesma denominação, são implementados pacotes para qualquer prática de lazer e que utilize a natureza. Por vezes, tais práticas têm sido extremamente impactantes, levando a uma muito rápida degradação dos recursos. Registra-se que em grande parte das operadoras de turismo ecológico, além de faltar pessoal especializado para algum tipo de tratamento ligado à natureza, tem faltado também a orientação necessária para um melhor relacionamento das pessoas com os recursos naturais e culturais.

Na realidade, não se cogita impedir ou desacelerar o desenvolvimento do turismo, mas sim compreender que esse desenvolvimento deve ser considerado também sob o aspecto ambiental, indicando a necessidade de uma visão

¹⁵ O que é meio ambiente? 1991; O que o brasileiro pensa da ecologia e desenvolvimento sustentável? 1997,2000; O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável?2000, pesquisadas realizadas pelo IBOPE para o Ministério do Meio Ambiente.

ecologicamente prudente e com cuidados com os recursos disponíveis, em todos os níveis de sua utilização, desde os grandes empreendimentos turísticos às pessoas que compõem o fluxo de demanda turística real.

Aqui começa o espaço da educação ambiental da sociedade, especialmente na escola, desde os primeiros passos, o ensino infantil, até a formação técnica e universitária. A educação ambiental como proposta de repensar a relação ser humano/natureza exige o rompimento desta barreira entre as diversas disciplinas formais e o estabelecimento das correlações entre os conhecimentos possibilitando a percepção, a análise integrada e a compreensão contextualizada dos fenômenos humanos e naturais.

Atualmente, com base nos diversos programas internacionais e nacionais, pode-se dizer que a educação ambiental caminha no Brasil com propósitos direcionados para a formação de indivíduos e sociedade com compreensão sistêmica e integrada de meio ambiente. Recorda-se aqui o artigo 4º da Política Nacional de Educação Ambiental, descrito no Capítulo 1 que, ao definir princípios a serem seguidos, aponta algumas categorias fundamentais a serem trabalhadas e que se aplicam de forma inequívoca ao turismo adjetivado como sustentável, entre as quais: o enfoque holístico, democrático e participativo; a idéia de meio ambiente como totalidade; a perspectiva da inter e transdisciplinaridade; o incentivo à participação individual e coletiva permanente e responsável; o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

Na perspectiva da educação ambiental e sua correlação com o turismo e, especialmente, no caso dos cursos para formação de bacharéis em turismo, duas das categorias apresentadas são essenciais: a questão do enfoque sistêmico e a

questão da inter e da transdisciplinaridade.

A primeira categoria, em função da visão sistêmica e da percepção do meio ambiente como totalidade constitui uma condição para compreensão dos efeitos ambientais da atividade turística e para a internalização da educação ambiental. De acordo com Grün (1996, p. 55), a *“cisão cartesiana entre natureza e cultura é a base da educação moderna e constitui-se em um dos principais entraves para a promoção de uma educação realmente profícua”*. O mesmo se aplica ao turismo, como atividade sistêmica, a partir dos estudos de Beni (1998), devendo assim ser estudado e compreendido.

No que se refere à segunda categoria, da inter e da transdisciplinaridade, constitui uma conseqüência natural e lógica, já que ambas são fundamentais para aquisição, construção, compreensão ou ampliação da visão sistêmica.

Para D'Ambrosio (1997), a disciplinaridade deu origem a métodos específicos para conhecer objetos de estudo bem definidos, já a multidisciplinaridade procura reunir resultados obtidos mediante o enfoque disciplinar. A interdisciplinaridade transfere métodos de algumas disciplinas para outras, identificando novos objetos de estudo, enquanto a transdisciplinaridade é um enfoque holístico do conhecimento que recupera as dimensões para a compreensão do mundo na sua integralidade. E conclui que o conhecimento disciplinar e o multidisciplinar são úteis e importantes e continuarão a ser ampliados e cultivados, mas somente poderão conduzir a uma visão plena da realidade se forem subordinados ao conhecimento inter, ou no plano do ideal, transdisciplinar.

No caso do turismo, independente do método pedagógico adotado, as instituições de ensino em todos os seus níveis não podem desconhecer mais a dimensão ambiental e o conhecimento ecológico disponível, que indicam

alternativas de compatibilizar a atividade turística e um desenvolvimento responsável, sem perder de vista a necessidade de suprir as demandas crescentes da humanidade, principalmente no que se refere ao lazer e ao trabalho.

A educação ambiental mostra a sua importância nessa situação; pois, quando disseminada e implementada, possibilita conhecer a importância dos ecossistemas naturais e dos espaços já modificados onde o ser humano desenvolve suas atividades fundamentais e suas potencialidades. Também propicia um maior conhecimento sobre a utilização dos recursos renováveis ou não renováveis e da forma como devem ser avaliados quando utilizados para satisfazer as necessidades materiais, energéticas e de lazer do ser humano. Além disso, proporciona a compreensão de que os métodos adotados para explorar os ecossistemas influenciam de maneira determinante na sua conservação, proteção e melhoria ou na sua contaminação, degradação ou extinção.

É muito importante promover uma educação ambiental que não só propicie conhecer e saber aproveitar os recursos renováveis, mas que também aborde, considere e apresente a noção de vida útil ou de capacidade de regeneração dos ecossistemas e não coloque a especulação predatória do turismo em primeiro lugar, mas o desenvolvimento de acordo com o desejo e capacidade das realidades locais.

5 ABORDAGEM METODOLÓGICA

O primeiro passo deste trabalho foi identificar, dentre as diversas instituições de ensino superior de turismo de Belo Horizonte, aquela que seria mais indicada para se desenvolver um estudo sobre educação ambiental. Os critérios utilizados para essa seleção foram o tempo de existência do curso, o projeto político-pedagógico, a estrutura organizacional e a produção técnico-científica.

Sendo assim, foi selecionada a instituição para o desenvolvimento desta pesquisa, primeiramente, por ser a instituição educacional precursora do curso turismo não só na capital, mas em todo o estado de Minas Gerais, como também por sua expressiva participação em projetos e pesquisa na atividade turística, desenvolvidos através de seu Laboratório de Turismo. A Instituição possui atualmente 23 cursos de graduação, distribuídos entre quatro Faculdades. O Curso de Turismo encontra-se incluído na Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas - FACISA.

O segundo passo foi a pesquisa documental sobre o curso. Utilizaram-se diferentes fontes:

- documentos históricos do curso pesquisado;
- o projeto político-pedagógico;
- a atual matriz curricular (*Currículo 3*);
- documentos e projetos do Laboratório de Turismo;
- informações contidas no *site* da Instituição;

O 3º passo foi a realização de pesquisa quantitativa com o corpo discente, para conhecer a percepção dos alunos em relação à educação ambiental - concepção, importância e forma, como vêm sendo trabalhadas no curso. Foi

utilizado um modelo de questionário padronizado, com questões fechadas e abertas.

Considerando o grande número de alunos matriculados, cerca de 850, decidiu-se utilizar uma amostra aleatória probabilística, sendo considerados em média 05 alunos por turma¹⁶. A amostra foi realizada com 05 alunos voluntários de cada turma¹⁷. Obteve-se um total de 103 questionários respondidos, que são a base para os estudos estatísticos que serão apresentados.

O 4º passo foi à realização da pesquisa quantitativa com o corpo docente para conhecer sua percepção sobre a da educação ambiental no Curso de Turismo. Foram utilizados questionários padronizados, auto-aplicáveis, com questões fechadas e abertas. Dos 50 professores do Curso, 80% devolveram o questionário respondido. Portanto, foi analisada a percepção de 40 professores.

Os dados foram analisados com utilização do Programa *Statistical Package for Social Science* (SPSS). As tabelas resultantes da tabulação e análises dos dados estão apresentadas no capítulo 7 deste presente estudo.

O quinto passo foi a pesquisa qualitativa. As entrevistas semi-estruturadas objetivaram detectar a visão dos atores escolhidos sobre o tema pesquisado. Vários profissionais tiveram relevância para a compreensão dos estudos da educação ambiental no curso investigado, pois vivenciaram o processo de desenvolvimento da graduação em Turismo em Minas Gerais. Entretanto, para a realização da pesquisa foram considerados apenas aqueles que estavam presentes na escola no momento do trabalho de campo: alunos, professores, coordenador do

¹⁶ Foram consideradas todas as turmas, para possibilitar o estudo da percepção sobre a educação ambiental no decorrer do curso. O número da amostragem – 5 alunos por turma- foi fixado em função da disponibilidade do curso: foi autorizado, pela Coordenação do curso, o afastamento de sala de apenas 5 alunos, para a aplicação do questionário.

¹⁷ A visita às turmas foi realizada junta com o Coordenador de Curso, que apresentava o pesquisador e a pesquisa, solicitando a colaboração de 5 voluntários.

curso e do Laboratório de Turismo. Logo, foram entrevistados: o coordenador de curso, 06 coordenadores do Laboratório de Turismo, 04 professores¹⁸ e 04 alunos. O coordenador do curso e um dos coordenadores do Laboratório de Turismo também lecionam no curso.

Os professores foram selecionados a partir do resultado da pesquisa quantitativa com alunos e professores de acordo com os seguintes critérios:

- abordagem de alguma forma da educação ambiental em suas disciplinas;
- ser Bacharel em Turismo (critério utilizado em 50% dos entrevistados);
- não ser Bacharel em Turismo (critério utilizado em 50% dos entrevistados);
- disciplinas em períodos distintos do curso, que, de alguma forma, estão ligadas à questão do turismo: Animação Turística, Estágio Supervisionado, Estrutura e Organização do Turismo, Geografia de Minas, Geografia do Brasil, Pesquisa da Demanda Turística, Pesquisa da Oferta Turística, Planejamento de Eventos Planejamento e Organização do Turismo, Supervisão de Estágio. É importante destacar que parte dos professores entrevistados leciona mais de uma disciplina.

Foram selecionados, a partir dos questionários respondidos pelos discentes, quatro alunos de períodos distintos, que contemplavam os períodos iniciais, intermediários e de conclusão de curso, para que fosse possível perceber a educação ambiental na construção vertical da matriz curricular do Curso pesquisado. Assim, foram entrevistados:

- 01 aluno do 2º Período;
- 02 alunos do quarto período (turnos diferentes - um aluno deste período foi

¹⁸ Foram escolhidos dois professores bacharéis em Turismo e dois com outra formação. Três desses foram citados pelos alunos, como professores que trabalhavam educação ambiental sua disciplina e um leciona a disciplina “Animação Turística”, que dá suporte teórico para algumas atividades do Laboratório de Turismo.

selecionado por desenvolver um projeto de educação ambiental);

- 01 aluno do 8º período.

Estas entrevistas foram individuais, semi-estruturadas, devidamente gravadas e transcritas. Para preservar a identidade dos atores foram utilizados códigos de fácil compreensão. Assim, “C” refere-se ao coordenador de curso, “L” refere-se aos coordenadores do Laboratório de Turismo, “P” refere-se aos professores e “A” refere-se aos alunos.

Após contatar, diretamente, os sujeitos da pesquisa e esclarecer os objetivos deste estudo, foram marcados data, horário e local para a realização das entrevistas. Estas tiveram uma duração média de 40 minutos, essa duração dependeu da fluidez da fala e da objetividade das respostas de cada entrevistado. As entrevistas se realizaram no período de agosto a dezembro de 2003.

Os entrevistados foram avisados sobre a possibilidade de serem identificados se fossem feitas associações com o período analisado, com a disciplina citada e com a instituição pesquisada. Contudo, mesmo reconhecendo essa possibilidade, todos concordaram com as entrevistas e com a divulgação das informações. Inclusive, alguns afirmaram que não se importariam se tivessem os seus nomes verdadeiros utilizados. No entanto, optou-se por manter o sigilo sobre a verdadeira identidade dos entrevistados.

6 RESULTADO E DISCUSSÃO: A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CURSO ANALISADO

A análise do desenvolvimento da educação ambiental no curso superior de turismo, através do olhar dos coordenadores, professores e alunos envolvidos no curso pesquisado, foi realizada considerando quatro aspectos principais, apresentados a seguir.

6.1 O reconhecimento da importância e dos significados atribuídos à Educação Ambiental

A abordagem da educação ambiental entre coordenadores, professores e alunos do curso superior de turismo supõe a análise da percepção que eles têm de meio ambiente e também do que entendem por educação ambiental. O acesso a essas percepções se faz através das representações sociais que os sujeitos da pesquisa têm sobre o meio ambiente e a educação ambiental. Este tópico é importante por compor, na pesquisa, a base norteadora para o desenvolvimento de todo o estudo da educação ambiental no curso selecionado, porque é o principal influenciador na construção da concepção e da prática da educação ambiental. Primeiramente, apresentam-se as representações sociais do público amostrado em relação ao meio ambiente.

Baseado nos estudos de Reigota (2001), ao se analisar as representações sociais de meio ambiente apresentada pelos professores, coordenadores e alunos, pode-se afirmar a existência de diferenças fundamentais em função seja da formação profissional, seja da influência da mídia ou das impressões e experiências

particulares:

Eu vou falar em termos, como ser humano e como profissional. Como ser humano eu [...], pessoa, ser cidadão deste planeta, o meio ambiente hoje é tudo, envolve discussão ambiental, envolve todas as questões: sociais, ambientais, políticas, econômicas. Eu tenho um interesse imenso pelas questões ambientais, por tudo que ele representa para vida neste planeta. Tem um sentido amplo na minha existência. E como profissional foi uma descoberta, esse caminho da discussão ambiental, porque o meio ambiente faz parte da minha disciplina, pela formação de geógrafa, Sempre fez parte do meu trabalho a discussão ambiental. A base da geografia é o estudo do espaço geográfico. O espaço geográfico envolve todas estas questões. Tem um âmbito muito amplo, tanto na vida quanto ser humano e como profissional. Posso dizer que minha vida é o meio ambiente. (P1)

“Tudo. Inclusive eu brigo muito porque as pessoas têm a mania de achar que Meio Ambiente é só o natural. É tudo, somos nos todos, é o sistema, é o Universo pra mim. Eu acho que é tudo”. (P4)

Para mim não é só o meio ambiente natural, que a gente pensa assim de natureza. E o meio ambiente como um todo, é o meio em que a gente vive, a cidade onde eu moro é o meu meio ambiente, pode até ser questionado, poluído, mas é o meio em que eu vivo. (A2)

Apesar de ressaltada de maneiras diferentes, aparece na noção de meio ambiente revelada na maioria dos depoimentos, a representação social sistêmica que evidencia o meio ambiente como uma totalidade incluindo-se as relações recíprocas entre natureza e sociedade. No entanto, constata-se nos discursos apresentados ainda uma ênfase antropocêntrica, ou seja, que coloca o ser humano como principal ponto de referência, que se manifesta por certo senso de dominação e de utilidade do meio ambiente para o ser humano.

Nota-se, também, em praticamente todos os depoimentos, que ocorre uma compreensão da construção do meio ambiente na integração dos meios físico e biótico, somados à “socioesfera” (DÍAZ, 2002, p. 16), ou melhor, o conjunto das instituições sócio-econômicas, sócio-políticas, e sócio-culturais criadas pela humanidade ao longo de seu desenvolvimento. Constata-se, através dos

depoimentos, que tanto professores como alunos têm uma representação social elaborada e personalizada de meio ambiente.

“O Meio Ambiente pra mim é tudo o que nos rodeia. Tudo que rodeia inclusive a gente. As pessoas costumam pensar que é a parte natural. É o natural, é o físico e urbano que rodeia a gente...” (A4)

“Meio Ambiente para mim seria todo o espaço físico, o espaço aonde vivemos, espaço aonde vivemos a nossa natureza. É o espaço em geral. É o espaço natural, urbano e cultural”. (A3)

Mas eu acho o seguinte, é a relação, a interação do homem com o meio, do meio entre si, do homem como ser vivo, com os seres bióticos e abióticos, a razão do espaço urbano. É a construção da sociedade. É o uso do meio dentro do processo de construção da sociedade. Então é o homem interagido com esse meio, no meio natural, no meio urbano. E todas as relações que se estabelecem no processo de construção dessa sociedade. Eu falo construção porque acho que a vivência na sociedade é um processo e neste processo de construção o homem usa o meio de acordo com as relações que ele estabelece. Ai nós já tivemos diversas relações com esse meio: mais harmônica, depois uma relação mais predatória. A tecnologia veio aí pra gente poder estar explorando esse meio com uma capacidade maior. Então eu vejo como o estabelecimento de uma relação mesmo. E neste processo de construção nós chegamos no nosso limite e talvez venha a se reverter esse processo de ação da sociedade, dos indivíduos frente a esse meio de vida. Na verdade eu vejo o Meio Ambiente como espaço mas, dentro de uma amplitude maior. Quando se discute a questão ambiental, aí sim, é a interação do homem com esse meio e com outros seres que vivem. (P3)

O depoimento acima citado apresenta uma concepção do ser humano e meio ambiente integrados, como também explica como esse processo se dá na construção dessa integração, revelando um grau de sensibilização e compreensão aprofundado no que se refere à complexidade dessa relação, principalmente, dos impactos negativos gerados a partir do desenvolvimento tecnológico sobre os recursos naturais, notadamente os não renováveis.

Na pesquisa quantitativa, para analisar as concepções de Meio Ambiente e Educação ambiental dos professores e alunos, apresentou-se para os entrevistados

três representações sociais de meio ambiente e três de educação ambiental adaptadas de Reigota (2001). É importante ressaltar que a forma como as representações sociais foram apresentadas no questionário, ou seja, a visão sistêmica sendo mais completa e, de certa maneira, englobando as outras duas, pode ter influenciado a avaliação dos entrevistados.

Outras questões sobre o meio ambiente e a educação ambiental¹⁹ foram apresentadas de forma a confirmar os resultados da primeira e a consistência da pesquisa. Ressaltaram-se os seguintes resultados:

TABELA 1

O significado atribuído ao meio ambiente

Item	Distribuição (%)	
	Professor	Aluno
O meio ambiente é o que está a nossa volta, de onde nós tiramos o nosso sustento.	0,0	5,8
O meio ambiente é o conjunto das coisas naturais e as construídas pelos seres humanos, existindo uma relação de interdependência entre os seres vivos e o meio em que vivem.	92,5	86,4
O meio ambiente é a natureza, as águas, o ar, o solo, as plantas, os animais.	5,0	6,8
Nenhuma destas	2,5	1,0
Total	100,0	100,0

Fonte: A autora

As três afirmativas expostas no questionário da pesquisa foram selecionadas por representarem três visões que identificam as distintas representações sociais de meio ambiente, distribuídas na seguinte ordem: (1^o) a antropocêntrica, (2^o) a

¹⁹ As questões incluídas nos questionários deste estudo foram baseadas na survey de Percepção e Comportamento Ambiental da População da Bacia do Rio das Velhas realizada pela FEAM, em 1997.

representação sistêmica e (3º) a representação naturalista. Coerentemente com o resultado da análise das entrevistas, constata-se que 92,5% dos professores entrevistados e 86,4% dos alunos entrevistados destacam a representação social sistêmica. Existe uma coerência entre os dois grupos no que se refere a esta questão, mas não é possível afirmar que um grupo tenha influenciado o outro. Dos entrevistados que responderam o questionário, constata-se que 7,5% dos professores e 13,6% dos alunos ainda não apresentam a visão sistêmica do meio ambiente, por excluírem (visão naturalista) ou colocarem o ser humano sobrepondo o meio ambiente (visão antropocêntrica).

Outra questão foi utilizada para mapear a compreensão dos professores e alunos sobre a representação social de Meio Ambiente na qual eles apontariam, a partir de uma lista de 11 elementos, quais pertencem à idéia que cada um tem sobre Meio Ambiente e quais não fazem parte.

TABELA 2

Elementos relacionados ao meio ambiente

Item	Distribuição (%)	
	Professor	Aluno
Cidade	90,0	81,6
Favela	85,0	75,7
Solo / Terra	97,5	100,0
Matas / Flora	97,5	100,0
Animais / fauna	97,5	99,0
População indígena	82,5	70,9
Recursos Minerais	90,0	98,1
Água	100,0	100,0
Ar	92,5	99,0
Clima	92,5	97,1
População em geral	85,0	72,8

Fonte: A autora

O total dos respondentes ultrapassa 100% porque foi permitida mais de uma resposta a cada entrevistado.

De acordo com a Tabela 2, os elementos que estão mais associados à idéia de Meio Ambiente pelos dois públicos são: água, terra, fauna e flora. Os elementos que estão menos associados são: população em geral, favela, cidade e a população indígena; porém, mesmo sendo menos citados, estes elementos obtiveram um alto índice por parte dos dois públicos. Os dados apresentados confirmam que parte expressiva dos entrevistados possui percepção mais integrada sobre o Meio Ambiente reforçando a visão sistêmica apresentada, mas revela também que na percepção de parte dos professores e principalmente entre os alunos ainda ocorre a separação entre natureza e cultura, expressa na não inclusão dos elementos culturais como pertencentes ou relacionados à idéia de meio ambiente, como no caso população em geral, favela, cidade e população indígena.

Ainda no campo das representações sociais, outra questão foi utilizada na pesquisa quantitativa visando mapear o nível de familiaridade dos professores e alunos com expressões relacionadas ao Meio Ambiente ou presentes no discurso da educação ambiental. Os dados levantados encontram-se na Tabela 3, que se segue:

TABELA 3

Grau de conhecimento de aspectos relacionados ao meio ambiente

Item	Discriminação (%)							
	Professor			Total	Aluno			Total
	nunca ouviu falar	já ouviu falar, mas não sabe o que é	Sabe o que é		nunca ouviu falar	já ouviu falar, mas não sabe o que é	sabe o que é	
Meio ambiente	0,0	7,5	92,5	100,0	0,0	12,6	87,4	100,0
Ecologia	0,0	5,0	95,0	100,0	0,0	11,7	88,3	100,0
Qualidade de vida	0,0	7,5	92,5	100,0	0,0	12,6	87,4	100,0
Impactos do turismo	0,0	21,5	78,5	100,0	0,0	16,5	83,5	100,0
Desenvolvimento sustentável	2,5	10,0	87,5	100,0	4,9	19,4	75,7	100,0
Natureza	0,0	0,0	100,0	100,0	0,0	0,0	100,0	100,0
Agenda 21	15,0	30,0	55,0	100,0	32,0	25,3	42,7	100,0
Degradação ambiental	0,0	5,0	95,0	100,0	0,0	11,7	88,3	100,0
Política Nacional de Educação Ambiental	7,5	52,5	40,0	100,0	8,7	54,4	36,9	100,0
Educação ambiental	0,0	7,5	92,5	100,0	0,0	16,5	83,5	100,0

Fonte: A autora

Como se pode observar, o percentual de participantes que “já ouviu falar” e “sabe o que é”, foi alto em diversas expressões na percepção dos dois públicos, tais como: natureza, único 100%, meio ambiente, ecologia, qualidade de vida, degradação ambiental e educação ambiental. A expressão “impactos do turismo” é mais conhecida pelos alunos (83,5%) do que pelos professores (78,5%), o que pode ser um indicador de que o tema não está sendo trabalhado em todas as disciplinas e/ou alguns professores não são da área específica do turismo e podem não dominar o assunto. A “Política Nacional de Educação Ambiental” foi o item menos conhecido pelos entrevistados, com 60% dos professores e 63,1% dos alunos não sabendo o que é, seguido do item “Agenda 21”, com 45% dos

professores e 57,3% dos alunos, que também não sabem o que é ou que dela nunca ouviram falar. Este elevado índice de desconhecimento, revelado na pesquisa em relação a estes dois importantes documentos, pode ser um indicador de que ou eles não foram muito divulgados no curso pesquisado, ou não houve um interesse específico dos entrevistados, uma vez que os documentos são públicos.

Uma questão sobre as fontes de informação mais utilizadas para obter conhecimento sobre a temática ambiental e a educação ambiental também foi incluída no questionário, os entrevistados responderam o seguinte:

TABELA 4

Fontes utilizadas para obtenção de informações sobre o meio ambiente

Item	Distribuição (%)	
	Professor	Aluno
Jornais	90,0	59,2
Televisão	85,0	81,6
Revistas	82,5	70,9
Livros	65,0	7,8
Rádio	45,0	6,8
Faculdade	45,0	38,8
Amigos/família	32,5	4,9
Pessoas no local de trabalho	30,0	4,9
Órgãos governamentais	22,5	6,8
Internet	22,5	8,7
Associações / Sindicatos	17,5	1,0
Partidos políticos	5,0	0,0
Palestras /Seminários/Congressos	2,5	0,0

Fonte: A autora

O total dos respondentes ultrapassa 100% porque foi permitida mais de uma resposta a cada entrevistado

As três grandes fontes de informação apontadas foram, para os professores, os jornais, a televisão e as revistas e, para os alunos, a televisão, os revista e os jornais. É importante destacar que, nos últimos 30 anos, a temática ambiental ganhou espaço nos veículos de comunicação de massa, devido ao crescente interesse da humanidade pela questão, a partir da década de 70 principalmente, quando foram caracterizadas a crise ambiental e as denúncias dos problemas ambientais, em nível global, nacional e local, ocupando espaço de destaque na mídia, especialmente quando da ocorrência de grandes catástrofes ambientais. Essa é uma questão importante, porque as fontes de informação que foram destacadas pelos segmentos pesquisados são veículos de comunicação de difusão de informação de consumo rápido, mas que fazem parte do cotidiano das pessoas e, portanto, interferem na aquisição de novos conhecimentos e na formação de opinião, conseqüentemente, sobre seus modos de agir.

O livro, por exemplo, que possibilita a construção de conhecimento mais elaborado, foi citado por 65% dos professores, mas por somente 7,8% dos alunos, mostrando um desnivelamento significativo entre os dois públicos. A Internet foi pouco destacada pelos dois grupos, principalmente entre os alunos, com percentual de 8,7%. É importante destacar que nas pesquisas qualitativas somente 33,3% dos entrevistados conseguiram citar bibliografia específica de educação ambiental e de educação ambiental aplicada ao turismo. Entre os que citaram, a maioria referiu-se mais a obras relacionadas ao tema sustentabilidade²⁰. Somente um aluno citou uma obra específica de educação ambiental²¹.

A Faculdade, apesar de ter sido citada pelos entrevistados em patamar bem menor que os veículos de comunicação de massa, constitui uma fonte expressiva para 45% dos professores e 38,8% dos alunos, reforçando a importância do ambiente acadêmico como fonte de informação e formação de opinião:

A matéria dela é Educação Ambiental. Ela dá as regiões, ela dá aquela Geografia do Brasil mesmo [...] rapidinho [...] tira as dúvidas, dá prova, muito seminário, depois ela fica mais da metade do período só em Ecologia, Educação Ambiental, Agenda 21, Eco 92. (A2 aluno 4º. Período do turno da manhã)

Como já foi destacado anteriormente, o conceito de educação ambiental está diretamente relacionado com o conceito de meio ambiente e com a forma como

²⁰ Livros mais citados pelos entrevistados: Os 05 volumes da Série Turismo Sustentável, de John Swarbrooke, publicados em 2000 pela editora Aleph. Específico de educação ambiental: DIAS, Genebaldo Freire. Educação Ambiental: princípios e práticas, 4ª edição. São Paulo: Gaia, 1994. Sobre educação ambiental e turismo. Estas obras encontram-se disponíveis na biblioteca do campus onde o curso está localizado. É importante destacar que a professora de Geografia do Brasil citou o Livro: *Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento*. Agenda 21. 3ª ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de edições Técnicas, 2001. O livro não se encontra disponível na biblioteca da Instituição.

²¹ O aluno citou o Livro : DIAS, Genebaldo Freire. Educação Ambiental: princípios e práticas, 4ª edição. São Paulo: Gaia, 1994. Segundo o entrevistado, que cursa o quarto período no turno da manhã, o livro indicado pela professora que leciona a disciplina Geografia do Brasil.

este é concebido, e essa associação é importante para a análise de como os atores envolvidos neste estudo aplicam a educação ambiental, pois as percepções individuais que envolvem conhecimentos, valores e atitudes de cada ser humano interferem diretamente no comportamento dos diversos grupos sociais. Assim, conhecidos os dados sobre as representações sociais ou concepções de meio ambiente, apresenta-se agora o resultado referente às representações sociais ou concepções de educação ambiental do público pesquisado.

Em 93,3% dos depoimentos sobre esta questão, os entrevistados consideram a educação ambiental com uma ação em prol do meio ambiente. Mesmo que seja perceptível a influência da visão antropocêntrica, os depoimentos revelam que já existe a compreensão da relação de interdependência entre a natureza e os seres humanos, ou melhor, a relação sistêmica em que o ser humano integra o meio ambiente.

Educação ambiental são todas as ações que proporcionam melhorias na relação do homem com o seu espaço e com a natureza, principalmente. E também a convivência de uma pessoa com o meio ambiente, ou de uma pessoa com outra, ou seja, a conservação do meio natural, ou humano relacionado no meio familiar ou escolar. Então é qualquer lugar onde o homem está relacionando.(L3)

Educação ambiental para mim seria um processo aonde nos temos um alicerce formado por pessoas que sabem da importância do Meio Ambiente para a vida das pessoas e procuram estar passando isso de forma clara e sucinta para que diante desses conhecimentos possa estar moldando cidadãos, crianças e estará surgindo aí a famosa geração que vai ser o futuro do nosso país. Então, além de estar gerando essas novas idéias nas pessoas, de estar moldando essas crianças, estar sensibilizando os adultos de que o meio Ambiente está ali e não é à toa. (A1)

Determinados depoimentos também são indicadores de que alguns professores têm uma compreensão elaborada das consequências da forma como

se dá o desenvolvimento da sociedade industrial, com raiz na lógica antropocêntrica caracterizada pela relação de dominação dos seres humanos sobre a natureza. Revelam em seu discurso ter conhecimento da separação ser humano-natureza (cultura-natureza, história-natureza), que é característica predominante do pensamento na sociedade capitalista. No seu depoimento, por exemplo, P3 ressalta exatamente a influência do desenvolvimento da sociedade industrial e a importância da educação ambiental na restauração deste processo de “objetificação” (GRÜN, 1996). Nos seus depoimentos, revela compreensão clara da importância da concepção sistêmica não só da própria educação ambiental enquanto processo didático-pedagógico, mas também da consciência sistêmica de meio ambiente que através dela é possível se construir:

Nessa relação do homem com o meio, na história dessa construção da nossa sociedade, a gente teve um processo de uso tecnológico que foi muito bom, mas, em compensação fez com que a gente exaurisse o meio com intensidade muito grande. O que a gente usou esse meio em trinta ou quarenta anos de desenvolvimento tecnológico não se compara aos séculos todos. Então nos tivemos um certo momento histórico de chamar a atenção pra essa evolução negativa, desse uso inadequado, então a gente tem que criar um adjetivo para um aprendizado mais específico. Então para mim a educação ambiental é um processo de conhecimento. Primeiro das relações do homem com o meio, historicamente como nós construímos essa relação, então é um conhecimento de como usar e passar a usar. Então pra mim um conhecimento, uma consciência que deve ser elevada a uma prática. Então eu abordo a educação ambiental como um conhecimento específico dentro de um processo histórico e que deveria ser um conhecimento geral. Eu acho que ainda, hoje, muitas pessoas ainda criticam usar o termo educação ambiental, mas eu acho que hoje a gente precisa ter um enfoque nesse determinado tema para a gente poder desenvolver uma visão menos centrada em nós mesmos. E como eu acho que toda educação é um processo, a educação ambiental é um processo e que futuramente pode ser inserida dentro da educação. E assim, poder trabalhar uma consciência sistêmica entre os indivíduos com o meio ambiente.(P3)

A Tabela 5 apresenta o resultado da pesquisa quantitativa referente ao significado que o público pesquisado atribui ao tema educação ambiental:

TABELA 5

O significado atribuído à educação ambiental

Item	Distribuição (%)	
	Professor	Aluno
E a preparação dos seres humanos para utilizarem bem os recursos naturais para a melhoria da sua própria qualidade de vida.	7,5	11,7
São os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.	92,5	85,4
E a preparação das pessoas para proteger e conservar a natureza.	0,0	2,9
Total	100,0	100,0

Fonte: A autora

A tabela mostra que o mesmo percentual de professores, 92,5%, que haviam optado pela representação social sistêmica de meio ambiente, também optou pela concepção sistêmica de educação ambiental. O resultado da pesquisa revela ainda que existe uma coerência entre as respostas tanto da parte dos professores como dos alunos no que se refere à visão sistêmica do meio ambiente e de educação ambiental.

O próximo passo deste estudo foi pesquisar qual a importância que os entrevistados atribuem à educação ambiental na formação do Bacharel em Turismo. Constatou-se que 100% dos depoimentos confirmam que os entrevistados consideram a educação ambiental como sendo importante na formação do Bacharel em Turismo, principalmente, na construção de uma consciência sobre a relação entre o meio ambiente e o desenvolvimento da atividade turística.

A educação ambiental é importante para que o Bacharel em Turismo tenha a consciência do meio ambiente, a preservação e o intercâmbio entre culturas diferentes são importantes para o desenvolvimento da atividade do turismo em qualquer lugar. (C4)

Eu tenho buscado discutir com os alunos, essa importância. Me parece que esta é uma discussão nova no Turismo. Agora você não pode falar em Turismo sem que o aluno tenha conhecimento e saiba especificamente a responsabilidade social dele como cidadão, como indivíduo multiplicador na questão da educação ambiental. (P1)

É preparar esse profissional para o cenário em que ele vai ter que estar sabendo das diretrizes, das políticas principalmente se esse profissional for estar trabalhando com Meio Ambiente, com Planejamento Turístico que é um grande desafio do profissional de Turismo. Porque na questão do planejamento ele vai estar entrando um pouco mais na questão ele vai lidando com lideranças políticas, vai estar lidando até mesmo com proprietários de empresas que mexem com mineração, que mexem com coisas que são diretamente ligadas a recursos da Natureza. Mineração de areia, mineração de minério de ferro. Retirada brusca de recursos da Natureza. Então esse turismólogo vai ter que estar muito preparado.(A1).

Alguns entrevistados, como os coordenadores de dois dos núcleos de pesquisa do Laboratório de Turismo, acreditam que a educação ambiental é importante tanto para a formação do Bacharel em Turismo, como também dos moradores e visitantes de localidades com potencial turístico, pois ela propicia a valorização, conservação e manutenção da diversidade cultural e dos atrativos naturais, que são na essência os produtos principais do turismo.

A educação ambiental no Turismo é fundamental, isto é, principalmente para o estudante de turismo que irá atuar com comunidades [...] A gente pode olhar a importância dela da seguinte forma, tanto para o morador como para o visitante a educação ambiental é importante, principalmente, para a conservação dos atrativos, como para a manutenção da atividade turística. A atividade turística, a matéria prima dela é o atrativo, é a atratividade. E sem que estes patrimônios tanto sociais, culturais ou históricos, aquele físico mesmo, ou as igrejas, ou o casario, ou mesmo o natural, se eles não forem conservados, você está matando a sua matéria prima. E dentro de pouco tempo você não vai ter mais o que oferecer. Acabou a atividade turística. Então sem a educação ambiental, eu não vou dizer que o Turismo não existe, mas com a educação ela prolonga a atividade turística em localidades ou regiões, ou estados. Ela promove este prolongamento da atividade. A saúde para esta atividade. (L4)

Fundamental. Porque, por exemplo, para nós que trabalhamos com a educação do turismo em projetos com as comunidades, então a educação ambiental é prioritária, porque você vai preservar principalmente em áreas naturais aquelas características nativas originais para que outras pessoas futuramente possam usufruir e não acabe e não perca o seu tempo de utilização. Então a gente utiliza muito para o turismo, para você promover esta educação para o turista dentro da localidade, então respeitar a comunidade e esta respeitar o turista. (L3)

A questão também foi levantada na pesquisa quantitativa. Em uma escala de 1 a 4, onde 1 é o menor valor e 4 o maior valor atribuído, os entrevistados classificaram a importância da educação ambiental na formação do Bacharel em Turismo. O seguinte resultado foi obtido:

TABELA 6

Importância da educação ambiental na formação do Bacharel em Turismo

Valor	Distribuição (%)	
	Professor	Aluno
4	82,5	86,4
3	15,0	8,7
2	0	2,9
1	2,5	2,0
Total	100,0	100,0

Fonte: A autora

O número 4 representa o valor mais alto na escala de importância

A maioria dos entrevistados respondeu ser a educação ambiental importante para a formação do Bacharel em Turismo, 82,5% dos professores e 86,4% dos alunos atribuem o maior valor dentre as opções oferecidas. Este resultado mostra a elevada consciência dos professores e alunos do curso de turismo pesquisado quanto à importância da educação ambiental na formação do Bacharel em Turismo. Reforça esta constatação o fato de que 89% dos entrevistados, na pesquisa qualitativa, manifestam acreditar que a educação ambiental é importante para o turismo, conforme demonstram os depoimentos apresentados a seguir:

Eu acho que a educação ambiental é de suma importância para o turismo, vamos enfatizar, até porque eu acho que os meio ambientes, muitas vezes e até quase sempre, as pessoas pensam muito em transformar isto em um produto para a venda. E então ele tem que ser conservado e o turismo é o grande canal, como as ações públicas do turismo, por exemplo. (L1)

Acho que a importância da educação ambiental para Turismo é tudo. Que turismo está ligado ao ambiente. Acho que Turismo é estar conhecendo, o Brasil todo, não só o Brasil como o mundo. Então a educação ambiental está ligada em 99% do Turismo, eu acho assim. (L2)

“A educação ambiental para o Turismo é à base de tudo. A questão da sustentabilidade, da observância dos princípios da sustentabilidade”. (P4)

“A educação ambiental é 100% importante para o turismo. A atividade turística depende totalmente dos recursos naturais e culturais, temos que aprender a conservá-los”. (A1)

A importância da educação ambiental é porque se a gente for pegar os sistemas de turismo, por exemplo, as relações ambientais, os sistemas trabalhando essa questão a gente vai ver que a educação ambiental ela vai estar diretamente ligada com o meio ambiente econômico, com o meio ambiente social, com o meio ambiente político, com o meio ambiente tecnológico, com o meio ambiente histórico, geográfico. Enfim, ela vai estar inserida dentro da atividade turística de forma plena, em qualquer atividade. (C4)

Em síntese, depreendem-se os seguintes aspectos relativos à percepção ambiental dos professores e alunos do curso de turismo pesquisado quanto ao objeto de estudo:

- a grande maioria dos entrevistados tem a visão sistêmica nas suas representações sociais de meio ambiente;

- a grande maioria dos entrevistados já percebe o ser humano como pertencendo ao meio ambiente, o que pode indicar que já se percebe a integração entre cultura e natureza;

- a televisão, o jornal e as revistas se destacam como principais fontes de informação sobre as questões ambientais, ressaltando-se também como significativa à faculdade, porém com um destaque menor;

- a grande maioria dos entrevistados percebe a educação ambiental como um processo sistêmico, o que é coerente com a percepção que tem de meio ambiente;

- na percepção dos entrevistados a educação ambiental tem grande importância na formação do Bacharel em Turismo e para a atividade turística;

- apesar do destaque dado à visão sistêmica nos resultados apresentados sobre meio ambiente e educação ambiental, ainda não se pode afirmar que essas questões estejam integralmente incorporadas no cotidiano das pessoas nem que a educação ambiental esteja inserida no curso.

6.2 Grau de Concordância com o Artigo 10 da Política Nacional de Educação Ambiental

Após avaliar a importância da educação ambiental na formação do Bacharel em Turismo, optou-se em pesquisar se o público conhece e concorda com a PNEA - Política Nacional de Educação Ambiental, instituída pela *Lei 9.795/99*. Este é um questionamento importante por medir o grau de concordância dos entrevistados com o artigo 10 da citada lei, no que se refere à educação ambiental estar presente no conteúdo de todas as disciplinas que compõem a matriz curricular no curso superior de turismo. O resultado apresentado forneceu subsídios para um maior esclarecimento sobre a aplicabilidade da visão sistêmica apresentada pelos entrevistados, referente à educação ambiental, à análise da dinâmica da educação

ambiental no curso selecionado, bem como a percepção de como a instituição está se posicionando perante a legislação federal específica.

Para todos os entrevistados foi apresentada uma questão sobre a Lei 9.795/99, enfatizando os termos do Artigo 10. Pretendia-se avaliar se eles a conheciam e se concordavam que a educação ambiental fosse conteúdo das várias disciplinas e não uma disciplina específica no currículo do curso superior de turismo e se a Instituição pesquisada já aplicava a legislação no curso superior de turismo.

Nos depoimentos, 53,3% dos entrevistados concordam com o artigo 10 da PNEA, mas manifestaram, também, a preocupação com a capacitação dos professores para a sua implementação:

Eu não vejo que a educação ambiental seja uma cadeira do Curso de Turismo não. Aliás, eu não acho que a educação ambiental em nenhum nível da educação ela tenha que ser exclusiva como uma cadeira [...] eu concordando com a lei que a educação ambiental perpassar diversas disciplinas. E eu acho que no turismo, se você vai estudar Geografia e História, educação ambiental tem que estar no conteúdo. Como também, nas disciplinas específicas. Eu concordo com essa lei. O que me deixa muito apreensiva é a abordagem que vai ser feita principalmente se a gente pegar algumas disciplinas mais técnicas e a gente não sabe o nível que os outros professores trabalharam. A questão da formação dos professores me preocupa. Então que deva ser interdisciplinar eu não tenho dúvida disso, mas aí você tem que exigir de diversas pessoas, isso me preocupa. (P3)

A educação ambiental estar em todas as disciplinas é o ideal, porém eu acredito que seja muito difícil. Por quê? Porque a gente tem que ter um treinamento constante com os professores, tem que ter uma atualização, eles vão ter que ter uma base filosófica para estar discutindo isso. O que é educação ambiental? Como pode entrar no conteúdo da minha disciplina? Então eu não vejo assim... A gente não tem como ter 100% de adesão em todas as disciplinas, na minha visão. Agora o que pode ser feito: se for desse jeito tem que ser feita uma estratégia. Então vai ter que trazer profissionais mais capacitados, fazer treinamentos com os atuais. (P1)

Eu acho que é muito interessante educação ambiental inserida em todas as disciplinas. E eu acho que é o ponto mais difícil, que você conseguir um professor que trabalhe com isto sem ele ter realmente muito conhecimento a respeito da educação ambiental, eu acho que é muito difícil. (A4)

Outros 26,6% dos entrevistados concordam apenas em parte com o artigo

10, ressaltando, no entanto, que deveria também haver uma disciplina específica de educação ambiental no currículo.

Eu considero que ela deva estar em uma disciplina específica, mas ela deve ser contemplada em todas as disciplinas também. Todas as disciplinas devem buscar, pautar, ministrar em seu conteúdo tendo como base a educação ambiental. Tem que ter isso citado de alguma forma, mas eu acredito que seja importante uma disciplina específica porque para as pessoas buscarem ter esse conhecimento teórico ainda é difícil. Para gente incorporar mais isso, para a gente ter isso embasado dentro da gente como nós temos outras disciplinas afins do Turismo muito mais presentes na nossa vida ainda vai demorar, é melhor ter uma disciplina com um profissional que domina mais educação ambiental. (L5)

Essa situação, na verdade pode revelar uma ambigüidade na percepção dos entrevistados entre o que a PNEA institui, ampliando a educação ambiental para todos os conteúdos e, com isso, ampliando a responsabilidade para todos os professores envolvidos no curso e a necessidade revelada de, ainda, haver uma disciplina, logo um professor que assuma mais a responsabilidade no ensino da educação ambiental.

Constata-se, também, que 20% dos entrevistados discordam da Lei Federal, seja por achar difícil a adesão e capacitação de todo o corpo docente, seja por não achar necessário ser ela contemplada em todas as disciplinas que compõem a matriz curricular do curso de turismo.

Eu discordo da Lei. Eu também acredito que é necessário um estudo [...] A gente tem que fazer um estudo disso, se seria importante realmente, uma disciplina específica ou introduzir a educação ambiental em todas as disciplinas, eu vejo que a gente tem que ver se realmente vale a pena ter em todas as disciplinas ou seguir esse exemplo, estar em todas as disciplinas [...] O que eu acredito que possa ser interessante, até esse estudo que você está fazendo pode dar uma base pra gente disso e que realmente seria necessária ou não uma disciplina específica da área ambiental. (C4)

*Você concorda com a lei?
Não. Desculpa. Eu a vejo como uma disciplina dentro da grade. O curso de Turismo necessita de ter uma disciplina de Educação Ambiental, mas eu a vejo como possibilidade de matéria eletiva, uma disciplina eletiva, por exemplo. (L3)*

Na pesquisa quantitativa, também foi apresentada uma questão sobre Artigo 10 da Lei n. 9.795/99, com uma série de possibilidades de respostas, conforme mostra a tabela 07, apresenta a seguir.

TABELA 7

Concordância com o artigo 10 da Lei n. 9795/99

Item	Distribuição (%)	
	Professor	Aluno
Já sabia e concordo	22,5	8,7
Já sabia e discordo	2,5	1,9
Não sabia e concordo	55,0	59,2
Não sabia e discordo	0,0	11,7
Não tenho informação suficiente para responder	20,0	17,5
Sem resposta	0,0	1,0
Total	100,0	100,0

Fonte: a autora

Constata-se que 77.5% dos professores e 67,9% dos alunos concordam com o artigo particularizado da Lei Federal no que tange à educação ambiental ser um conteúdo que perpassa todas as disciplinas do Curso de Turismo. Este dado pode ser uma variável importante, por apresentar a possibilidade da educação ambiental ser compreendida como um tema transversal e/ou interdisciplinar dentro do curso na concepção dos entrevistados. No entanto, outro dado importante é que 75% dos professores e 88,4% dos alunos entrevistados revelaram não conhecer a Lei n. 9.795/99, apesar de já ter cinco anos que esta foi homologada. Os depoimentos a seguir, inclusive o do coordenador do curso, caracterizam o desconhecimento em relação à legislação citada:

“A legislação sobre educação ambiental é muito recente, inclusive nós já tínhamos conversado anteriormente, eu mesmo não tinha conhecimento específico

desta legislação”(C4).

Primeiro, eu não conhecia esta lei até o presente momento, passei a conhecê-la agora. Acho interessante. A minha opinião quanto à educação ambiental ser um tema transversal de todas as disciplinas é válido, assim como outros temas também devem ser. (P2)

“Não, não conheço essa Lei. Quem vai saber com relação a isto eu acho que é só o [...], que é o coordenador do núcleo de educação ambiental aqui no Laboratório de Turismo.” (L6)

Segundo 100% dos entrevistados, a Instituição de ensino ainda não adotou a Política Nacional de Educação Ambiental instituída pela *Lei n. 9.795/99*, no que se refere ao seu artigo 10 e sua aplicação ao curso de turismo:

Eu acho que a instituição deveria estar mais preocupada, muito mais preocupada. É o tipo de coisa. A gente acaba vendo que a lei não está aplicada. [...] a educação ambiental é fundamental no turismo. Não tem jeito de fugir disso. Então já que tem, no curso superior, na área de Turismo isso tinha que ser mais desenvolvido. Tinha que haver uma preocupação muito maior.(A4)

“A instituição não assumiu a proposta da Lei, pelo menos, que eu saiba. A gente vê muito em termos isolados ou pontuais. Você não vê a educação ambiental de uma forma sistêmica”. (P4)

Em síntese, no que se refere à *Lei n. 9.795/99*, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, pode-se observar que:

- Em seus depoimentos, doze dos quinze entrevistados concordam com o artigo 10 da *Lei 9.795/99*, no que diz respeito à educação ambiental ser contemplada nas várias disciplinas do curso de turismo;

- na pesquisa quantitativa 77,5% dos entrevistados concordam com o artigo 10 da *Lei 9.795/99*, no que diz respeito à educação ambiental ser contemplada nas várias disciplinas do curso de turismo, ressaltando-se, no entanto, que 55% destes

declaram não conhecer a Lei;

- em seus depoimentos, 53,3% dos entrevistados concordam com o artigo 10 da Lei, mas fazem ressalvas à sua aplicação em função da necessidade de capacitação do corpo docente para tal;

- em seus depoimentos, 26,6% dos entrevistados, apesar de concordarem com o artigo 10 da lei, acham também necessária a presença de uma disciplina específica de educação ambiental no curso;

- em seus depoimentos, 20% dos entrevistados discordam do artigo 10 da lei, devido ao fato de acharem difícil qualificar os professores no assunto e, inclusive, acreditam que o melhor caminho para ensinar educação ambiental é através de uma disciplina específica na matriz curricular do curso;

- segundo os depoimentos da grande maioria dos entrevistados, de fato, a *Lei 9.795/99* não foi implantada na instituição, no que se refere ao curso de turismo e ao seu artigo 10.

6.3 Levantamento da Dinâmica de Desenvolvimento da Educação Ambiental no Curso Analisado e sua Relação com o Projeto Político-Pedagógico Vigente

Para a análise da educação ambiental na estrutura do ensino superior de turismo, é importante identificar a forma como as atividades específicas deste tema estão inseridas no projeto político-pedagógico do curso objeto deste estudo.

O projeto político-pedagógico da escola é o projeto que indica acima de tudo um referencial teórico-filosófico e político. Envolve estratégias e propostas de ação. *“Para educar, não basta indicar um horizonte e um caminho para se chegar lá. É preciso indicar como se chega lá e fazer o caminho, juntos”.* (GADOTTI, 2000, p.

132).

Portanto, partindo-se da premissa de que o projeto político-pedagógico é o documento principal que norteia as ações e as estruturas de um curso e pressupõe a definição das intenções educativas a partir da visão de mundo, de sociedade e de indivíduo, o primeiro passo realizado para o estudo da dinâmica da educação ambiental no curso superior de turismo foi a análise do documento oficial do curso selecionado.

Revelou-se na análise que a educação ambiental não foi contemplada em nenhum dos itens que compõem o conteúdo do documento, como por exemplo: objetivos, competências e habilidades, ementários de referências bibliográficas e, principalmente, no que se refere ao ementário das 45 disciplinas que compõem à matriz curricular, denominada *Currículo 3*. Este fato é comprovado e justificado pelo coordenador do curso quando ressalta que a educação ambiental não foi contemplada no projeto político-pedagógico porque o currículo vigente foi elaborado a partir da reformulação realizada em 1995, ou seja, antes da institucionalização da Política Nacional de Educação Ambiental. Nessa época, na sua opinião, a educação ambiental ainda não tinha o papel de destaque que tem hoje,

O currículo atual foi montado em 1995. De 1995 para 2003 já são oito anos. Quer dizer, ninguém imaginava que a educação ambiental fosse se tornar o que é hoje, realmente um tema de reflexão, de estudo, inclusive de muita bibliografia. Então no objetivo do curso diretamente não. Neste currículo não. (C4)

Com objetivo de avaliar a percepção relativa ao projeto político-pedagógico, duas perguntas foram incluídas na pesquisa quantitativa com professores e alunos, no intuito de perceber a inserção da educação ambiental no documento norteador do curso. A primeira delas foi se os entrevistados conheciam o projeto político-pedagógico vigente, pois o grau de conhecimento do documento pelo público

entrevistado é uma condição fundamental não apenas para levantar a inserção da educação ambiental no curso, mas também para saber o interesse sobre a visão de mundo proposta pelo curso em relação aos egressos. A segunda questão, referente à inserção da educação ambiental no projeto político-pedagógico, foi respondida somente pelos entrevistados que responderam afirmativamente a primeira.

TABELA 8

Nível de conhecimento dos professores e alunos referente ao projeto político-pedagógico do curso

Item	Distribuição (%)	
	Professor	Aluno
Sim, conheço plenamente o projeto político-pedagógico	22,5	3,9
Sim, conheço superficialmente	57,5	31,1
Não, não conheço	20,0	49,5
Não, não sei o que é projeto político-pedagógico	0,0	15,5
Total	100,0	100,0

Fonte: a autora

A tabela revela, em princípio, que é pequeno o número de entrevistados que conhecem plenamente o projeto político-pedagógico do curso, o que possibilita a evidência dos seguintes fatos:

- 65,0% dos alunos não conhecem o projeto político-pedagógico do curso que estão cursando, sendo que 15,5% nem sabem o que é;
- 80% dos professores conhecem o projeto político-pedagógico do curso que estão lecionando, porém somente 22,5% conhecem plenamente o documento;

- os resultados revelam a possibilidade do projeto político-pedagógico do curso ter sido pouco divulgado e/ou ter ocorrido uma participação pouco expressiva dos entrevistados na sua elaboração. Os alunos atuais matriculados e freqüentes no curso, provavelmente, não participaram da elaboração da matriz curricular denominada *Currículo 3*, uma vez que tal reformulação ocorreu em 1995 e com carga horária distribuída em 04 anos.

Nas entrevistas, o resultado do conhecimento dos entrevistados professores com relação ao projeto político-pedagógico foi coerente com os dados apresentados na tabela 08, alguns professores conheciam o documento, outros não. Já no caso dos discentes, apesar de 35% dos alunos terem respondido conhecer, mesmo que superficialmente, o projeto-político pedagógico, na pesquisa qualitativa os quatro alunos entrevistados revelaram não conhecer o projeto político-pedagógico do curso:

“Eu nunca li o projeto político-pedagógico do curso de turismo, a educação ambiental deve estar inserida de alguma forma. Não tenho certeza, acho que deve estar. (P2 trabalha na Instituição há 7anos)”.

Eu já vi alguma coisa do projeto pedagógico, aliás, muito pouco, mas, pelo o que eu sei, ele está em processo de mudança recentemente. Então eu não conheço. Eu não conheço as ementas das outras disciplinas. [...] Na ementa que eu leciono não aparece educação ambiental. (P1 trabalha na instituição há 2,5 anos)

Conheço o documento sim. A educação é contemplada sim, mas não especificamente em termos de educação ambiental. Não esta explícita, não esta clara, mas de uma forma implícita ela pode até estar porque quando você fala em formar um cidadão capaz, responsável para cuidar da sociedade, quer dizer que nisso tudo está implícito a questão da educação ambiental. Ela não está de uma forma clara. Eu acho que ela deveria estar mais inserida em termos de objetivos mais claros nesse sentido, até porque se preocupa muito recentemente com essa questão da educação ambiental. (P4 – leciona no curso há 11 anos).

Na sua opinião, a educação ambiental está inserida no projeto político-pedagógico do curso de Turismo?

*Que eu tenha conhecimento não.
Você sabe o que é projeto político-pedagógico?
Seria mais ou menos a grade curricular? Pelo que eu conheço da grade não. Eu conheço pouco. Eu tenho poucas informações. (A3 cursa o 2º Período)*

*Você conhece o projeto político-pedagógico do Curso?
Infelizmente não.
Você sabe o que é um projeto político-pedagógico?
Não. (A1 - cursa o 5º. Período)*

Pode-se observar que os alunos entrevistados provavelmente não tiveram acesso e/ou não conhecem o projeto político-pedagógico do curso e que, apesar de os dados da pesquisa quantitativa apontarem que 80% dos professores conhecem o documento, mesmo que superficialmente, existem 20% que o desconhecem, como é o caso de P1 e P2, ambos lecionando há mais de quatro semestres no curso.

Para os professores e alunos que conhecem mesmo superficialmente o projeto político-pedagógico do curso, foi realizada a seguinte pergunta: onde a educação ambiental está inserida no projeto político-pedagógico do curso? Os dados apurados encontram-se na tabela 09.

TABELA 9

Percepção da inserção da educação ambiental no projeto político-pedagógico

Item	Distribuição (%)	
	Professores	Alunos
Está presente nos projetos do Laboratório de Turismo	45,0	66,7
Está presente nas atividades de extensão	35,0	41,7
Está presente nos objetivos	32,5	36,1
Está presente no currículo	30,0	22,2
Está presente nas ementas das disciplinas	30,0	30,6
Está presente na descrição do perfil do egresso	12,5	5,6
Sem resposta	27,5	8,3

Fonte: A autora

O total dos respondentes ultrapassa 100% porque foi permitida mais de uma resposta a cada entrevistado

Pelos resultados apresentados, constata-se que os grupos de professores e de alunos que conhecem o documento identificam bem a inserção da educação ambiental no curso, principalmente nas atividades de extensão e nos projetos do Laboratório de Turismo. Pode-se observar, também, que alguns professores e alunos afirmaram que a educação ambiental está inserida no currículo, nas ementas e nos objetivos do curso, esse resultado não é coerente com os dados da análise realizada sobre o projeto político-pedagógico atual, como já foi apresentado, por isso é bom ressaltar, novamente, o fato que dos 40 professores e 103 alunos entrevistados somente nove professores e quatro alunos afirmaram conhecer plenamente o projeto político-pedagógico do curso.

Também foi indagado se eles já tinham participado de alguma atividade relacionada à educação ambiental, o seguinte resultado foi apresentado:

TABELA 10

Participação em atividades que desenvolvem educação ambiental no curso

Item	Distribuição (%)	
	Professor	Aluno
Não, não participei.	47,5	31,1
Sim, nas visitas técnicas e/ou trabalho de campo.	42,5	47,6
Sim, nos projetos do Laboratório de Turismo	22,5	27,2
Sim, em eventos (congressos, seminários, palestras, etc).	20,0	25,2
Sim, nas disciplinas.	12,5	23,3
Sim, nos cursos de extensão.	7,5	8,7
Não soube de nenhum	5,0	12,6

Fonte: A autora

O total dos respondentes ultrapassa 100% porque foi permitida mais de uma resposta a cada entrevistado

Apesar de um elevado número de entrevistados (47,5% dos professores e 31,1% dos alunos) relatarem não ter participado de nenhuma atividade que contemple a educação ambiental, um número também expressivo (47,5% de professores e 56,3% de alunos) relatou que participou, principalmente nas visitas técnicas/trabalhos de campo, nos projetos do Laboratório de Turismo e em eventos. A amostra afirmativa de 13,3% por parte dos alunos à opção 'disciplina' evidencia que os professores abordam a educação ambiental de alguma forma no seu conteúdo, mesmo que não seja de maneira oficial, por não estar incluída no ementário do *Currículo 3*.

Também foi perguntado aos professores se eles contemplavam a educação ambiental no dia-a-dia na sala de aula? E em caso afirmativo, como? O resultado foi surpreendente, porque 72,5% dos professores responderam que sim e apresentaram as seguintes maneiras de abordagem da educação ambiental.

TABELA 11

Formas como a educação ambiental é contemplada no cotidiano na sala de aula

Item	Distribuição (%)
	Professores
Através de debates	27,6
Seminários e trabalhos	20,7
Enfatizar o desenvolvimento sustentável no turismo	6,9
Casos presentes no cotidiano, contribuindo para construção de novos valores e conhecimentos.	6,9
Limpeza e ordem na sala de aula	6,9
Trabalho voltado para educação para o lazer	6,9
Através de Clipping	3,4
Alertando para os cuidados com o que está a nossa volta	3,4
A medida que relaciono a cultura como dependente no meio em que o ser humano está inserido	3,4
Impactos causados pelos transportes e os meios que menos poluem e degradam o ambiente	3,4
Divulgação de áreas que não estão preparadas para receber o turista	3,4
Abordando o balanço social	3,4
Pesquisa de oferta turística	3,4
Inserção da Comunidade no desenvolvimento do turismo local	3,4
Quando tenho que contextualizar com exemplos	3,4
Através de estudo de casos	3,4
Abordagem teórica da questão	3,4
Discussão de programas governamentais e não governamentais em relação ao meio ambiente e qualidade de vida	3,4
Elaboração de estratégias para a própria sobrevivência	3,4
Discussão do patrimônio sobre as cidades contemporâneas / qualidade de vida	3,4
Comportamento do homem frente sua forma de organização nos espaços	3,4
Sempre que possível	2,4
Sem resposta	6,9

Fonte: A autora

O total dos respondentes ultrapassa 100% porque foi permitida mais de uma resposta a cada entrevistado

Constata-se através das atividades didáticas ressaltadas pelos professores que a educação ambiental acontece no curso, principalmente no discurso do professor, ou melhor, daquele professor que tem interesse pelo tema e o introduz no cotidiano da sala de aula, através de discussões, contextualizações dos conteúdos, seminários, debates, estudos de caso, entre outros. Porém, percebe-se,

através da leitura da variedade de formas circunstanciadas pelos professores, que ocorre uma grande fragmentação do tema entre as disciplinas. Apesar de existirem formas e razões variadas para a abordagem do tema nas diversas áreas de conhecimento que compõem o currículo do curso, não foi citada nenhuma ação integradora entre os diversos conteúdos relatados na tabela 11.

Como referido em outros capítulos, diversos autores questionam como é a pedagogia voltada para as questões ambientais que, hoje, são estudadas no ensino superior. A maioria dos cursos superiores, se não a totalidade, ainda está sob a égide do modelo científico cartesiano enraizado em nossa cultura, sendo que esse modelo rege a estrutura curricular com abordagens restritas, fragmentadas e métodos sem perspectiva interdisciplinar que dificultam a construção do enfoque holístico, democrático e participativo no processo pedagógico da educação ambiental. Nessa perspectiva, mesmo que 72,5% dos professores afirmem abordar a educação ambiental, constata-se pela análise das atividades desenvolvidas que elas são estancadas em cada disciplina, não se caracterizando como interdisciplinar, ou mesmo multidisciplinar nos depoimentos referentes ao tema educação ambiental. A constatação é a de que a educação ambiental realmente não é ainda um eixo transversal dentro do curso, como determina a Política Nacional de Educação Ambiental.

As atividades apontadas como, por exemplo, limpeza e ordem da sala, elaboração de estratégias para própria sobrevivência, alerta para os cuidados com o que está a nossa volta, casos do cotidiano, entre outros, podem ser consideradas mais como atividades de sensibilização, em função da superficialidade, ou apenas comportamentais por estarem centradas nas ações do cotidiano.

Sem querer negar a importância da sensibilização como um dos objetivos da

educação ambiental, sabe-se que esta é apenas a primeira fase para o seu processo de desenvolvimento; mas, mesmo que extremamente necessária, a educação ambiental não deve ficar somente nessa etapa. Atividades de sensibilização podem não ser suficientes para desenvolver “conhecimentos e valores” (MEDINA, 2000, p. 13) nos futuros profissionais de turismo. Muitos autores já citados, como Dias (1992), Brügger (1999) e Medina (1999), alertam para a importância de se ultrapassar a fase da sensibilização, para se avançar em direção a uma compreensão mais abrangente da sociedade, que refletirá na mudança de valores e atitudes e na construção de uma racionalidade ambiental, palpável e interpretada na realidade cotidiana. Em seu depoimento, o professor P3 tem a compreensão da necessidade de ultrapassar o processo de sensibilização para níveis mais profundos de reflexão e de participação.

A gente começa com a consciência... eu tenho na minha cabeça as etapas da educação ambiental como primeiro uma forma de conscientização. O que que é? O princípio básico, a sensibilização da pessoa em relação à questão. Porque muitas das vezes a gente não tem... A gente ignora. Eu gosto muito de usar a palavra ignorância no sentido de ignorar o que é. Então eu acho que para mim a tomada de consciência, você se sensibilizar para aquilo é o primeiro passo. Depois eu acho que você podendo partir desse concreto, você pode partir para o aprofundamento do conhecimento, que é uma etapa posterior. Saber o porquê. Você se sensibiliza, você toma consciência, depois você vai buscar informação. Então eu vejo isso como uma etapa. E talvez uma etapa essencial que, nem sempre conhecimento gera mudança de comportamento. Um terceiro passo é buscar a mobilização para gerar uma participação, tanto individual, quanto coletiva.(P3)

Por sua vez, quando a proposta de atividade didático-pedagógica é calcada mais na mudança de comportamentos do cotidiano, pode ser considerada mais como adestramento ou condicionamento do que uma educação voltada para a construção de conhecimentos e valores, formação de atitudes, habilidades e, também, compromissos e comportamentos ambientais. É importante destacar que também foram relatadas por alguns professores atividades que trabalham

educação ambiental com uma abordagem de caráter mais científico e vinculado mais diretamente aos conteúdos de determinadas disciplinas, tais como: o estudo do desenvolvimento sustentável, educação para o lazer, pesquisa da oferta turística, inserção da comunidade no desenvolvimento do turismo local, entre outras.

Segundo P3, seus alunos já têm muitas vezes um discurso mais elaborado sobre as questões ambientais, mas este ainda não foi introjetado como valor pessoal, pois ainda tem pouca influência nas suas atitudes e comportamentos.

Eu vejo aluno repetindo as coisas e não fazendo. É a coisa de conhecer e não colocar em prática. Então eles estão com o discurso ambiental muito afiado. Você pega todos os trabalhos e eles dizem que tem que ter coleta seletiva, por exemplo, mas a atitude deles, não generalizando, mas, a grande maioria eles não tem atitude e comportamento de um turismólogo em formação e coerente com esse discurso. Então eu acho que eles têm que passar primeiro por um processo de educação ambiental que vá além do discurso. (P3)

Outra questão a ser destacada é que, como predominam professores horistas, pois não existe regime de contratação com disponibilidade extra-classe parcial ou integral para o corpo docente no curso, o tempo para a troca de conhecimentos e experiências fica, assim, bastante restrito. Pode-se evidenciar que, apesar de a concepção de meio ambiente e educação ambiental entre os entrevistados seja predominante sistêmica, como apresentado nas Tabela 1 e 05 deste estudo, a forma como ela acontece ainda sugere a fragmentação.

Mas a relação entre os professores aqui dentro, ela realmente ainda não acontece com muita consistência não. É o que eu falei, parece que o tempo do professor é muito corrido, porque aqui na Instituição, tem muito pouco professor de dedicação exclusiva. (L1)

Como a educação ambiental não está contemplada no projeto político-

pedagógico atual, compreende-se que sua abordagem acontece ainda sem uma política institucional que a legitime oficialmente no curso. A falta de uma abordagem oficial pode gerar uma série de conseqüências relevantes na aplicação da educação ambiental no desenvolvimento do curso, principalmente no que tange a integração e continuidade dos conteúdos trabalhados,

Eu não sei se tem uma preocupação com a educação ambiental, uma preocupação vinda da coordenação. De estar preocupada em fazer as abordagens dessa questão. Aqui já tem uma preocupação em fazer um trabalho interdisciplinar, mas, com educação ambiental especificamente não percebo. Vejo a questão ambiental como relevante na abordagem, mas não a educação ambiental. (P3)

Um bom exemplo disso é a fragmentação dos conteúdos, que propicia a superposição da abordagem de alguns temas, como é o caso do turismo sustentável, por exemplo, que recebeu um papel de destaque entre os entrevistados, revelando um grau de conhecimento maior do público sobre o tema e sua associação com a educação ambiental e o turismo.

Tanto os alunos como os professores falaram sobre o turismo sustentável e sua importância para o desenvolvimento da atividade turística, principalmente, no desenvolvimento local. Em seus depoimentos, a maioria dos entrevistados compreende a importância do turismo sustentável, principalmente como arcabouço fundamental para o desenvolvimento planejado regional e localmente. Na tabela 3 deste estudo, consta que 87,5% dos professores e 75,7% dos alunos afirmam conhecer o termo turismo sustentável, entretanto, a falta de uma integração das disciplinas, na concepção de alguns entrevistados, tem gerado redundância na abordagem, enfraquecendo a capacidade de assimilação frente à complexidade do tema. Da mesma forma, a não-integração entre as disciplinas leva à falta de

aprofundamento e/ou saturação, ou mesmo à banalização do tema para o corpo discente.

Então a educação ambiental e a discussão ambiental seriam um eixo novo dentro do Turismo, sobretudo pegando a pasta da Sustentabilidade. Eu já trabalhei com eles Agenda 21, os conceitos de sustentabilidade que até então eles ouviam de outra forma ou só ouviram falar mas já viram isso dentro da Geografia, então eu tenho procurado trabalhar essa questão na minha disciplina.(P4)

Eu vejo nos professores que estão chegando, estão...Eu vejo que a abordagem está sendo excessiva. Os alunos estão já saturados. "Já vem aquele professor falar de novo de sustentabilidade" Agora eu estou fazendo um pouco da crítica. Estou pegando um gancho e estou mostrando para eles o lado que a gente tem que relevar, mostrando um pouco da crítica desse discurso porque eles acabam desacreditando. Eu acho que o enfoque da sustentabilidade está muito em voga. Então eu acho que todos os professores estão enfocando, pelo menos é o que eu sinto muito dentro da sala de aula. Muito discurso da sustentabilidade e os meninos um pouco saturados.(P3)

Até no meu discurso com os alunos, às vezes, eles têm questionado um pouco, porque eu falo tanto de Meio Ambiente."Professora isso desanima a gente". Acham que da forma que eu falo o Turismo destrói o Meio ambiente, destrói muita coisa. Eu tenho aprofundado esta discussão com eles, para tentar trazer uma nova visão que não se faça turismo tão impactante, um turismo mais sustentável. (P1)

Além das atividades listadas pelos professores como de educação ambiental dentro do cotidiano da sala de aula, a grande maioria dos entrevistados ressalta também a presença da educação ambiental, principalmente nas visitas técnicas e nos projetos do Laboratório de Turismo, como apresentados na Tabela 10 deste estudo.

"Ela está nas atividades práticas que são os trabalhos que os alunos fazem e que você fala... Os trabalhos de planejamento e mesmo quando você estuda o Sistur". (P1)

Na visita técnica eu falo sobre o meio ambiente natural, social, o enfoque sistêmico, a sinergia. Então a gente está sempre enfocando. Especificamente sobre o subsistema ecológico, eu falo muito sobre a questão das medidas para a educação ambiental, nas medidas de proteção, de conservação, das políticas, das diretrizes. (P4)

“Acho que a educação ambiental está muito presente nos projetos do Laboratório de Turismo.” (L4)

São nas visitas técnicas e/ou trabalhos de campo, como mostrado na Tabela 10, que os entrevistados percebem mais claramente a educação ambiental como conteúdo aplicado nas disciplinas e, em alguns casos, a integração dos conteúdos entre mais de uma disciplina. A atividade de campo, por ser experiencial e proporcionar uma vivência carregada de sentidos, pode propiciar aos alunos e professores a compreensão e a possibilidade de aplicação do arcabouço teórico na realidade concreta, que *“em sua rede de inter-relações dos seus diversos sistemas e subsistemas é totalmente complexa e interdisciplinar”* (GUTIÉRREZ; PRADO, 1999, p. 98), facilitando a compreensão da integração dos conteúdos das diversas áreas de conhecimento que contemplam o curso de turismo:

Nas visitas técnicas eu tenho participado com a [...] que é a professora de Oferta e Pesquisa e nós temos procurado fazer um trabalho juntas na disciplina de Geografia de Minas e aí a gente tem trabalhado com as questões ambientais e, é claro, a educação Ambiental está implícita em todo o trabalho que a gente faz buscando uma orientação para os alunos para esse eixo. (P1)

“De todas as formas. Dentro de sala te dá o caminho a seguir. Fora de sala dão as visitas técnicas pra ver como é que é a aplicação do conteúdo na realidade, no dia-a-dia, a professora faz isso com a gente.” (A2)

*Na sua opinião qual é a melhor forma para o desenvolvimento de Educação ambiental no curso de Turismo?
Eu acho que é in loco mesmo, visitando os locais.
Atividades práticas?
Visitas técnicas eu acho que é o principal. (A3)*

O aluno que quer desenvolver o trabalho com visita técnica, ele desenvolve. A faculdade ela oferece [...] as minhas primeiras visitas

técnicas foram ótimas, com mais de um professor sempre, um com a matéria e o outro acompanhando, a gente conseguiu aproveitar muito. (A4)

Para alguns entrevistados existe um hiato entre a teoria e a prática, uma vez que, mesmo que o discurso sobre educação ambiental e turismo sustentável, por exemplo, estejam já bem elaborados, as estruturas do ensino-aprendizagem propostas no projeto político-pedagógico vigente ainda não permitem que o aluno assimile completamente, no seu cotidiano, o conteúdo do seu discurso:

Eu costumo falar com meus alunos que a questão da visita técnica é uma coisa muito séria. E a gente vê muitos alunos agindo inadequadamente dentro de uma visita técnica. A minha disciplina tem a visita técnica como obrigatória e eu costumo falar no primeiro dia de aula que tem alunos que são piores turistas que têm no mundo. Eles sabem da educação ambiental e isso é passado de uma forma direta ou indireta pra eles, como eles vão atuar no Turismo, eu acho que sim. No discurso eles estão muito bem preparados pelo que eu vejo mas na prática mesmo não. Eu fico na dúvida: será que eles vão cobrar isso? Será que eles vão usar isso?.(P3).

Na vivência em atividades práticas para que eles sintam o que é o trabalho de educação ambiental. Tivemos esta prática no Caraça, onde eles tiveram palestras sobre educação ambiental e depois trabalharam com os turistas, o interessante é que lá, diferente da sala de aula, eles ficaram preocupados em preservar. Esperamos que não seja só lá naquele momento. Que não seja uma coisa efêmera. (P2)

Os projetos do Laboratório de Turismo constituem outro destaque apontado pelos entrevistados para o desenvolvimento da educação ambiental no curso. A demanda para projetos relacionados à educação ambiental tem sido, até então, grande o suficiente para que no laboratório fosse criado um núcleo só de educação ambiental e planejamento.

Ao longo dos 12 anos de funcionamento do laboratório, os projetos de educação ambiental receberam diversos prêmios, divulgando o nome da instituição em nível regional e nacional. Isso só reforça o que foi apresentado anteriormente, pois são projetos que trabalham diretamente com comunidades residentes em lugares com potencial turístico. Nesses projetos, a educação ambiental é o grande

instrumento para o desenvolvimento do turismo sustentável, em função de atuarem na orientação e organização das comunidades, na valorização dos atrativos naturais e culturais locais e na elevação da auto-estima das pessoas do lugar.

Ao estudar os documentos de cinco projetos desenvolvidos no Núcleo de Educação Ambiental, do Laboratório de Turismo, foi possível constatar que todos foram ou estão sendo desenvolvidos em municípios localizados próximos de Belo Horizonte, ricos em atrativos naturais e que têm como característica comum o crescimento acelerado da atividade turística.

Na maioria dos projetos, os alunos são remunerados e recebem um treinamento do coordenador do projeto que aborda comportamento e desempenho no estágio, educação ambiental e estruturação do projeto. Atuam nos municípios com as comunidades locais desenvolvendo atividades, tais como: pesquisa com a população denominada *Mobilização para o Turismo*, onde analisam o perfil sócio-econômico-cultural da comunidade e os dilemas decorrentes dos impactos benéficos e adversos causados pelo desenvolvimento da atividade turística na região. Fazem também *Blitze Ecológicas* nas estradas em uma tentativa de minimizar os impactos do turismo na região, intermediando entre a comunidade e o turista. Ministram, também, cursos para a comunidade de condutores, setores da hotelaria e de restaurantes, de educação ambiental nas escolas públicas, entre outras atividades. Fazem também o levantamento do inventário turístico e o perfil da demanda turística no município. As atividades desenvolvidas nos projetos, no seu conjunto, parecem não caracterizar um processo, mas uma sucessão de eventos de mobilização e sensibilização.

Segundo os depoimentos, o regime de professor horista reflete-se também no elo entre a teoria ministrada no curso e a prática desenvolvida através dos

projetos do laboratório. Os coordenadores do Laboratório de Turismo relataram que coordenam todos os projetos e só, eventualmente, contratam um professor que leciona no curso para contribuir com um conhecimento específico, como revisão de português e revisão dos inventários turísticos, por exemplo. Fica claro que o aproveitamento do conhecimento técnico-científico do corpo docente fica restrito ao seu desempenho em sala de aula, já que não é oportunizada a sua participação na aplicação do conteúdo que trabalhou em sala de aula na realidade concreta das demandas e das comunidades que fazem parceria com o curso para desenvolvimento de projetos.

Esta é justamente uma das falhas do curso, por exemplo, em universidades você tem a dedicação de horas aos órgãos alvos. Aqui não, você pode até contratar um professor para ajudar em um projeto, como é o caso de português, mas ele não terá horas de disponibilidade. (L3)

No que se refere ao projeto político-pedagógico e às formas de desenvolvimento didático e pedagógico da educação ambiental, podem-se sintetizar os seguintes resultados levantados:

- 57,5% do corpo docente conhecem superficialmente o projeto político-pedagógico do curso. 20% dos professores também não o conhecem;

- 31,1% dos discentes conhecem superficialmente o projeto político-pedagógico do curso, já 49,5% deles desconhecem o que seja o documento;

- as atividades práticas são as mais indicadas pelos entrevistados como sendo o lugar onde se desenvolve mais a educação ambiental no curso, principalmente as visitas técnicas e/ou trabalhos de campo e os projetos do Laboratório de Turismo;

- os projetos de educação ambiental têm um grande destaque no Laboratório

de turismo e muitos são desenvolvidos em municípios que sofreram impactos negativos com o desenvolvimento do turismo;

- o regime horista adotado pela Instituição para contratação do corpo docente interfere negativamente no processo de integração entre as disciplinas;

- apesar de alguns alunos apresentarem um discurso elaborado referente à educação ambiental, na concepção de alguns professores este ainda não foi totalmente introjetado pelos mesmos alunos;

- apesar de a educação ambiental não estar inserida no projeto político-pedagógico do curso nem no ementário das disciplinas, ela é abordada isoladamente em diversas disciplinas no cotidiano da sala de aula;

- o turismo sustentável é um tema muito trabalhado no curso, porém cada professor trabalha individualmente e, na sua grande maioria, sem uma preocupação com a superposição de temas;

- não existe uma política institucional ou ação de coordenação voltada para a integração da temática educação ambiental.

6.3.1 Ações facilitadoras e dificultadoras para o desenvolvimento da educação ambiental no curso superior de turismo

No capítulo 1 deste estudo, foi apresentada uma reflexão sobre a evolução do pensamento científico e os fatores que levaram a humanidade a um distanciamento e uma postura dominadora em relação à natureza, colocando em risco, como consequência deste processo, a sua própria sobrevivência. Estes fatores devem ser lembrados porque eles influenciam, ainda hoje, a educação no mundo ocidental, inclusive no Brasil. Os currículos ainda são criados sob os

aspectos do pragmatismo, do racionalismo e do individualismo, e, mesmo com a crise ambiental e a procura por novos paradigmas para a educação, esses fatores ainda estão presentes na realidade do sistema educacional brasileiro, conseqüentemente, no ensino superior de turismo.

Fundamentadas no estudo da dinâmica da educação ambiental no curso superior de turismo, serão aqui destacadas primeiramente as ações dificultadoras e em seguida as ações facilitadoras mais importantes para o processo de desenvolvimento da educação ambiental no curso superior de turismo, objeto deste estudo.

A primeira questão a ser apresentada sobre as condições dificultadoras é a de que a educação ambiental não foi contemplada no projeto político-pedagógico do curso e os entrevistados não vêem possibilidade de ampliação da educação ambiental na matriz curricular atual, mesmo com os projetos de educação ambiental tendo uma expressiva demanda no Laboratório de Turismo.

A segunda ação dificultadora é que não existe uma política ou diretriz institucional que legitime a educação ambiental no curso. Isto significa que a Política Nacional de Educação Ambiental ainda não foi cumprida, até a finalização deste estudo, mesmo passados cinco anos de sua instituição.

A terceira ação dificultadora diz respeito à oportunidade de acesso à bibliografia especializada sobre educação ambiental no curso. Pelas entrevistas constatou-se um relativo desconhecimento da bibliografia específica de educação ambiental e educação ambiental aplicada ao turismo. Somente dois professores que trabalham com educação ambiental em atividade profissional fora da Instituição é que conseguiram se lembrar de uma bibliografia específica. Três professores entrevistados e o coordenador do curso citaram títulos sobre turismo sustentável e,

entre os alunos entrevistados, somente um foi capaz de mencionar um título que aborda a educação ambiental em seu conteúdo. No levantamento realizado no acervo bibliográfico da Instituição foram catalogados 48 títulos sobre ecologia, 76 títulos sobre meio ambiente, 10 títulos sobre educação ambiental e dois títulos que abordam o assunto turismo e educação ambiental conjuntamente. O tema educação ambiental não aparece como título, constando somente como assunto dos demais títulos citados.

Salienta-se, apesar de existir intercâmbio entre as bibliotecas, que parte significativa do acervo sobre temáticas ambientais não se encontra disponível no campus onde funciona o curso de turismo, mas em outro, onde está localizado o curso de Geografia. Ainda no que se refere ao ementário bibliográfico da matriz curricular, observa-se que das bibliografias básicas e complementares das diversas disciplinas contempladas no curso, constam somente alguns livros ligados ao turismo sustentável, não existe nenhuma indicação de livros com a temática educação ambiental:

“Bibliografia assim específica eu não me lembro. Eu sei que eu tenho lá em casa muitos livros que eu uso, mas eu não me lembro.” (P2).

“Sim, eu não me lembro de cor dos autores. Eu tenho inclusive alguns aqui sobre educação ambiental, mas, me falha a memória”. (P1).

*Você poderia citar uma bibliografia que contempla a educação ambiental?
Não.
E sobre a educação ambiental e o turismo?
Também não (A1)*

A quarta dificuldade apresentada é que, mesmo que 77,5% dos professores

na pesquisa quantitativa concordem que a educação ambiental possa ser um conteúdo introduzido em todas as disciplinas, sendo ou não uma atividade de caráter interdisciplinar, existe uma consciência grande das dificuldades encontradas atualmente para tal, devido à falta de uma política da instituição no que se refere, especialmente, à disponibilidade de horas extra-classe dos docentes, o que se traduz na prevalência de professores horistas, com pouco tempo para diálogo entre as disciplinas:

Algumas disciplinas poderiam tranquilamente trabalhar juntas. Mas é muito difícil. Eu acho que a dificuldade não é tanto dos alunos, a dificuldade com a interdisciplinaridade é dos professores pela questão do sistema de professor horista.(P4)

Como consequência do regime de disponibilidade do docente no curso, existe uma dificuldade de troca de informação entre os professores especialmente sobre os conteúdos ministrados por eles. O espaço para diálogo fica muitas vezes restrito à sala dos professores nos momentos de socialização do grupo como no intervalo das aulas ou nas reuniões com a coordenação. Como consequência, acaba legitimando a fragmentação dos conteúdos e, principalmente, gerando uma abordagem excessiva e repetitiva de alguns temas, e com isso uma saturação do assunto para os alunos, como já foi apresentado anteriormente neste capítulo. Como não existe troca de informação sobre os conteúdos ministrados e, geralmente, o professor não conhece a ementa e o plano de ensino do colega, no lugar de acrescentar ou complementar o professor acaba repetindo o mesmo nível de abordagem, mesmo quando o direcionamento do conteúdo é diferente, ou trabalha em perspectivas que possivelmente não se complementam:

Eu tenho pouquíssimo contato com os demais professores. Essa estrutura de professores horistas, ela não permite, ela dificulta as trocas, pode até ser que tenha pessoas muito bem preparadas para trabalhar educação

ambiental, mas eu não conheço. E pelo contato que tenho com os alunos eu não vejo, não percebo, no cotidiano dos alunos que eles discutam isso com os outros professores. (P1)

Mas a relação do professor aqui dentro ainda não acontece com muita consistência. É o que eu falei, a maioria é professor horista, parece que, assim, o tempo do professor é muito corrido, acaba só encontrando com os colegas na sala dos professores, sempre correndo, não dá tempo de conhecer o trabalho, o conteúdo que o outro está fazendo. (L1)

Eu acho que é a educação ambiental é uma questão da transdisciplinaridade ou da multi ou da Inter. Só que eu acho que tem que haver primeiro uma ampliação das horas do professor extra sala de aula e programas de capacitação dos professores para, talvez, conseguir uma organização mais no sentido de não sobrepôr muito os mesmos conteúdos, não ter os mesmos enfoques. (P4)

A quinta dificuldade também é uma consequência do regime de professor horista, uma vez que esta forma dificulta o aproveitamento do corpo docente nos projetos desenvolvidos no Laboratório de Turismo (apesar da indiscutível competência dos coordenadores dos projetos, que, geralmente, são os coordenadores das nucleações que compõem a estrutura do laboratório, ou melhor, são funcionários do Laboratório de Turismo e nem sempre compõem o quadro de docentes do curso). Os conhecimentos dos professores das diversas áreas que compõem o currículo do curso e que são responsáveis pela construção das habilidades e competências do corpo discente poderiam ser aí mais bem aproveitados, notadamente para a construção do perfil profissional do futuro Bacharel em Turismo:

“Não, aqui no Laboratório não tem professores com horas, mas pode ter um professor contratado para uma prestação de serviço em um projeto, quando este precisa. Não é sempre, mas tem.” (L3)

Os entrevistados apontaram uma dificuldade específica referente aos projetos do Laboratório de Turismo. Segundo alguns entrevistados, o papel de cada

parceiro nos projetos desenvolvidos no laboratório, tanto da iniciativa privada, como das entidades governamentais e não governamentais, ainda não está muito claro e, muitas vezes, cria-se uma expectativa errada com relação aos resultados dos projetos ou mesmo a disseminação de visão messiânica de que o turismo resolverá todos os problemas da comunidade ou que o papel das Instituições de Ensino Superior é só o de agenciamento de turistas para os municípios:

As prefeituras acham, também, quando se fala em turismo que a Faculdade vai levar ônibus e pessoas para as cidades. E não é isto que a gente trabalha. O nosso trabalho é de base mesmo. É o trabalho com a comunidade mesmo, para a comunidade saber receber o turista com qualidade e com respeito. E que estes turistas também tenham um respeito com a comunidade. Então é um trabalho muito lento e demorado, porque você sensibilizar e mobilizar toda a comunidade não é fácil, envolver a comunidade não é fácil. (L3)

Em síntese, pode-se afirmar, em relação às condições dificultadoras para a educação ambiental no curso superior de turismo pesquisado, que:

- o projeto político-pedagógico atual não contempla a educação ambiental em seus diversos conteúdos;
- não existe uma política institucional para o desenvolvimento da educação ambiental no curso, principalmente no conteúdo das disciplinas;
- falta um maior conhecimento de bibliografia que abranja mais a educação ambiental, principalmente aplicada ao turismo;
- quanto a atual política da Instituição referente à disponibilidade de horas extra-classe parcial e/ou integral para o corpo docente, ela trabalha no Curso de Turismo somente com professores horistas. Um quadro de docentes somente com regime de horista tem as seguintes conseqüências, na visão dos entrevistados:
 - Dificulta a integração e continuidade dos conteúdos nas diversas disciplinas do currículo, podendo propiciar duplicidade de conteúdos, fragmentação,

superficialização, banalização, desgaste e/ou saturação de temas comuns desenvolvidos entre elas, principalmente, quanto à assimilação dos conteúdos por parte do corpo discente.

- Dificulta o desenvolvimento de atividades interdisciplinares de educação ambiental.

- Dificulta o aproveitamento do corpo docente, principalmente, para suporte teórico nos projetos de educação ambiental desenvolvidos no Laboratório de Turismo, como também a formação de equipes interdisciplinares no Laboratório, composta pelos professores do curso.

No que se refere às ações facilitadoras, a primeira que se destaca nos depoimentos dos entrevistados é o papel que o Laboratório de Turismo ocupa no processo de desenvolvimento da educação ambiental no curso. Os projetos do laboratório e as visitas técnicas são apontados pelos segmentos entrevistados como sendo as atividades que contemplam mais a educação ambiental, portanto como condições facilitadoras para a educação ambiental na perspectiva da formação dos Bacharéis em Turismo. A questão é: por que a educação ambiental é notada principalmente nas atividades práticas do curso? A resposta pode estar no fato de a educação ambiental ser considerada como um saber construído socialmente: multidisciplinar na estrutura, interdisciplinar na linguagem e transdisciplinar na ação.

Quando os alunos destacam a visita técnica e/ou trabalho de campo como o lugar onde eles mais estudam a educação ambiental no curso, acabam por retratar o reflexo do que foi falado acima, sendo essa uma experiência que eles não esquecerão, reforçando assim a eficácia da atividade prática nos processos de ensino-aprendizagem para a educação ambiental:

Por exemplo, a gente tem um projeto que é [...], um projeto para atuação grande no município, a gente já está lá há quase 4 anos, com participação sistemática de alunos em todos os finais de semana, e as disciplinas do curso vão conquistando os alunos para estes projetos, para conhecer os projetos, as ações, e reforçar o que a gente aprende com o que a gente está fazendo lá fora, (L1)

É claro que as visitas técnicas proporcionam isso pra gente que tem um choque direto, mais que dentro de sala de aula. O [...] até fez um trabalho com a gente em Geografia de Minas. Tivemos também o [...], outro professor de Geografia também, que trabalhou com a gente Geografia Geral, então a gente teve uma visão um pouco ampliada disso tudo. Mas a questão dentro de sala de aula é meio complicada. A educação ambiental foi mesmo mais trabalhada dentro das visitas técnicas... (A1)

A segunda ação facilitadora apontada pelos entrevistados ao incremento da educação ambiental no curso é a integração atual entre a Coordenação do Curso e a Coordenação do Laboratório de Turismo, já que são coordenações independentes, com mesmo nível hierárquico na Instituição, e o Laboratório de Turismo, que se localiza fora das instalações do prédio onde funciona o curso. Ressaltaram também o apoio dos coordenadores e da Instituição na implantação de projetos, principalmente aqueles de cunho social e/ou sócio-ambiental.

Antes quando eu ainda era aluno, a gente percebia a separação entre o Laboratório de Turismo e a coordenação do curso. Não havia ligação entre coordenação e o Laboratório de Turismo. O Laboratório de Turismo era um órgão isolado do curso, onde poucas pessoas participavam, era mais fechado. Eu não sei se outras pessoas disseram isto para você, mas ele era mais fechado, e hoje a gente está trabalhando em parceria com a coordenação, a gente conseguiu ampliar mais. Esta é a nossa maior vantagem: ampliar a participação de alunos. (L3)

A gente tem trabalhado muito em parceria com a coordenação. Antigamente o Laboratório de Turismo era mais isolado. Era mais difícil. Não por causa do Laboratório de Turismo e nem por causa da coordenação. Era porque às vezes não conseguia se juntar. E hoje a gente já trabalha mais em parceria. E a gente ainda não está num nível ótimo, vamos dizer assim. Mas a gente está caminhando para o bom. (L4)

“Eu tenho um apoio integral aqui no Laboratório [...] Geralmente os projetos que eu encaminho são aprovados, e eu procuro encaminhá-los de acordo com a

estrutura que eu tenho, e de acordo com o trabalho". (L1).

A Instituição, ela sempre foi favorável à questão do social. De trabalhar essa questão ambiental, que vai privilegiar comunidades. A gente não tem problemas, tanto que os nossos projetos, boa parte deles tem uma grande relevância nesta área de educação ambiental, com prêmios regionais, nacionais. (C1)

A terceira ação facilitadora que se pode destacar é que, principalmente no que se refere ao currículo vigente, dos 80% dos professores que responderam o questionário, existem 72,5% deles (Tabela 11) com formação básica diversa que afirmam estarem trabalhando a educação ambiental em sala de aula, apesar de não ser contemplada oficialmente no projeto político-pedagógico e existir pouca integração entre eles. A educação ambiental, mesmo que abordada de forma isolada e/ou superficialmente, já acontece no curso. Para eles, o Laboratório de Turismo foi apontado como uma fonte importante de demanda de projetos, funcionando como elo entre a sociedade e a academia no que se refere ao curso pesquisado.

No que se refere às ações facilitadoras para o desenvolvimento da educação ambiental no Curso de Turismo, pode-se observar que:

- O tema educação ambiental já é contemplado de alguma forma por algumas disciplinas, mesmo que não esteja introduzido oficialmente em seu conteúdo.
- A compreensão, por parte dos entrevistados, da importância da educação ambiental no curso de turismo e na formação do Bacharel em Turismo.
- O apoio institucional no desenvolvimento de projetos sociais e ambientais.
- A formação de um núcleo de educação ambiental no Laboratório de Turismo para atender às demandas do mercado referentes ao tema.
- O bom relacionamento entre as coordenações do Curso e do Laboratório

de Turismo que se encontram no mesmo nível hierárquico na Instituição.

6.4 Perspectivas da Evolução da Educação Ambiental no Curso Superior de Turismo

O estudo das perspectivas da educação ambiental no curso foi realizado com todos os entrevistados. Diversas possibilidades foram apontadas por esse público, porém a que mais se revelou foi a possibilidade de maior inserção da educação ambiental em torno da expectativa de reformulação da matriz curricular.

Acredito ser só possível ampliar a educação ambiental no curso na reforma curricular que está começando a se discutir agora, nós não estamos muito envolvidos...eu acredito que a gente poderia ser mais envolvida...eu pelo menos não fui envolvido ainda. (L3)

“Eu estou com uma expectativa que a educação ambiental possa a vir a ser mais contemplada na mudança curricular. É uma expectativa que eu tenho”. (P1).

Com esse novo currículo, [...], e eu acho que não adianta fazer reforma se não mexer nos conteúdos programáticos [...]. O coordenador está com intenção de fazer isso. Eu acho que é uma chance pra gente buscar esse envolvimento maior dos professores, para cada um participar bem dessa questão da educação ambiental. (P4)

Outro dado apresentado pelos entrevistados foi que, para atingir maior inserção da educação ambiental no projeto político-pedagógico do curso, torna-se necessária maior integração dos conteúdos. Muitos apontam o turismo como uma atividade que não pode ser estudada de forma fragmentada, como acontece hoje no curso. Também apontam a temática ambiental como sendo cada vez mais necessária e presente nos currículos de turismo, principalmente por estarem gradativamente voltados para formar profissionais “planejadores e gestores”, como

a proposta do currículo pesquisado.

Eu acredito que hoje a área ambiental é muito importante para o turismólogo não só ter uma noção, mas ele tem que sair sabendo. Tem que sair sabendo mesmo que seja o mínimo, mas ele já tem que sair sabendo. Porque está diretamente relacionado à nossa atuação profissional.(C4)

Eu acho que com o passar dos anos é uma questão que está sendo levantada com mais frequência e impossível você estar formando o turismólogo sem estar levantando essa questão. Então eu acho que é uma exigência do mercado que os alunos tenham educação ambiental.(A3)

Então eu acho que a educação ambiental, é até mesmo mais interdisciplinar em um curso de turismo do que em outro curso qualquer, porque o Turismo tem uma visão muito amplificada de todas as ciências, é sistêmico e deve ser estudado sobre este enfoque, entendeu? (A1)

Para isso, o grande questionamento referente à possibilidade de integração das disciplinas gira em torno da preparação do corpo docente para o trabalho integrado e interdisciplinar. Vários entrevistados apontaram a importância do investimento da capacitação do professor e o incentivo ao diálogo permanente entre eles, como os instrumentos fundamentais para o desenvolvimento da educação ambiental no curso.

A melhor forma, eu diria até uma ação coletiva do grupo de professores. Eu acho que esse grupo de professores do curso, ele precisaria fazer essa discussão mais coletiva. Eu acho que sem essa discussão coletiva sobre a essa questão ambiental, eu nem coloco a educação ambiental especificamente, mas a questão ambiental, a problemática ambiental no contexto do turismo, você tem que ter essa discussão coletiva, até mesmo para gente conhecer os saberes dos outros e como eles pensam isso para o Turismo porque dessa forma fragmentada não é possível. Eu pelo menos tenho esse pensamento porque de forma fragmentada eu falo uma coisa, outro não fala, o outro fala outra coisa então você tem saberes diferenciados. Não há um discurso coletivo para que até os alunos percebam melhor essa questão. Então a forma mais adequada da gente desenvolver qualquer atividade, ela passaria por um processo de discussão entre os professores, talvez seminários, discussões teóricas ou até mesmo curso, um ciclo de palestras que eu acho que até o curso devesse promover isso. Para que isso chegue ao aluno não com a visão fragmentada.(P1).

Antes de você colocar nas ementas a educação ambiental, os professores têm que estar preparados para isso. Não adianta colocar na ementa

educação ambiental se os professores não entende o que é isso. Eu mesmo sinto falta de compreender o que é isso.(P2)

Eu não vejo que a educação ambiental seja uma cadeira do Turismo não. eu tenho bem claro. Aliás, eu não acho que a educação ambiental em nenhum nível da educação ela tenha que ser exclusiva como uma cadeira. (P3)

Também foi apontada uma perspectiva em torno da implantação de uma política institucional e uma proposta pedagógica que propiciem o desenvolvimento da educação ambiental no curso de turismo. Para alguns entrevistados a proposta institucional é fundamental para orientar o desenvolvimento dos trabalhos e integração das disciplinas.

Eu brinco que é uma educação que você tem que dar desde pequenino pras crianças hoje. É que o brasileiro ainda é muito mal educado do ponto de vista ambiental. O brasileiro degrada muito sem necessidade. A questão do cuidado, do cuidar, do conservar. Então eu acho que a educação ambiental tinha que ser uma disciplina obrigatória desde do ensino elementar [...] até a superior. A instituição deve adotar como obrigatória a educação ambiental em todos os seus cursos.(P4)

Estamos trabalhando agora com a mudança do currículo, é que, por exemplo, é que o turismo ecológico seja uma disciplina obrigatória, e não seja eletiva. E no turismo ecológico você trabalha muito com educação ambiental. No turismo rural da mesma forma, bom que seja obrigatória em todas as disciplinas. (L3)

Eu concordo que não se deva ter uma disciplina específica para educação ambiental. Então é um erro que na verdade se tenha essa concepção de educação ambiental Já que a gente acredita que ela é livre, multi ou transdisciplinar... Por outro lado também, como que a gente não tem essa prática, eu acho que de uma certa forma acaba que, quando todos são responsáveis, ninguém faz. Então isso cria um certo entrave sobre tudo num curso de Turismo por exemplo, que tem disciplinas tão diferentes e que a própria estrutura do centro universitário não permite as trocas e as discussões, eu acho que isso limita um pouco. Então a gente acaba não tendo a educação ambiental. A política tem que mudar, ela tem que ser institucionalizada no curso. (P1) .

Em síntese, a perspectiva da educação ambiental no curso pesquisado para

os entrevistados é a seguinte:

- a educação ambiental tem perspectiva de crescimento no curso, porém não no currículo atual, mas em uma nova proposta de reformulação curricular.

- os entrevistados compreendem a importância da capacitação do professor para o desenvolvimento da educação ambiental no curso, sendo essa inclusive uma condição fundamental.

- a maioria concorda que ela deva ser introduzida oficialmente no curso e que tenha o apoio da coordenação de curso.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta curricular vigente no curso, à época da investigação, edificada em uma base disciplinar fragmentada, certamente não promove uma educação ambiental articulada e interdisciplinar, apesar dos docentes reconhecerem sua importância e manifestarem o desejo de realizar um processo pedagógico capaz de proporcionar aos seus alunos a formação de uma consciência ambiental ética, crítica e inovadora.

O que pudemos registrar, em termos de educação ambiental no curso investigado, foram ações pontuais e pouco reflexivas que não repercutem o contexto da interdisciplinaridade. São ações decorrentes da formatação cartesiana do curso, que favorece uma compreensão fragmentada do conhecimento e impregnada de uma ideologia hegemônica, que pouco contribui para romper o senso comum sobre as questões ambientais, notadamente em relação à transformação das realidades do ambiente onde a atividade turística ocorre. Assim, as ações realizadas de forma episódica em atividades de campo, fora de um contexto de interdisciplinaridade, acabam por propiciar uma abordagem que enfatiza mais a informação e não privilegia o exercício da crítica sobre as temáticas ambientais, dessa forma não contribuindo efetivamente para a construção de uma visão global das questões do meio ambiente, presentes nas diversas realidades sócio-ambientais.

O fato de alguns docentes carecerem de formação pedagógica e ainda apresentarem dificuldades referentes à interdisciplinaridade, somado à falta de maior domínio sobre os fundamentos da educação ambiental, faz com que os espaços e tempos para a educação ambiental, que são opcionais, sejam pouco ou

nada aproveitados.

Uma educação ambiental que favorecesse a formação de profissionais de turismo comprometidos com o turismo sustentável só seria possível através de maior investimento da instituição pesquisada e da receptividade dos seus atores envolvidos nessa ação educativa. Para essa formação integral, que leva em conta a educação ambiental, seriam necessários:

- a reformulação do projeto pedagógico de formação do profissional de turismo visando à definição de políticas institucionais para a adoção de estratégias pedagógicas capazes de proporcionar experiências interdisciplinares, favorecidas pela instituição em termos de tempo e espaço;

- o incentivo às relações dialógicas entre as disciplinas e entre a coordenação do Curso, o Laboratório de Turismo e as disciplinas, possibilitando o estabelecimento de uma relação sistêmica e sinérgica entre as partes que compõem o universo humano do curso;

- a capacitação, que também é responsabilidade institucional, para que os docentes compreendam e atuem nas interfaces das disciplinas, exercitando a interdisciplinaridade, de forma a contribuir como agentes transformadores do paradigma educacional vigente;

- maior envolvimento pessoal dos docentes na ação educativa para o meio ambiente, já que a reformulação do projeto político-pedagógico não assegura, por si, que a educação ambiental cumpra um papel transformador necessário na formação dos alunos de turismo;

- a ampliação da participação efetiva dos docentes e discentes na produção científica e na sua aplicação nas diversificadas realidades do mercado profissional;

- a avaliação permanente, que envolva todos os atores, do processo de

construção e exercício da prática pedagógica da educação ambiental aplicada ao turismo.

É importante ressaltar que, antes da adoção de qualquer investimento sugerido, seria recomendável revisar os significados das correntes pedagógicas que orientam o processo formativo do Bacharel em Turismo, principalmente os que se referem à educação ambiental, para compreender melhor a possibilidade de intervenção e/ou modificações que possam ocorrer no curso.

De forma similar à maioria dos atuais cursos superiores de turismo, o curso pesquisado foi criado de acordo com concepções didático-pedagógicas dominantes na década de 70 e se atém, ainda, às orientações de formação daquela época, tais como o desenvolvimento de uma formação pragmática, o atendimento prioritário às demandas do mercado, que se traduz na formação de gestores, e a utilização de uma terminologia de base economicista e eminentemente tecnicista, em detrimento de aspectos sociais, ambientais e políticos da sociedade.

As novas diretrizes para a formação do Bacharel em Turismo, homologadas em 2004, exigem reformulações curriculares dos cursos existentes. Ainda que propondo avanços no sentido de flexibilização e regionalização dos currículos, essas diretrizes não conseguem romper com o modelo educacional tradicional, avançando muito pouco no que se refere à inserção da educação ambiental na formação dos alunos. Mesmo apresentando algumas propostas de mudança na estrutura curricular dos cursos de turismo, de forma a facilitar o percurso do discente na sua trajetória acadêmica, as diretrizes não aprofundam nas alternativas para suprir as barreiras da fragmentação do currículo.

Ainda que as diretrizes não proponham um novo paradigma educacional para se estudar uma atividade tão complexa e dinâmica como o turismo, processos

educacionais podem ser reescritos, principalmente se houver investimento no patrimônio humano dos cursos.

A utilização de alternativas didáticas que possam propiciar uma efetiva participação dos alunos no processo de construção do conhecimento sobre o turismo e o meio ambiente, pode resultar na formação de profissionais mais competentes. Essa competência se manifestaria na inserção dos profissionais não apenas no mercado de trabalho, mas no processo de construção do turismo sustentável. Formar para a competência agora significa preparar profissionais comprometidos com a conservação do ambiente, com a promoção da justiça social, com o desenvolvimento econômico e, fundamentalmente, com a compreensão da complexidade das inter-relações e das interdependências de turismo e meio ambiente.

Certamente estas considerações não esgotam a temática da educação ambiental na formação do Bacharel em Turismo. Mas temos a expectativa de que elas possam servir de caminho para outras pesquisas sobre as questões ambientais na formação do profissional de turismo e sua prática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agência Envolverde Serviços de Imprensa - Rio +10. Disponível em: <www.envolverde.com.br/rio10/rio10.htm> Acesso em: 20 out. 2004.

ABBTUR – Associação Brasileira de Bacharéis em Turismo. Disponível em: <<http://www.abbtur.com.br/>> Acesso em: 01 set. 2004.

ANDRÉS, Maurício. **Ecologizar: Pensando o Ambiente Humano**. Belo Horizonte: Rona Editora, 1998.

ANSARAH, Marília Gomes dos Reis. **Formação e capacitação do profissional em turismo e hotelaria: Reflexões e Cadastro das Instituições Educacionais do Brasil**. São Paulo: Aleph, 2002.

AZEVEDO, Genoveva Chagas. Uso de jornais e revistas na perspectiva de representação social de meio ambiente. In: REIGOTA, Marcos (org.) **Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão**. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 67-82.

BARBIERI, J.T. **Desenvolvimento de meio ambiente: as estratégias de mudanças da Agenda 21**. 2. ed. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1998.

BARRETTO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas, SP: Papirus, 2001. (Coleção Turismo).

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 2. ed. São Paulo: Editora SENAC, 1998.

BERTALANFFY, L.V. **Teoria geral dos sistemas**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1973.

BORN, Rubens Harry. **Diálogos entre das esferas global e local: contribuições de organizações não-governamentais e movimentos sociais brasileiros para a sustentabilidade, equidade e democracia planetária**. São Paulo: Peirópolis, 2002.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <<http://wwwmma.gov.br>> Acesso em: 22 jun. 2004.

BRASIL. Ministério do Turismo. Disponível em: <<http://www.embratur.gov.br>> Acesso em: 21 jul. 2004.

BRASÍLIA, Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal. **Política Nacional de Educação Ambiental** 1999. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br>> Acesso em: 21 ago. 2004.

BRASÍLIA. Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal. **Diretrizes para Operacionalização do Programa Nacional de Educação Ambiental Programa Nacional de Educação Ambiental**.1994. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>> Acesso em: 21 ago. 2004.

BRASÍLIA, Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal. **Diretrizes para Operacionalização do Programa Nacional de Educação Ambiental**,1991. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>> Acesso em: 20 ago. 2004.

BRUGGER, Paula. **Educação ou adestramento ambiental?** Florianópolis/SC: Editora Letras Contemporâneas, 1999.

BURSZTYN, Marcel (org.). **Ciência, ética e sustentabilidade: desafios ao novo século**. São Paulo: Cortez, 2001.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida**. São Paulo: Editora Pensamento, 1996.

CNPQ/MAST. **O que o brasileiro pensa da ecologia**. Brasília: CNPQ, 1992.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Agenda 21**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2001.

COOPER, Chris et al. **Turismo: princípios e prática**. 2.ed. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Bookman, 2001.

CRESPO, Samyra. **O que o brasileiro pensa sobre o meio ambiente, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade**. Brasília: ISER/Ministério do Meio Ambiente, 1997.

D'AMBROSIO, Ubiratan. **Transdisciplinaridade**. São Paulo: Editora Palas Athena, 1997.

DECLARAÇÃO DE ESTOCOLMO SOBRE O AMBIENTE HUMANO.(Estocolmo/junho/72) A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.silex.com.br/leis/normas/estocolmo.htm>> Acesso em: 20 out. 2004.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental**. São Paulo: Editora Gaia, 1992.

DIAS, Genebaldo Freire. **Fundamentos de educação ambiental**. Brasília: Universa, 2000.

DÍAZ, Alberto Pardo. **Educação ambiental como projeto**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

A Educação Ambiental é o processo de reconhecimento. A Declaração de Tessalonique. Disponível em: <www.cehcom.univali.br/educado/Eaaula.ppt> Acesso em: 20 out. 2004.

ECO RIO 92. Disponível em: <www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/secex/> Acesso em: 30 out. 2004.

EMBRATUR. **Programa Nacional de Municipalização do Turismo**. Brasília, 1994.

FACULDADE NEWTON DE PAIVA. Disponível em: <<http://www.newtonpaiva.br>> Acesso em: 21 jul. 2004.

FEEMA. **Vocabulário básico de meio ambiente**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente, 1990.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio século XXI**: Dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FRANÇA, Júnia L. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

GADOTTI, Moacyr. **Pedagogia da terra**. São Paulo: Peirópolis, 2000.

GOELDNER, Charles; RITCHIE, J. R.; MACINTOSH, Robert. **Turismo**: princípios, práticas e filosofias. Porto Alegre: Bookman, 2002.

GONÇALVES, Carlos W. P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2002, (Temas atuais).

GRÜN, Mauro. **Ética e educação ambiental**: a conexão necessária. Campinas/SP: Papirus, 1996.

GUTIÉRREZ, Francisco; PRADO, Cruz. **Ecopedagogia e cidadania planetária**. Tradução de Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez: 1999. v. 3.(Guia da Escola cidadã).

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br>> Acesso em: 30 abr. 2004.

IRVING, Marta de A., AZEVEDO, Júlia. **Turismo**: O desafio da sustentabilidade. São Paulo: Editora Futura, 2002.

IUCN, PNUMA, WWF. **Cuidando do Planeta Terra**: uma estratégia para o futuro da vida. São Paulo, 1991.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo**: Para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder/. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001.

LEFF, Enrique. Educação ambiental e desenvolvimento sustentável. In: REIGOTA, Marcos (org.). **Verde cotidiano**: o meio ambiente em discussão. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2001. p. 111-128. (Coleção o Sentido da Escola).

LUNDGREN, U. **Teoria del curriculum y escolarización**. Madri: Morata, 1992.

MATIAS, Marlene. **Turismo**: formação e Profissionalização - 30 anos de História. São Paulo: Malone, 2002.

MEDINA, Nana Mininni. **Educação ambiental**: uma metodologia participativa de formação. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1999.

MEDINA, Nana Mininni. A formação dos professores em educação ambiental. In: Ministério da Educação - Departamento de Política da Educação Fundamental. **Textos sobre capacitação de professores em educação ambiental**. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 2000.

MORIN, Edgar. **A religação dos saberes**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Editora Bertrend, 1998.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes para a educação do futuro**. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

MORIN, Edgar. **Reformar o pensamento**: a cabeça bem feita. Tradução de Ana Paula de Viveiros. Lisboa/Portugal: Instituto Piaget, 1999.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. Revista e modificada pelo autor- 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand/Brasil, 2003.

MOESCH, Marustchka. **A produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2002.

OMT - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. Disponível em: <[Http://www.omt.org](http://www.omt.org)> Acesso em: 21 jul. 2004.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Tradução de Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2003.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. **Turismo Internacional**: uma perspectiva global. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Bookman, 2003.

PENA-VEGA, Alfredo. **O despertar ecológico**: Edgar Morin e a ecologia complexa. Tradução de Renato Carvalheira do Nascimento e Elimar Pinheiro do Nascimento. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

PETROCCHI, Mário. Turismo: planejamento e gestão. São Paulo: Editora Futura, 1998.

PRONEA - **Programa Nacional de Educação Ambiental.** 2. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

QUINTO (V) FORUM BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. Disponível em: <rebea.org.br/rebea/arquivos/qttratado.pdf> Acesso em 30 out. 2004.

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social.** São Paulo: Cortez, 2001. v. 41. (Questões da Nossa Época).

REJOWSKI, Mirian. **Turismo no percurso do tempo.** São Paulo: Aleph, 2002.

RODRIGUES, Adyr B. **Turismo: desenvolvimento local.** São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e o planejamento sustentável: A Proteção ao Meio Ambiente.** São Paulo: Papirus, 1997.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo no Brasil: análise e tendências.** São Paulo: editora Malone, 2002.

SANCHO, Amparo, **Introdução ao Turismo.** São Paulo: Roca, 2001.

SANTOS, Lucíola L. de C. P. História das Disciplinas Escolares: outras perspectivas de análise. In: **Educação & Realidade.** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação. jul./dez. 1995.

SANTOS, Lucíola L. de C. P. **História das disciplinas escolares: perspectivas de análise.** In: TEORIA & EDUCAÇÃO. Vol.2, 1990.

SÃO PAULO. (Estado) Secretaria de Meio Ambiente. **Conceitos para se fazer educação ambiental.** Secretaria do Meio Ambiente, coordenação de Educação ambiental. São Paulo: A Secretaria, 1994, (Série educação ambiental).

SÃO PAULO. (Estado) Secretaria de Meio Ambiente. **Educação ambiental e desenvolvimento**: documentos oficiais. Secretaria do Meio Ambiente, coordenação de Educação ambiental. São Paulo: A Secretaria, 1994, (Série documentos).

SEREJO, Hilton Boaventura. **A gênese dos estudos do lazer num curso superior de turismo em Minas Gerais**: um estudo na instituição pioneira (1974-1985). 2003. 209f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

SILVA, Rosana Louro Ferreira. **A educação ambiental nos cursos de licenciatura do estado de São Paulo**: análise dos planos de ensino e representações sociais dos(as) professores(as). 2000.121f. Dissertação (Mestrado em Ecologia) - Universidade Guarulhos. Centro de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão.

SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável**: conceitos e impacto ambiental. Tradução Margareth Dias Pilido. São Paulo: Aleph, 2000. v. 1.

THEOBALD, F. William. (org) **Turismo global**. Tradução de Anna Maria Capovilla, Maria Cristina Guimarães Cupertino, João Ticardo Barros Penteado. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

TRIGO. Luiz G. **A sociedade pós-industrial e o profissional em turismo**. Campinas: Papyrus, 1998.

TRIGO. Luiz G. (org.) **Turismo**: como aprender, como ensinar São Paulo: Editora Senac, 2001. v. 1.

VASCONCELLOS, Maria José E. de. **Pensamento Sistêmico**: o novo paradigma da ciência. Campinas/SP: Papyrus, 2003.

XAVIER, Herbe. **Educação ambiental**: caminho para a sustentabilidade ecológica no turismo In: TAMANINI, Elizabete, BARRETO, Margarita. Redescobrimo a Ecologia no Turismo. Caxias do sul: Educus, 2002. Cap. 6, p. 71-91)